

CADERNOS DO

terceiro mundo

PALESTINA
INDEPENDENTE

1989

CORTESIA DO EDITOR
- CIRCULAÇÃO NACIONAL

O ANO DAS

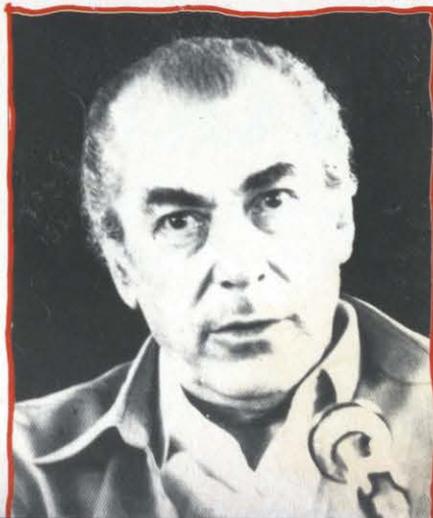
MUDANÇAS

O NOVO PERFIL POLÍTICO DO BRASIL

Lula



Brizola



Covas



PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 116 • CZ\$ 1.000,00 • BOA VISTA, MANAUS CZ\$ 1.300,00 • ANO XI

Conta Azul Remunerada da Caixa.



Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.
Agora, ao invés do seu dinheiro
ficar parado, perdendo minuto
a minuto, ele vai render.

Diariamente.
E já a partir do dia da
aplicação.
Você não tem prazo definido

para sacar ou depositar.

E quando você resolver.

No caso de retiradas, é só avisar
24 horas antes. E a movimentação
pode ser feita pessoalmente ou até
por telefone, se preferir.

Você deve estar achando que a
Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão
no mercado.

Mas só ela tem uma coisa que
nenhuma outra tem: a segurança
da Caixa Econômica Federal.

E segurança é o que um homem
de decisão nunca pode deixar de ter.
Não é?

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



AOS LEITORES

O avanço significativo da esquerda nas eleições municipais brasileiras veio dar mais atualidade e importância à matéria especial sobre a renovação presidencial que se processará em toda a América Latina, ao longo do próximo ano. Em 1989, quase todos os países do continente vão trocar de presidentes. E as pesquisas demonstram que nossas débeis democracias, apesar de tudo, permitem uma renovação política que propicia ao eleitor o direito de retificar erros anteriores. Os candidatos surgidos das lutas populares despontam em vários países como fortes postulantes à primeira magistratura. Muitas das bandeiras de luta, que foram massacradas durante as ditaduras, afloram novamente e retomam seu espaço no debate político. Aos defensores de posições ambíguas, estreita-se a área de manobra, e o eleitorado se vê frente a opções continuístas, sob roupagem civil, ou a propostas de mudanças através de mecanismos institucionais. O continente se vê, assim, mobilizado numa ampla reflexão sobre a realidade política e social, retomando o esforço de modernizar suas sociedades e superar os tristes índices sócio-econômicos, que o tornam um cofre de inesgotáveis recursos para uso... alheio. Assim, pela feliz coincidência de tantos pleitos importantes, a América Latina poderá dar, em 1989, um importante passo na direção do encontro de seus povos com suas potencialidades.

SUMÁRIO

3 **CARTAS** _____

4 **PANORAMA INTERNACIONAL** _____

MATÉRIA DE CAPA _____

10 **Um divisor de águas?** O desafio do final da década

14 Mudar é possível

AMÉRICA LATINA _____

19 **Panamá:** No país da quinta fronteira

23 **Peru:** O choque heterodoxo

26 **Colômbia:** Violência extrema

ÁFRICA _____

30 **Moçambique:** Horas amargas

ORIENTE MÉDIO _____

32 **Palestina:** A proclamação do Estado independente

34 Os antecedentes históricos

OCEANO PACÍFICO _____

36 **Belau:** A difícil luta pela soberania

ECONOMIA _____

38 **Equador:** Estado assume indústria petrolífera

MULHER _____

40 O compromisso com a mudança

43 A luta política pela igualdade

SUPLEMENTO BRASIL _____

48 **Panorama Nacional**

51 **Cidade:** A falência dos municípios

55 **Eleições:** A pista das urnas

60 **Igreja:** Entre a restauração e a resistência

62 **Informática:** O trabalho e as novas tecnologias

64 **Meio Ambiente:** Novo olhar sobre o ambiente

66 **Cultura:** A perda da língua

68 O natal negro

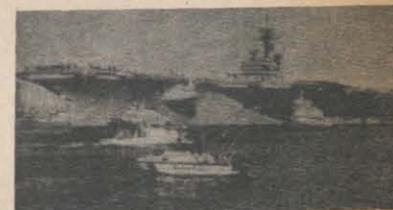
70 A quizomba do centenário negro

71 **Economia:** Negócios Brasil-Angola

72 **Testemunho:** Palestina: dois momentos decisivos



Palestina: Arafat dá passo histórico ao proclamar a pátria palestina



Panamá: a luta pela soberania contestada por interesses norte-americanos



Mulher: afirmação cada vez mais clara da participação política feminina



Brasil: pleito municipal revirou quadro político para presidência em 89

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, fadando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Domingos P. Adão Neto**
C.P. 16153
Luanda - Angola
- **Angelino José**
Ao C/de Zacarias Amândio
C.P. 678
Benguela - R.P. Angola
- **Elizabeth Pereira**
Rua Cônego Tobias 163 - Méier
CEP: 20.721
Rio de Janeiro - R.J - Brasil
- **Márcio Antônio Araújo**
Caixa Postal 032
30161 - Belo Horizonte - M.G
- **Ana Andrea Garcia**
Rua Silvestre Blanco nº 2590 Aptº 13
Montevideo - Uruguay
- **Nonato Lima**
Av. Solimões nº 1430
CEP: 69.075
Manaus - AM - Brasil
- **Camilo Vicente Numby**
Av. Agua Grande, nº 306
Riboque - Capital
São Tomé e Príncipe
- **Sergio Paulo da Mata**
Av. Agua Grande, 365
Riboque - Capital
São Tomé e Príncipe
- **Giovanni Amado**
Rua Barata Ribeiro 369/1004
Copacabana - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22040
Brasil
- **Cléia Aparecida Montezano de Souza**
Rua Rocha Pombo - 869
Bairro Caiçara
CEP: 79070 - Campo Grande - MS
Brasil
- **Edson Machado**
Caixa Postal 3163
CEP: 20001
Rio de Janeiro - RJ
- **Luiz Araujo Torres**
Caixa Postal Nº 68757
CEP: 02095
São Paulo - SP - Brasil
- **Arnaldo B.S. Neto**
Av. Const. Nery Conj. Tocantins
Bl.01, Aptº. 304
CEP: 69000
Manaus - AM

- **Antonio Dias Dala**
Bairro da madeira
Caixa Postal Nº 3217
A/C - Francisco Kianibi
Luanda - Angola
- **Fabio Capistrano Costa**
Av. Luciano Carneiro, 1365
- **Maria Regina Ferreira**
Rua André da Cunha Fonseca, 129
Vila Industrial - São Paulo - Brasil
CEP 03258
- **Gildo Andrade Simões**
Rua C 211 - Jardim Santo Antônio - Atalaia
Aracaju - SE
CEP 49000
- **Nilson Violato**
Rua Cel. Elísio Pereira 861 (Fundos)
CEP 83200 - Paranaguá - Paraná - Brasil
- **Rodrigues Gambo Aragão**
T. Gaky, 153 r/ 21 "A.
Az - CCP - CCCP
URSS
- **Gaston Eduardo Echevarria Laco**
Felipe Cardozo, 2623-H
Barrio Nuevo Amanecer
Montevideo - Uruguay
- **Sebastião Vera Cruz**
Av. Ipiranga, 84 - Apto. 1802
CEP 01039 - Centro
São Paulo - Capital
Brasil
- **Miguel Lopez**
Riachuelo, 179
Montevideo - Uruguay
- **Ana Maria Kara José Freire**
Rua João Manoel de Andrade, 171
(Bairro José Sampaio)
Ribeirão Preto - SP
CEP 14100
Brasil
- **Mariela Guerrero Marín**
Av. San Felipe a Ríos,
Resid. "Dannit", piso 3, Apto. 31
La Candelaria - Caracas
Venezuela
- **José Salvador R. de A. Neto**
S.H.C.E. 1505 Bloco - H
Apartamento 104
Brasília - DF Brasil CEP 70650
- **Sheila de Oliveira Bezerra**
Rua César no. 277 B, Realengo
Piraquara - Rio de Janeiro - RJ
CEP 21750
Brasil
- **João Sebastião Antonio**
Caixa Postal nº 268
Namibe - Republica Popular de Angola
- **Roberval Alves Dutra**
Rua Prudente de Moraes, 1803
CEP: 14940
Ibitinga - SP - Brasil
- **Helio Fernando**
A/C: Maria Helena
Escola - Ngela Kiluange
Catumbela - Angola

Cadernos do TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia
Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudt, (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).
Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom/Eduardo Khalifé (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicaragua), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)
Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotonio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).
Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Ele, Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena F. Ição (diretora), Elizabeth Mesquita, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Ramundo José Macário Costa. **Digitador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Valéria Soares Santos. **Revisão:** Cléia Márcia Soares.
SEDE CENTRAL NO BRASIL:
Diretor Administrativo: Henrique Menezes.
Departamento de Produção Industrial: Paulo Gomes.
Deptº de Assinaturas e Circulação: Rafael Peres Borge Filho
Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 / Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR
EDIÇÕES REGIONAIS:
• **Edição em Português:**
Diretor: Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Serra e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)
Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P
• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul
Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Impressão: Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideo
Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina
• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFI (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

Capa: Pedro Toste
Revista nº 116 - Novembro

- 1988



Consciência negra

Assinante, leitor e divulgador de **terceiro mundo**, torço para que a revista — que cumpre o papel de oferecer aos leitores uma abordagem sob a visão terceiro-mundista — continue a circular e a aumentar o número de assinantes.

À guisa de sugestão, seria interessante ver na revista um paralelo entre o dia 20 de novembro — Dia Nacional da Consciência Negra — e o Treze de Maio (abordado na edição nº 110), pois para a maioria dos movimentos negros o dia a ser comemorado é o 20 de novembro, dia em que é lembrada a morte de Zumbi.

Benedito Antonio Luciano
Campina Grande — PB

Algo sobre os Bálcãs

Considero **terceiro mundo** uma publicação séria e objetiva, comprometida com a libertação e a dignidade dos povos do Terceiro Mundo. A diversidade dos temas tratados dá à revista um perfil dinâmico e renovador.

Sugiro a vocês que abordem a vida no leste europeu, em particular na Albânia, perdida entre os Bálcãs, que parece estar excluída do panorama internacional. Gostaria, também, que entrevistassem as principais figuras do MLN (Tupamaros), do Uruguai, para que a opinião pública conhecesse suas propostas e reivindicações para o presente e para o futuro.

R. Darío Fernández
Rio Branco - Cerro Largo
Uruguai

Precisões sobre Gana

O artigo de Carlos Castilho sobre Gana (ver **terceiro mundo**, edição 110, p. 20) foi muito útil para mim. Havia nele, no entanto, alguns pequenos erros mas irritantes, que podiam ter sido evitados. Estes são alguns deles:

1) Jerry Rawlings não é presidente de Gana; é o presidente do PNDC (Conselho Provisório de Defesa Nacional), o órgão máximo de decisão do país.

2) O ministro das Finanças e Planejamento, dr. Kwesi Botchwey, não é professor de economia e sim um eminente jurista. Tampouco há evidências de que tenha sido "um antigo militante marxista". Ele tem boa reputação na universidade por ser um profundo conhecedor da teoria marxista, mas não se tem notícias de que ele tivesse ou tenha qualquer tipo de militância, nem na universidade nem na política nacional.

3) As últimas eleições em Gana foram há nove anos e não vinte.

4) O Movimento Nova Democracia não é um partido político; nunca se propôs a isso.

Outras afirmações merecem comentários. Diz o autor do artigo que Rawlings defende a idéia de que a "democracia só será possível com uma economia forte, viável e eficiente". Esta teoria não está comprovada historicamente. Nossos povos oprimidos já rejeitaram essa proposta. A democracia não é um luxo que pode ser postergado para um futuro distante, quando as metas econômicas são alcançadas. Em oposição a Rawlings e à seus padrões do FMI nós afirmamos que uma "economia forte, auto-suficiente e eficiente só pode ser alcançada no marco de uma democracia".

Por outro lado, as eleições municipais programadas para novembro, das quais os partidos políticos não participam, são outra farsa destinada a ganhar tempo no momento em que o povo se mobiliza para fazer frente à política econômica ditada pelo FMI e pelo Banco Mundial. A falta de interesse do povo nessas eleições não é portanto porque "a maioria da população sente-se angustiada pela situação econômica e, sobretudo, pela possibilidade de perder seus empregos". O desinteresse deriva da falta de credibilidade

de popular nessas eleições.

Akwasi Aidoo
Associação das Mulheres Africanas para a Pesquisa e Desenvolvimento Dakar, Senegal

Desmentido à grande imprensa

Sob títulos que acusam Cuba de espionagem, li dois artigos na grande imprensa (21/9 e 22/9), com respeito a denúncias insidiosas e carentes de provas: "aparelhos sofisticados" podem ser para uma neófito que se diz pesquisadora; "pessoas não-científicas na expedição" não é novidade, nem exceção. Por tal motivo, quero tomar público meu repúdio ao comportamento desonesto da cidadã Doris Santos Faria, que demonstrando pouquíssima capacidade científica e muita para a intriga, pretende desacreditar um brilhante trabalho da prestigiosa equipe — cujo único erro deve ter sido aceitar a participação dessa cidadã.

O chefe da expedição, o espeólogo, geógrafo e antropólogo, professor e doutor Antonio Nuñez Jimenez, atual vice-ministro da Cultura de Cuba, autor de mais de 80 obras e que foi presidente fundador da Academia de Ciências, a quem prestei serviços como secretária na década de 60, e pelo qual dou absoluta fé de seu eterno, constante, fiel e honestíssimo comportamento de uma vida inteiramente dedicada à Ciência, até o sacrifício pessoal e da própria vida familiar.

O que mais me chama atenção é que desde 1979, até hoje, juntei mais de 200 quilos de artigos de revistas, jornais e publicações diversas denunciando empresas estrangeiras que rapinam riquezas estratégicas na Amazônia com absoluta liberdade, e jamais li um só artigo assinado por essa senhora, cuja denúncia mais parece "missa encomendada". Ela, sim, presta serviços àqueles que não queriam os cubanos na Amazônia.

Faço votos que a Universidade de Brasília não se desprestige propiciando, a publicação de semelhante libelo... Respeito ao jornalista, acho que está no seu papel. Azar dele, se em lugar de dados científicos que contribuam para a união dos dois mundos, encontrou uma vulgar intrigante, disposta a fazer "finanças" com seu livrinho, in-

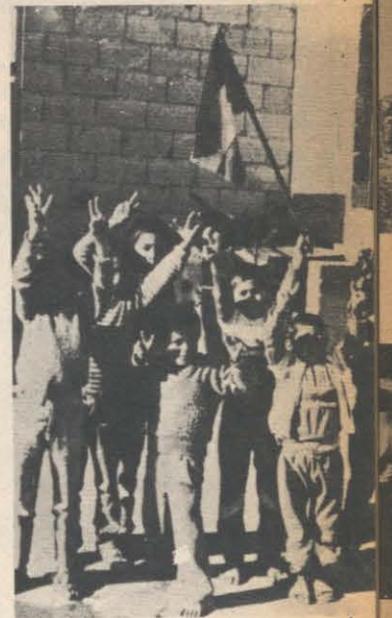
digna de pertencer ao grêmio da docência. Coitados dos alunos e os clientes que caíam na baixíssima rede da sua "orientação".

Berta Baptista Lima
Camorim-Rio

Eleições em Israel

Gostaria muito de que os leitores conhecessem as decisões do Congresso do Mapam (Partido Unido dos Trabalhadores), em relação às eleições de novembro, em Israel. O Mapam se apresentou nas eleições de 1º de novembro, de forma independente.

Frente ao longo conflito que vive Israel, com seus vizinhos árabes, e, reconhecendo o direito de autodeterminação do povo palestino, se incluiu nas decisões do Congresso, e de forma tal que não cabe nenhuma



outra interpretação, a necessidade de "manter negociações diretas entre Israel e os estados da região e uma representação autorizada dos palestinos — incluindo a OLP — que anuncie sua disposição de reconhecer Israel e fazer a paz, de acordo com as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU e que renuncie ao terrorismo. Muito obrigado e shalom (paz).

Mario S. Toiw
Representante do Mapam,
na Venezuela
Partado Postal 3018
Caracas 1010 — Venezuela

NOVA CALEDÔNIA

A dez anos da independência

Desde 6 de novembro, a Nova Caledônia – colônia francesa do Pacífico Sul – vive sob novo estatuto, tem outra divisão territorial e os militantes nacionalistas estão anistiados. Investimentos franceses de 47 milhões de dólares são aguardados nos próximos meses e a população, composta principalmente por melanésios (os canaques formam uma comunidade de 150 mil habitantes), ganhou o direito de realizar, daqui a dez anos, um plebiscito para decidir sobre a autodeterminação do país.

Tudo isto foi consequência dos resultados do referendo realizado no início de novembro, no qual tanto os eleitores da metrópole colonial, quanto os habitantes do arquipélago, se pronunciaram a favor dos acordos propostos pelo primeiro-ministro socialista Michel Rocard. O plano de Rocard contou com o apoio de 80% dos franceses que se deram ao trabalho de votar – 63% da população apta a partici-

par do plebiscito preferiu abster-se, em território metropolitano – enquanto nas ilhas a votação foi maciça, também a favor do plano socialista de autonomia gradual.

O dirigente francês estivera em agosto na Nova Caledônia, para negociar pessoalmente com os nacionalistas da Frente de Libertação Canaque Socialista-FLNKS, liderado por Jean-Marie Tjibaou, e com o partido pró-francês de Jacques Lafleur, deputado neogaullista pelo arquipélago. O governo de François Mitterrand estava empenhado em encontrar a forma de pôr um fim à luta que confronta os independentistas canaques aos *caldoches*, os franceses que moram na ilha e são contrários à independência.

Pelo acordo de paz de mais de 120 artigos, costurado por Rocard e assinado pelos nacionalistas canaques e pelos líderes favoráveis ao domínio francês, estabeleceu-se um período de transição



Tjibaou: autonomia gradual aceita pelos socialistas canaques

de dez anos, ao fim dos quais será realizado um plebiscito para determinar o futuro do arquipélago. Até lá, as ilhas serão divididas em três regiões administrativas: em duas delas os canaques têm maioria e a administração será exercida por assembleias, cujos membros serão eleitos e exercerão mandato de seis anos.

O número desses membros depende do total de habitantes de cada região: a do sul, que concentra 56% da população do arquipélago, terá 32 integrantes. A do norte (33% dos habitantes) terá 15, e a das ilhas Lealdea-de (11%) terá sete.

Os canaques acham que em 1998 o seu povo será a maioria do país (hoje representa 43% dos habitantes das ilhas) e que optará "de forma natural" pela independência. Os *caldoches*, descendentes dos colonizadores europeus, que constituem 37% da população local, confiam em que o desenvolvimento econômico, que se seguirá aos investimentos previstos no plano de paz, permitirá o surgimento de uma elite canaque, favorável à manutenção do estatuto colonial.

Com 19.103 km², a Nova Caledônia vive fundamentalmente das transferências de dinheiro (subvenções, soldos, investimentos) da França e das suas exportações de níquel. A colônia francesa detém 25% das reservas mundiais desse minério estratégico. Fora essa riqueza, a França tem na Nova Caledônia interesse geopolítico, pois é nessa região do Pacífico Sul que o governo de Paris realiza seus ensaios nucleares.

AFEGANISTÃO

A interferência estrangeira



Guerrilha se arma no Paquistão

Para o primeiro-ministro afegão, Mohammad Hassan Sharq, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deve controlar a execução do acordo de paz para o Afeganistão assinado em Genebra, em abril de 1988. Especificamente, o primeiro-ministro deseja que o Conselho ponha fim ao que chamou de "interferência estrangeira" e estabeleça condições para o retorno dos refugiados no seu país.

Em novembro, a União Soviética anunciou a suspensão da retirada de suas tropas do Afeganistão – um dos pontos do acordo mediado pela ONU, em Genebra – como protesto pelas reiteradas violações do mesmo, por parte do Paquistão. Contrariamente ao que ficou decidido, o governo de Islamabad incrementou seu apoio militar aos movimentos guerrilheiros

afegãos.

O Acordo de Genebra prevê que a União Soviética retire todas as suas tropas do Afeganistão até fevereiro de 1989. Segundo cálculos das Nações Unidas, já foram retirados 50% dos cem mil soldados enviados a esse país. Funcionários soviéticos disseram que Moscou cumprirá integralmente o acordo, apesar da suspensão atual desse processo.

O governo afegão busca apoio para a realização de uma conferência internacional sob o auspício da ONU. "Essa conferência lançaria um programa para a desmilitarização do Afeganistão", explicou Sharq.

Grande parte da luta que ainda hoje se trava nesse país asiático origina-se nos esforços das diferentes facções armadas, contrárias ao governo de Kabul, por obterem o domínio político, uma vez retiradas as forças soviéticas. O governo do presidente Najibullah, de orientação marxista-leninista, promove a reconciliação nacional, mas os rebel-

des muçulmanos, apoiados militar e financeiramente pelos Estados Unidos, rejeitam o diálogo com Kabul.

Segundo observadores, a visita de Sharq aos Estados Unidos, em novembro último, quando conversou em particular com o secretário geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, teve o objetivo de enfatizar a natureza não-comunista do regime de seu país. Nesse contexto, Sharq sublinhou que sob a nova constituição afegã, "não se permite nada que vá contra os princípios do Islam".

Um novo elemento na geopolítica regional é a eleição no Paquistão. Acredita-se nos círculos diplomáticos asiáticos e nas Nações Unidas que um governo constitucional dificilmente apoiará os rebeldes muçulmanos afegãos, uma política na qual pessoalmente esteve comprometido o falecido general Zia ul-Haq. Sendo assim, os guerrilheiros contrários a Kabul perderiam seu principal santuário e ficariam unilateralmente debilitados.

SRI LANKA

Preparando as eleições



Os candidatos presidenciais do Sri Lanka – o primeiro-ministro Ranasinghe Premadasa, Ossie Abeyeguneseckera e a ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike – reuniram-se com o coordenador eleitoral Chandranada de Silva, em Colombo, para discutir detalhes do pleito de 19 de dezembro.



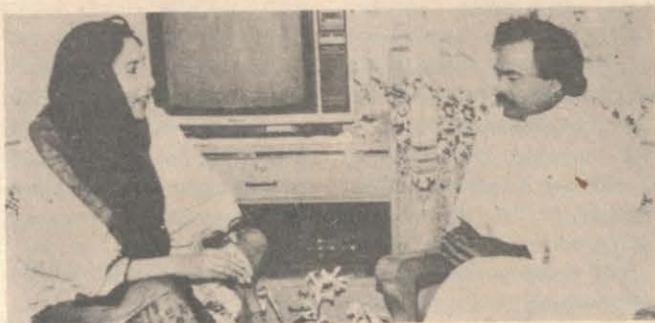
ÁFRICA DO SUL

As balas do racismo

Integrante do Movimento pelas Liberdades Brancas, Barend Strydom, 23 anos, apresenta-se tranquilo ante um tribunal de Pretória, dois dias após ter cometido um ataque racial, em que matou seis negros e feriu outros doze. No dia 24 a justiça enforcou cinco negros acusados de assassinatos.

PAQUISTÃO

Vitória da oposição



Benazir Bhutto será a primeira mulher a governar um país muçulmano, por força da vitória de 16 de novembro, quando seu Partido do Povo Paquistanês obteve 92 das 205 cadeiras do parlamento. Ela pode fazer coligação com o Movimento Mohajir Quomi, de Altaf Hussein.



Kaunda: mais um período na liderança

ZÂMBIA

Kaunda inicia novo mandato

O presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda, prestou juramento em 31 de outubro passado, para seu sexto período de cinco anos à frente dessa nação do sul da África. Kaunda, de 64 anos, conseguiu permanecer no poder graças à avassaladora maioria que obteve nas eleições gerais de 26 de outubro.

Após a recontagem final de votos, quatro dos 20 ministros do governo de Kaunda perderam seus lugares no parlamento. Ben Kakoma (Terras e Recursos Naturais), Basil Kabwe (Educação), Unia Mwila (Trabalho e Serviços Sociais) e Jameson Kalaluka (Comércio e Indústria) não obtiveram a renovação de seu mandato parlamentar nas eleições.

Mas, esses resultados não estão indicando que as pessoas confiem nos ministros restantes, já que só nove dos 20 ministros de Kaunda eram parlamentares. Onze foram designados pelo presidente reeleito sem recorrer aos membros do parlamento.

Uma nomeação que está

sendo esperada com ansiedade é a do presidente da Assembléia Nacional, um cargo de grande influência política e prestígio no país. Robinson Nabulyato, que foi presidente durante os últimos 22 anos, disse que desejava continuar em suas funções por mais um período. Segundo a constituição, o presidente é eleito pelos membros do parlamento, mas ninguém duvida da influência do poder executivo na eleição. Nabulyato esteve em confronto com Kaunda, nos últimos cinco anos, pelas duras críticas dos deputados à política do partido na Assembléia Nacional. Observadores políticos dizem que com a ajuda do presidente do parlamento, os políticos se opuseram a diversos projetos de lei propostos pelo governo à Assembléia.

Nabulyato, de 70 anos, foi presidente desde 1966 e é um defensor da vigência do Direito Constitucional pelo qual parlamentares têm liberdade para debater e votar na Assembléia Nacional.

NAMÍBIA

ONU condena repressão

O Conselho da Organização das Nações Unidas para a Namíbia "condenou fortemente" os recentes atos de repressão das autoridades sul-africanas contra a população civil desse país, assim como a "militarização sem precedentes" nesse território ocupado pelos sul-africanos.

O Conselho descreveu os acontecimentos como perigosos e exigiu "que o regime de Pretória ponha fim a sua brutal agressão ao povo da Namíbia e à inscrição obrigatória de eleitores por parte do exército racista". Essa condenação foi divulgada em comunicado assinado pelo presidente do Conselho, embaixador Peter D. Zuze, da Zâmbia. O texto acrescentava que a África do Sul aumentou seu efetivo militar no norte da Namíbia para 50 mil soldados.

Recentemente, vários diplomatas da África Austral denunciaram que as tropas sul-africanas, que abandonaram o sul de Angola, permaneceram na Namíbia, ao invés de voltarem para casa. Zuze também protestou contra as atrocidades cometidas pelo *esquadrão do terror notório* (Koevoet), habituado a disparar contra civis, saquear propriedades, aprisionar e torturar, impunemente. O embaixador acrescentou que com a crescente onda de repressão e intimidação uma quantidade cada dia maior de namibianos estão sendo forçados a exilar-se na vizinha Angola.

Entre as intimidações mais recentes, Zuze denunciou a elaboração de listas

de civis que as autoridades sul-africanas alegam serem destinadas à preparação do padrão eleitoral para as primeiras eleições livres da Namíbia, a se realizarem no contexto da aplicação das resoluções da ONU, conducentes à independência do território. Na realidade, assinala o embaixador, trata-se de uma bem montada operação de fustigamento dos opositores do regime do "apartheid", principalmente dos simpatizantes da Swapo.

Esse movimento é reconhecido pelas Nações Unidas como único e legítimo representante do povo da Namíbia, tudo indica que em eleições limpas obterá uma folgada vitória.

O cronograma da ONU fixava a data de 1º de novembro para o início da implantação do plano para a independência da Namíbia, conhecido como resolução 435 do Conselho de Segurança. Mas esse objetivo não foi alcançado pela falta de acordo entre as partes envolvidas na negociação - Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos - em relação a pontos essenciais do plano. A África do Sul definiu, unilateralmente, o 1º de janeiro de 1989, como a nova data para o início do processo de independência.

Namíbia: exigem eleições livres



GRUPO DOS OITO

Um futuro comum

À procura de uma estratégia regional contra o peso da dívida

O presidente Raul Alfonsín afirmou, em Punta del Este, que a experiência do Grupo dos Oito é "um caminho sem volta" e que está sendo percorrido "sem ajuda e no meio da mais grave crise econômica da América Latina". Para o chefe de Estado argentino, "uma etapa terminou e outra foi iniciada, com unidade, aproximação e cooperação".

As afirmações de Alfonsín não foram meras palavras de efeito. Elas refletem uma dura constatação dos presidentes que assumiram o governo depois do retorno do Cone Sul ao sistema democrático: a estabilidade das instituições está diretamente vinculada à saúde da economia.

A reunião presidencial de Punta del Este mostrou que se avança na formação de uma estratégia regional, indispensável para o estabelecimento de um novo tipo de

relações com o Norte industrializado, em particular com os Estados Unidos. E isso passa pela necessidade de aliviar o peso da dívida e reverter o fluxo de capitais para os países credores, colocando ênfase no crescimento econômico regional. Desde de 1964, quando foi celebrada a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), a América Latina reivindica – sem êxito – um tratamento diferenciado no comércio internacional. Os fenômenos de ajuste estrutural, a nível mundial, relegam à região, cada vez mais, o papel de abastecedora de matérias-primas, num mercado protecionista e em crise. O endividamento obrigou os países latino-americanos a gerarem grandes superávits comerciais, para cumprir com o serviço da dívida. Como consequência

a América Latina transferiu mais de 140 bilhões de dólares, entre 1982 e 1987, com trágicas consequências sociais e econômicas. Apesar dessa sangria de recursos, os países latino-americanos têm atualmente uma dívida de 410 bilhões de dólares que se converteram na principal dificuldade para o seu desenvolvimento.

Ao encarar o futuro de nossos países como interdependentes, o Grupo dos Oito ingressa num período de consolidação que pode convertê-lo num interlocutor válido da região a nível mundial. E, dessa forma, vem preencher um vazio sentido, inclusive, pelos credores da América Latina. O tema foi analisado,

recentemente, numa reunião realizada na Espanha, para discutir a cooperação Norte-Sul. Nessa oportunidade, vários oradores criticaram o que chamaram "a dualidade européia" que por um lado oferece cooperação e, por outro, fecha os mercados aos produtos latino-americanos. Mas, vários deles assinalaram que parte da responsabilidade é do subcontinente, por carecer de uma voz unificada perante a Comunidade Econômica Européia (CEE). É a opinião, por exemplo, do socialista Rafael Estrella, presidente da Comissão de Relações Exteriores do senado espanhol. "Na CEE não temos interlocutores latino-americanos ao contrário do que sucede com os signatários dos Convênios de Lomé (66 países da África, Ásia e Caribe anglófono)", afirmou o senador do PSOE.

Segundo o presidente do México, Miguel de la Madrid, a América Latina está agora – com o Grupo dos

Oito – melhor preparada para conseguir com o Norte um entendimento "verdadeiramente equitativo".

Alan García disse que a reunião de ministros de Finanças dos países membros – convocada para antes do final do ano, no Rio de Janeiro – "é de fato o começo da negociação em conjunto" da dívida externa. Os ministros deverão definir uma estratégia de redução da dívida para obter novos fluxos financeiros para a região.

O Grupo dos Oito foi criado no Rio de Janeiro em 1986, com os mesmos países que integravam os Grupos de Contadora e de Apoio para propiciar uma saída para a América Central. Sua instância máxima é a reunião presidencial anual. A próxima foi marcada para o segundo semestre de 1989, em Lima, Peru.

COLÔMBIA

Um país doente

Mais de 3.600 colombianos morreram pela violência política neste ano; 60% deles eram civis, segundo estatísticas oficiais.

"O país está doente, pior ainda, está sob o império do crime", disse o ex-presidente Carlos Lleras Restrepo. De acordo com dados divulgados pela polícia colombiana, 3.621 pessoas morreram até novembro, em acontecimentos violentos com motivação política. Deste total, 2.177 eram civis, em sua maioria camponeses.

Segundo dados da imprensa, dos 1.500 que morreram em choques armados, 706 eram rebeldes, 544 eram soldados do exército e 254 policiais.

AMÉRICA CENTRAL

Campanha na rua



Visando às eleições presidenciais de março próximo, a esquerda salvadorenha já saiu a campo, iniciando sua propaganda no dia 19 de novembro, em S. Salvador. Reni Roldán (centro) e Ruben Zamora, à sua direita, foram apresentados por Guillermo Ungo, da Frente Democrática Revolucionária.

Cúpula adiada

O ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Afonso Cabrera, anunciou que a 4ª reunião de cúpula de presidentes centro-americanos – prevista para os dias 25 e 26 de novembro passado – foi adiada para 1989. Uma das razões do adiamento é a incerteza gerada pelas indefinições de George Bush na sua campanha em relação à política que deverá adotar para a América Central.

O ministro guatemalteco disse ainda que a decisão também se deveu à dificuldade que os chanceleres têm atualmente para se reunir e discutir a agenda.

Ao anunciar a nova suspensão da reunião de presidentes da região – que tinha o objetivo de reativar o plano de paz proposto em 1987 pelo presidente Oscar Arias, da Costa Rica –, o ministro Cabrera assegurou que “alguns governos não têm a vontade nem a capacidade política para superar os problemas que lhes impedem

de cumprir o acordo de paz de Esquipulas II”. E reconheceu que “o plano não está funcionando”. Esse plano prevê a realização de reuniões periódicas, em diferentes níveis políticos, incluindo a conferência de cúpula de chefes de estado.

A última reunião presidencial foi em janeiro de 1988 e a nível de chanceleres, em junho desse ano. Para o ministro guatemalteco um primeiro sinal de mudança na política norte-americana para a América Central foi a nomeação de James Baker, ex-secretário do Tesouro, para o cargo de secretário de Estado da administração Bush. “Baker é um homem pragmático – assinalou Cabrera – e membro proeminente do Partido Republicano. Não é como Shultz (atual secretário de Estado) que não pertence ao partido e por isso mesmo permitiu que a Agência Central de Inteligência (CIA) dominasse toda a política para o istmo”.

ARGENTINA

Desmentindo Londres

O governo argentino desmentiu afirmações feitas pelo **Foreign Office** britânico, segundo as quais, o chanceler Dante Caputo teria aceitado dialogar com a Inglaterra, excluindo da agenda de discussões o tema da soberania do arquipélago localizado no Atlântico austral.

O Ministério das Relações Exteriores da Argentina divulgou um comunicado, declarando “inadmissível” essa conclusão retirada das palavras que Caputo pronunciou em entrevista a um canal de televisão inglês. O comunicado diz que o governo argentino sugeriu à Inglaterra a realização de um diálogo “sem pré-condições”, justamente para não excluir o litígio sobre a soberania das ilhas.

Na entrevista, Caputo declarou que seu país propõe à Inglaterra um diálogo sobre as Malvinas “sem condições prévias de nossa parte e também sem condições prévias por parte de vocês”, em alusão à postura de intransigência do governo de Margaret Thatcher.

A chancelaria inglesa publicou, depois da entrevista televisiva de Caputo, uma declaração na qual indicava que para a Inglaterra “a soberania das ilhas não está em discussão” e dizia que o governo inglês havia sugerido à Argentina “discutir aspectos práticos sobre a questão das ilhas” mas até esse momento a resposta havia sido “insatisfatória”. O comunicado oficial inglês acrescenta que chegou às mãos do presidente Raul

Alfonsín “uma longa lista de propostas inglesas” sobre a disputa no mar austral.

A chancelaria argentina desmentiu essa última afirmação do **Foreign Office** assinalando que “não é verdade que o governo argentino ou o presidente Alfonsín tenham qualquer proposta inglesa sobre as Malvinas”.

Depois da guerra entre os dois países em 1982, pela soberania das ilhas Malvinas, Sandwich e Georgias do Sul, a Inglaterra e a Argentina romperam relações diplomáticas e todas as tentativas para reiniciar o diálogo fracassaram. Apesar do apelo da ONU para que as duas nações negociem uma solução pacífica, a Inglaterra insiste em excluir da discussão o tema da soberania das ilhas, atitude “inaceitável” para a Casa Rosada.

Como se sabe, em 1982 a ditadura militar que governava a Argentina decidiu desembarcar tropas nas Malvinas, o que desencadeou uma guerra de 74 dias entre as duas nações. As opções militares na guerra, feitas pelo alto comando argentino, se caracterizaram por graves erros, o que provocou um julgamento perante a justiça militar do país. O Conselho Supremo das Forças Armadas condenou o ex-presidente e ex-comandante-em-chefe do exército, general Leopoldo Galtieri, a 12 anos de prisão; o ex-comandante da Marinha, almirante Anaya, a 14 anos e o brigadeiro Lami Dozo, ex-chefe da aeronáutica, a 8 anos de igual pena. Todos eles foram privados das pa-

tentes militares.

A sentença do tribunal militar foi contestada pelo promotor de Buenos Aires, Luis Moreno Ocampo, que solicitou um aumento em todas as penas e a condenação dos três chefes militares que dirigiram as operações no campo de batalha, - o ex-vice-almirante Juan Lombardo, e os ex-generais Mario Menéndez e Omar Parada - que o Conselho Supremo havia absolvido.

O tribunal civil condenou os três integrantes da Junta Militar a 12 anos de prisão, por considerá-los culpados em um grau semelhante de responsabilidade e ratificou a absolvição dos oficiais que comandaram as ações de guerra. A promotoria criticou o veredicto e declarou sua disposição de apelar perante a Corte Suprema de Justiça, reconhecendo como positivo para a democracia o fato de que juízes civis possam se pronunciar sobre delitos cometidos por militares.

PARAGUAI

Fúria da agonia

Setores opositores paraguaios atribuem às incertezas da ditadura paraguai - o general Alfredo Stroessner está com a saúde cada vez mais debilitada - a recente escalada repressiva contra pessoas ligadas ao combate ao regime. Nos últimos dois meses, diversas lideranças políticas, sindicais e juvenis sofreram prisão,



Stroessner: cresce a repressão

enquanto alguns estrangeiros acabaram expulsos, apesar de se acharem fixados no país há muito tempo, tendo inclusive formado famílias.

Simultaneamente, a igreja católica passou a sofrer ataques constantes da imprensa governista, que chegou a acusar o clero progressista de envolvimento com setores marxistas. Segundo o presidente do social-democrata Partido Febrerista, Euclides Acevedo, "a escalada da repressão é um sintoma da debilidade do regime". Segundo outro dirigente político, Juan Benítez Florentin, vice-presidente do Partido Liberal Radical Auténtico-PLRA, agremiação do dirigente opositor Domingo Laino, "o nervosismo do regime político vincula-se diretamente com o enfraquecimento da saúde de Stroessner e com as incertezas que rondam uma eventual sucessão". Desde agosto, após operação da próstata, Stroessner frequenta pouco o palácio presidencial e chegou mesmo a suspender uma viagem programada a Formosa.

BOLÍVIA

Nove toneladas de drogas

De janeiro a setembro deste ano, foram apreendidas e incineradas, na Bolívia, mais de nove toneladas de pasta de cocaína, enquanto 800 envolvidos com o narcotráfico foram presos. A força especial boliviana contra o narcotráfico também conseguiu fechar, no mesmo período, 920 laboratórios de processamento da droga, que funcionavam clandestinamente.

Segundo dados do Centro de Informações das Nações Unidas, no Rio de Ja-

reiterou a tese dos países que sofrem com a propagação de culturas destinadas à produção de entorpecentes, como é o caso da Colômbia, Peru e Bolívia. Segundo Grillo, torna-se insuficiente o combate apenas na área da produção da droga, sendo necessário que os grandes países consumidores, particularmente os Estados Unidos, desenvolvam campanhas para reduzir o número de viciados, que são, na verdade, o impulso que determina a expansão das



Bolívia: a coca tornou-se a lavoura mais lucrativa

neiro, também no México o combate às drogas apresenta números significativos: de 1982 até hoje, erradicaram-se 159 mil plantações de papoula (produz heroína) e 130 mil plantações de macocho, além de se desativarem 46 laboratórios. O combate antidroga produziu ainda, no México, a prisão de quase 40 mil pessoas envolvidas com o tráfico.

Em pronunciamento na assembleia-geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o representante colombiano Luis Guillermo Grillo

lavou a papoula, macocho e coca, nos países pobres.

Para o dia 20 de dezembro, em Viena, está programada a assinatura de uma nova Convenção Internacional para o Controle das Drogas, sob os auspícios das Nações Unidas. Segundo Margaret Anstee, diretora do escritório da ONU em Viena, a nova convenção buscará a eficiência no combate às drogas, inclusive estabelecendo normas para impedir a "lavagem" do dinheiro arrecadado pelas máfias do narcotráfico.

O desafio do final da década

Depois de mais de vinte anos de golpes de estado e desestabilização econômica, os países da América Latina, especialmente os do Cone Sul, vivem a expectativa da consolidação de suas democracias. É necessário não esquecer as lições do passado, para que o processo seja irreversível



Neiva Moreira

Chegamos ao fim de mais um ano, fato que sempre incita a um balanço, sobretudo quando só 12 meses nos separam da década

de 90. A América Latina e o Terceiro Mundo estão numa encruzilhada: desenvolvimento ou estancamento. Quase todos os países estão sufocados por uma crise econômica, em grande parte determinada pelo problema da dívida externa. Politicamente há um clima de

esperança nos avanços democráticos. Convém, então, olhar um pouco o passado, para tirar lições que nos livrem de cair nos mesmos erros.

Entre 1960 e 1973, o panorama internacional de pós-guerra mudou. A guerra fria estava no auge e os golpes de estado se multiplicavam no Terceiro Mundo. Nele, particularmente na África, se vivia a efervescência da descolonização ocorrida em consequência do fim de vários impérios europeus de tradição colonialista.

Vale a pena recordar esses golpes e manobras que agravaram os problemas econômicos e sociais dos países em desenvolvimento.

Em 1961, foi o desembarque de mer-

cenários com apoio da força aérea norte-americana em Playa Girón, Cuba. Pouco depois, Patrice Lumumba, líder africano, era assassinado por agentes da transnacional de mineração que dominava o Congo. Em 1963, o presidente Juan Bosch, da República Dominicana, eleito no primeiro pleito democrático do país, foi derrubado. A rebelião constitucionalista, que começou em abril de 1965, liderada pelo coronel Francisco Camaño Deño com o objetivo de repor Bosch no governo é reprimida pelos *marines* norte-americanos. Tropas das ditaduras do Brasil, do Paraguai e da Nicarágua somozista se unem aos invasores como forças de ocupação. Mais de cinco mil mortos foi o saldo desse ato



Norodom Sihanuk (acima) foi deposto e mercenários invadem Playa Girón: dois acontecimentos, os mesmos objetivos

de pirataria internacional.

Nos anos seguintes, a situação agravou-se. O Pentágono, em sua inútil tentativa de vencer o Vietnã, deslocou para o sudeste asiático enormes contingentes militares. Nem por isso, no entanto, descuidava de seu "quintal" latino-americano. O 1º de abril de 1964 foi o golpe no Brasil, no qual, como está hoje comprovadamente demonstrado, o governo dos Estados Unidos foi uma peça chave. Os fuzileiros navais norte-americanos já estavam nas costas brasileiras – a operação se chamava *Brother Sam* – prontos a desembarcar.

O jornal "Indianapolis Star" foi claro: "Os interesses norte-americanos – escrevia – só podem ser plenamente atendidos por um governo militar". O comentarista William J. White, do "Evening Star", por sua vez, não ficou atrás: "A eliminação do presidente João Goulart – publicava – confirma plenamente a sabedoria da nova política de Washington, que une na América Latina a firmeza com a generosidade".

Em 4 de novembro de 64 chegava a vez da Bolívia. Eu estava, então, exilado em La Paz, colaborando como jornalista com o governo do dr. Paz Estenssoro. Recorde ter escutado numa reunião social, da boca de oficiais norte-americanos de origem portorriquenha que tinham se excedido na bebida, que "Paz não chega a dezembro" e que "o homem" era Barrientos. O presidente Paz, efetivamente, não chegou a festejar o fim de ano no Palácio Quemado, e o autor do golpe que o depôs foi o general René Barrientos, vice-presidente da Re-

"O 1º de abril de 1964 foi o golpe no Brasil, no qual, como está hoje comprovadamente demonstrado, o governo dos Estados Unidos foi uma peça chave"

pública e comandante-chefe da Força Aérea.

Na África, tampouco as coisas andavam melhor. O despótico coronel Jean Bedel Bokassa, em 1965, foi entronizado na República Centro-Africana, à qual, em seus delírios de grandeza napoleônica, converteu no "Império Centro-Africano" – enquanto o presidente social-democrata de Mali, Modibo Keita, era derrubado no momento chave em que lançava uma política de cunho nacionalista e popular, inspirado no "socialismo africano" de N'Krumah, de Ga-



na, e Sekou Touré, da Guiné.

O próprio N'Krumah acabou deposto em 1966 por militares de direita, e meses antes terminava de forma sangrenta a importante experiência nacionalista de Sukarno, pioneiro do Não-Alinhamento, na Indonésia. Com um saldo de quase 700 mil mortos e mais de 200 mil detidos, o golpe indonésio do general Suharto visava a liquidar o processo de nacionalização, fundamentalmente o do petróleo, desencadeado por Sukarno.

Pouco mais tarde, na Argentina, o general Onganía derrubava o governo encabeçado pelo presidente radical Arturo Illia, o primeiro, em quatro décadas, que não recorria ao estado de sítio, nem à repressão política ou cultural.

Em 1967, os coronéis fascistas ocupavam o poder na Grécia e a ditadura boliviana assassinava Che Guevara, com tropas assessoradas por oficiais norte-americanos.

Em 1970, no Campuchea cai o príncipe Norodom Sihanuk, destituído no momento em que desenvolvia esforços diplomáticos para defender a soberania do seu país, bombardeado e açoitado pelos norte-americanos que estavam no Vietnã. Washington responsabilizava a Sihanuk pelo suposto uso de território campucheano para reabastecimento do vietcong. Assumiu o poder o general Lon Nol, servil aos interesses norte-

Juan Bosh (ao lado) foi deposto na República Dominicana e Sukarno (abaixo à esq.) foi derrubado pelo gen. Suharto, na Indonésia



MATÉRIA DE CAPA

americanos, de quem recebeu em cinco anos de permanência no poder mais de um bilhão de dólares de "ajuda".

A lista é longa e dramática. Inclui o golpe no Uruguai, em junho de 1973, e o de setembro do mesmo ano, no Chile, com o assassinato do presidente Salvador Allende, que resistia heroicamente, no palácio de La Moneda, ao ataque de Pinochet.

Depois vieram o golpe na Argentina, a obscura morte do carismático dirigente panamenho Omar Torrijos, um militar que fez da recuperação do Canal e da dignidade nacional de seu país o eixo da sua luta patriótica. Em circunstâncias igualmente estranhas morre — também em acidente aéreo — o presidente Jaime Roldós, do Equador, dirigente da Concentração de Forças Populares, que restabeleceu relações diplomáticas com Cuba, China e Albânia e tentou levar em frente reformas de caráter avançado.

Em todos esses golpes de estado ou episódios confusos, a CIA esteve direta ou indiretamente presente. Quando necessário atuava através das transnacionais, cujos interesses estavam sendo desafiados pelos governos populares.

E para mostrar que não se trata de uma questão de civis progressistas contra militares reacionários, observemos que em determinado momento

coexistiram na América Latina governos militares de orientação progressista no Equador, com o general Guillermo Rodríguez Lara; na Bolívia com o general Juan José Torres e na Argentina, com Juan Domingo Perón. Terminaram derrubados ou assassinados.

Não vamos analisar aqui os acertos, os erros e as carências dos governos depostos. Mas é evidente que um traço os identifica: o nacionalismo e o compromisso com as causas populares, que desagradavam ao Pentágono e às transnacionais.

É impossível, pois, deixar de considerar a influência decisiva dos Estados Unidos no processo político ocorrido no Terceiro Mundo e, muito particularmente, na América Latina, no período que comentamos. O contexto internacional era favorável à maré golpista e adverso aos governos progressistas. A influência norte-americana no campo internacional, agigantada depois da II Guerra Mundial, estava em seu auge, e o campo socialista, dividido pela rivalidade sino-soviética e isolado por causa de sua própria dinâmica interna, não tinha o protagonismo necessário para neutralizar, no Terceiro Mundo, o peso do aparato político-militar norte-americano.



General René Barrientos

vezes vacilantes, e as forças políticas progressistas. Divididas e carentes de uma visão correta da conjuntura que se vivia, essas forças acabaram confundindo desejos com realidades, insatisfação popular com iminência da explosão revolucionária; espírito de sacrifício, desprendimento pessoal e decisão de luta de uma elite política com o estado de ânimo de todo um povo.

“Como não é raro de acontecer nos casos de agitação social e perturbação política, a radicalização retórica era bastante maior que a efetiva”, escreveu o dirigente e intelectual comunista brasileiro Jacob Gorender, em livro recentemente publicado que analisa o período da resistência armada à ditadura, no Brasil dos anos 70.

Nesse cenário de falta de unidade e de utopias, as expectativas das massas populares eram, frequentemente, incentivadas em alta velocidade. Achava-se, equivocadamente, que líderes populares, ao chegarem ao governo através de processos eleitorais, poderiam queimar etapas, como ocorre quando os povos ocupam o poder pela revolução armada. Havia a ilusão de que séculos de exploração dos trabalhadores e gerações de marginalidade das grandes massas latino-americanas poderiam ser superados em poucos anos de gestão de um governo progressista.

O caso do Chile é um exemplo desse tipo de erro. A CIA aproveitou a estratégia equivocada de setores da esquerda e a hostilidade ou falta de compreensão de muitos setores políticos e sociais, em relação às dificuldades e limitações que enfrenta um governo popular, geralmente criadas pela pressão norte-americana e o jogo das transnacionais. Com o incentivo dos grandes meios de comunicação de massa — que na América Latina estão majoritariamente em mãos de grupos vinculados a interesses transnacionais — esses setores populares foram manipulados de acordo com uma estratégia bem planejada em Washington. E o governo de Salvador Allende estava sendo desestabilizado, antes

Os fatores internos

No entanto, devemos reconhecer que, apesar do contexto internacional ser adverso aos setores que propugnavam as mudanças, os fracassos não só se deveram a fatores externos. Foram muitos os erros cometidos pelos governos, mui-



Tanques nas ruas do Rio: o golpe de 1964 começava a mover-se

mesmo da intervenção de Pinochet.

O novo quadro

Em 1989, podemos ter novamente um quadro de governos progressistas de ampla base popular no poder. Mas, hoje, as condições são outras. A América Latina e o contexto internacional não são os mesmos das décadas de 60 e 70. Mas os exemplos e os erros estão aí para não serem esquecidos.

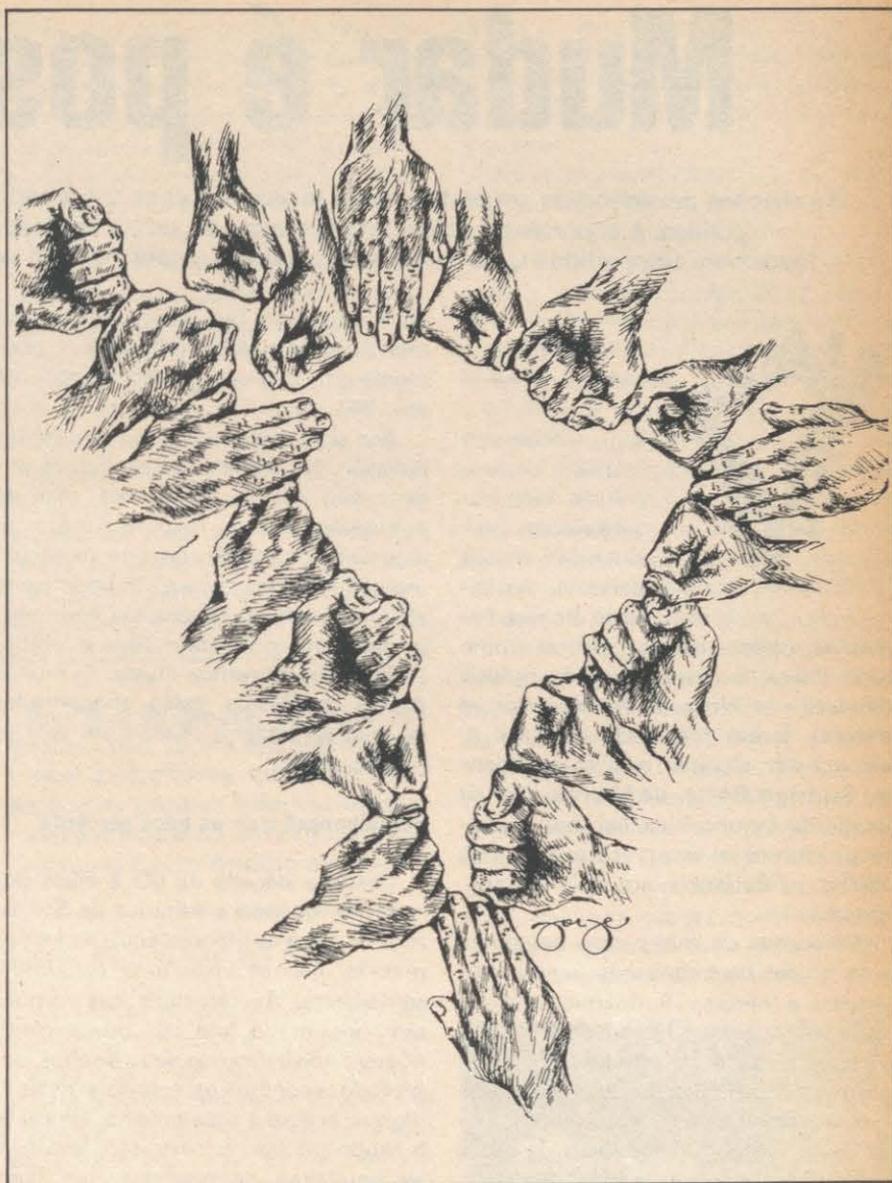
No seio da Comunidade Econômica Européia-CEE avançam as forças mais progressistas, enquanto se acentuam as tensões econômicas entre Estados Unidos e Japão. Rompeu-se o isolamento do mundo socialista e a Perestroika fortalece a União Soviética internamente e a nível internacional.

Nesse quadro, a Nicarágua consegue suportar com relativo êxito as pressões dos Estados Unidos; Angola derrota a agressão sul-africana; os palestinos se fortalecem e podem estar mais próximos de seu Estado independente; avança a paz no Golfo e no Afeganistão. O mundo comemora a derrota de Pinochet no plebiscito – que deixou o general Stroessner isolado no Paraguai – e vários países da América Latina se apressam para campanhas eleitorais que podem implicar uma mudança significativa da correlação de forças no mundo.

Os movimentos armados que nos anos 70 surgiram em resposta à sucessão de ditaduras que se instalavam, estão hoje quase todos submersos no processo político-eleitoral, disputando com maior ou menor eficácia o voto da cidadania.

No Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, que terão eleições presidenciais em 1989, as forças progressistas vêm travando árdua luta contra as pressões e as manobras divisionistas. Uma visão dialética da política de alianças substitui, progressivamente, a atração do isolamento. Poder-se-ia dizer que a esquerda e as forças progressistas estão mais maduras, dirigem melhor que antes a velha lei dos alcances e dos limites, e buscam sempre avançar.

Se continuarem fazendo uma leitura correta de nossas realidades, é possível que possam preparar-se adequada-



“No entanto, apesar do contexto internacional ser adverso aos setores que propugnavam as mudanças, os fracassos não se deveram apenas a fatores externos”

mente para conquistar o governo, no ano próximo, e fazer dele instrumento de mudança política e progresso social.

Mas, com a experiência do passado e o agravante do peso decisivo da dívida externa em nossas economias, é preciso

que repensem suas posições em face das estratégias de governo.

Talvez as forças progressistas possam ganhar as eleições nos diferentes países. Mas, dificilmente poderão governar e manter-se no poder se não se concebem mecanismos permanentes de consulta e ação concertada entre os diferentes países latino-americanos. Só assim será possível a análise permanente e de conjunto dos grandes desafios, que enfrentarão aqueles que se proponham a encaminhar o subcontinente, nos anos 90, por sendas mais auspiciosas e menos dramáticas que as que acabamos de transitar. ●

Mudar é possível

As eleições presidenciais em praticamente todos os países sul-americanos vão propiciar uma renovação política. A importância desse fato fica clara ao serem analisadas as tendências eleitorais, favoráveis aos partidos mais comprometidos com o nacionalismo econômico e a integração regional



Beatriz Bissio

Entre dezembro de 1988 e dezembro de 1989 haverá eleições presidenciais em seis países da América do Sul: Venezuela, Brasil, Bolívia, Argentina, Chile – caso se cumpra, como tudo indica, o cronograma da própria ditadura – e Uruguai. No Equador as eleições foram realizadas este ano e, em agosto, assumiu o novo presidente, Rodrigo Borja, de 53 anos, líder da Esquerda Democrática. No Peru, o pleito presidencial ocorrerá em abril de 1990 e, na Colômbia, em maio do mesmo ano.

Colocados de lado o caso paraguaio e as nações de colonização inglesa, holandesa e francesa (Suriname, Guiana e Guiana Francesa) – historicamente mais vinculadas politicamente ao Caribe que ao resto da América do Sul –, constata-se que estamos frente a uma conjuntura única na região: a renovação de todos os presidentes e quase todos os parlamentos, no breve prazo de um ano e meio. Nenhum dos presidentes atuais

da América do Sul, salvo as exceções mencionadas (será Stroessner realmente uma exceção?) estará no governo em 1990.

Por si só, esse fato já indica uma renovação. No entanto, as mudanças podem não ser só de nomes mas de orientação política, caso se confirmem algumas das tendências que mostram, em vários desses países, um favoritismo eleitoral para os candidatos com propostas que contrastam com a prática política dos governos atuais. E, muitos desses candidatos, estão enquadrados no que se poderia chamar de setores progressistas.

Semelhanças com os anos sessenta

Desde a década de 60 e início dos anos 70, quando a América do Sul estava no auge da efervescência da luta de massas, não se vivia uma conjuntura semelhante. As características comuns têm origem no fato dos povos continuarem reivindicando seus direitos, sobretudo, econômicos e sociais: salários dignos, acesso à casa própria, educação e saúde pública. E para isso, levantam as bandeiras nacionalistas que tanto marcaram os anos anteriores ao ciclo de ditaduras militares: nacionalização dos

bancos (um dos grandes beneficiados da etapa de arbítrio), controle estatal dos recursos naturais, reforma na estrutura agrária... Reivindicações às quais se soma uma nova renegociação da dívida externa de acordo com as possibilidades de pagamento de cada país.

São as mesmas reivindicações de trinta anos atrás, com o agravante que nessas últimas décadas, os níveis de pobreza do continente subiram de forma alarmante e os indicadores sociais caíram na mesma proporção.

A diferença é que os governantes que eventualmente sejam eleitos – mesmo os mais comprometidos com as camadas oprimidas da sociedade – têm muito menos possibilidades que nos anos 60 de satisfazer essas exigências a curto prazo. Eles vão herdar países com economias em crise, altos índices inflacionários, indústrias arcaicas e déficits públicos alarmantes. Somado a isso, estruturas estatais em estado de desagregação – em parte por falta de recursos e pelo clientelismo político, que favoreceu o aumento desmedido e injustificado do funcionalismo público, mas em parte também pela corrupção propiciada pelos regimes autoritários.

Entretanto, o fato de que se colocam desafios bem maiores do que em





Carlos Andrés Pérez: vitória segura

etapas passadas teve um efeito positivo: muitas das forças políticas que estão disputando o governo nos diferentes países, buscam apoio e juntam esforços com seus parceiros latino-americanos. É um indício de que a integração e a tão comentada negociação conjunta da dívida externa podem deixar de decorar a retórica dos dirigentes para passar ao terreno prático.

Venezuela: o retorno de Carlos Andrés

Parece irreversível a vitória nas eleições desse mês, na Venezuela, de Carlos Andrés Pérez, 66 anos, líder da Ação Democrática (AD) que já exerceu a presidência entre 1974 e 1978. A gestão de Pérez neste período se caracterizou por medidas econômicas nacionalistas e uma agressiva política externa, de apoio à revolução sandinista e às reivindicações do general Torrijos sobre o Canal do Panamá. Em matéria econômica, Carlos Andrés nacionalizou os recursos petrolíferos e siderúrgicos, estimulou as associações de matérias-primas e foi um dos maiores incentivadores do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela).

Durante a campanha eleitoral, o candidato social-democrata prometeu fle-

xibilizar o câmbio que, atualmente, desestimula as exportações, consideradas essenciais para o pagamento da dívida externa (30 bilhões de dólares). Pérez reiterou seu repúdio ao FMI, e é considerado, pelos credores, como um "nacionalista combativo", com o qual não será fácil negociar. A situação da economia venezuelana é crítica, porque a queda dos preços do petróleo fez diminuir, substancialmente, o ingresso de divisas. (De 15 bilhões de dólares, em 84, para 9 bilhões, em 87.) O petróleo bruto e seus derivados constituem mais de 90% das exportações venezuelanas.

De Pérez se espera, em sua segunda gestão, não só um endurecimento com os credores, mas também uma ênfase especial na política integracionista, com uma ativa participação em organismos como o Pacto Andino e o Sela.

De Pérez se espera, na segunda gestão, não só um endurecimento com os credores, mas também ênfase na política integracionista, com participação em organismos como o Pacto Andino e o Sela

Bolívia: entre o MIR e a ADN

As primeiras eleições de 1989 vão ocorrer na Bolívia, em 7 de maio, só uma semana antes do pleito na Argentina. O simples fato da realização das eleições é uma vitória da jovem democracia boliviana. Paz Estenssoro enfrentou momentos difíceis, com índices inflacionários superiores a 20.000% ao ano. Com a adoção de medidas drásticas que tiveram um alto custo social – deixando 100 mil operários e mineiros desempregados – o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) conseguiu baixar e manter os índices inflacionários em aproximadamente 11%.

Mas o MNR, o partido situacionista, está desgastado. Nas eleições municipais do ano passado ficou em terceiro lugar, atrás do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e da Ação Democrática Nacionalista (ADN). A mesma tendência à polarização entre essas forças antagônicas tende a se apresentar na eleição presidencial. O eleitorado de

direita se aglutina em torno do candidato da ADN, general Hugo Banzer Suárez, que praticamente governou junto com Paz Estenssoro, nesses últimos anos.

As forças que condenam o continuísmo e promovem uma mudança – defendendo posições nacionalistas no plano político e de cunho social em matéria econômica – apóiam o candidato do MIR, Jaime Paz Zamora, vice-presidente de Siles Zuazo no primeiro governo constitucional pós-ditadura.

O MIR, e também a AD, de Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, são filiados à Internacional Socialista e integram a Copppal (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina), uma entidade de partidos "nacionalistas, revolucionários e antiimperialistas", fundada no México em 1979.

Jaime Paz Zamora – que é o favorito nas pesquisas pré-eleitorais – acha que é necessário enfrentar a crise econômica partindo de uma perspectiva positiva. "Devemos admitir que um déficit público pode ser aceitável. Se alguém se endivida para investir na produção, é positivo. O grave é quando os déficits são criados para pagar salários", diz. Paz Zamora afirma que promoverá a captação de recursos externos, especialmente pela via de conversão da dívida.



Jaime Paz Zamora: preferido nas prévias



Menem defende um "choque produtivo", capaz de criar empregos e recuperar a indústria

A candidatura do MNR está sendo disputada entre o atual chanceler, Guilherme Bedregal, e o ministro do Planejamento, Gonzalo Sánchez Losada. A aliança eleitoral de oito partidos de esquerda, a Esquerda Unida-IU, apresentará o deputado Antonio Aranibar, dissidente do MIR. A IU aspira a colocar-se em terceiro ou quarto lugar, a fazer uma boa bancada parlamentar e a ser um fator de peso na vida política boliviana. Se nenhum dos candidatos mais fortes obtiver a maioria absoluta de votos, é o parlamento quem deve escolher o próximo presidente. Foi o que ocorreu na última eleição, quando o general Banzer, o candidato mais votado, terminou derrotado no Congresso por uma aliança do MIR, MNR e a esquerda, elegendo Víctor Paz Estenssoro. Se o caso voltar a se repetir, é quase certo que a Esquerda Unida apoiará a Jaime Paz.

Argentina: Menem favorito

As eleições argentinas de maio de 1989 serão as primeiras em sessenta anos – sem contar a reeleição de Juan Domingo Perón – que marcarão a transferência de poder de um presidente constitucional para outro. Isso não ocorria desde 1928, quando o pre-

sidente radical Marcelo T. de Alvear entregou o cargo ao seu correligionário, Hipólito Yrigoyen, vencedor nas eleições desse ano.

As duas chapas presidenciais com maiores possibilidades de vitória nas eleições de 14 de maio, são a do Partido Justicialista – integrada pelo governador de La Rioja, Carlos Saúl Menem e Eduardo Duhalde – e a do Partido Radical, integrada pelo atual governador de Córdoba, Eduardo Angeloz, e Juan Castella. As pesquisas mostram uma preferência clara do eleitorado por Menem, apesar da diferença entre ambos os candidatos ter diminuído no último mês.

No sistema eleitoral argentino, os cidadãos escolhem os membros do colégio eleitoral (com mais de 600 membros) através de listas elaboradas pelos partidos. Caso nenhum dos candidatos alcance a maioria absoluta, pode haver uma composição política – tal como está previsto na legislação da Bolívia – que dê a vitória no colégio eleitoral a outro postulante que não o mais votado. Alfonsín foi eleito por maioria absoluta.

A herança do futuro presidente argentino não é alentadora. A questão mais delicada é o problema do julga-

mento dos militares responsáveis por violações aos direitos humanos. Alfonsín transferirá ao futuro presidente a responsabilidade de decidir se continuarão ou não os julgamentos. Dezesseis gerais são acusados em vinte processos e aguardam definições.

Menem declarou que não pretende reabrir nenhum processo contra militares. Mas, não deu nenhuma resposta às reivindicações dos grupos como as mães da Praça de Maio que exigem esclarecimento do tema dos desaparecidos.

Em matéria econômica, Menem fala em "choque produtivo", capaz de criar empregos e mobilizar de modo seletivo a capacidade ociosa da indústria. Também se comprometeu a elevar o poder aquisitivo dos salários e dinamizar o aparato produtivo. O candidato peronista defende ainda a continuidade do processo iniciado por Alfonsín de integração econômica com Uruguai e Brasil, manifestando-se a favor da unidade latino-americana, para promover a negociação conjunta da dívida com os credores. Afirma que congelará por cinco anos o pagamento dos juros da dívida argentina (de 53 bilhões de dólares).



General Seregni, presidente da Frente Ampla

E faz uma diferença entre dívida financeira e a dívida comercial, se comprometendo a submeter ao parlamento a análise do tema. "A dívida financeira, isto é, os juros - disse - será objeto de negociação com os credores. Já temos feito contatos para conseguir um prazo de cinco anos, como mínimo de carência. Nesse período não sairá um dólar da Argentina. Com os recursos assim liberados, poderemos crescer". A equipe econômica de Menem também adianta que limitará o pagamento do resto da dívida a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) ou a 10% das exportações*.

Uruguai: continuísmo colorado

De todos os casos analisados, só Jaime Lusinchi, da Venezuela, e Julio Sanguinetti, do Uruguai, parecem ser os presidentes com condições de fazerem seus sucessores. É o que revelam as primeiras pesquisas, quando no Uruguai ainda não estão definidas as candidaturas para as eleições gerais do final de novembro de 89. Caso se mantenha a tendência atual, a vitória poderá ser do Partido Colorado, no governo. Pela lei de lemas no sistema eleitoral uruguaio, cada partido pode apresentar várias candidaturas presidenciais. É eleito o postulante mais votado do partido mais votado, que pode não ser - assim aconteceu nas últimas eleições anteriores a ditadura - o candidato com mais votos individuais.

O Partido Colorado deve decidir nos próximos meses quais serão seus candidatos. A ala mais a direita já tem seu nome: o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, responsável pela implantação do estado de sítio em 1968 e as primeiras mortes de estudantes. O setor ligado ao presidente Sanguinetti deve escolher entre o vice-presidente Enrique Tarigo e o senador Jorge Batlle. A decisão será adotada nas eleições internas a serem realizadas em 14 de maio de 89.

No Partido Nacional também haverá várias candidaturas. Já está lançada a do senador Luis Alberto Lacalle, líder do setor mais conservador. Seguramente postularão também a candidatura o líder do *Por la Patria* (Pela Pátria), senador Alberto Zumarán, e o do Movimento de Rocha, senador Carlos Julio



Chile: mudar a Constituição

Pereira. Os resultados eleitorais do interior do país serão decisivos para o Partido Nacional (ou Blanco), que se encontra em terceiro lugar nas pesquisas relativas em Montevidéu.

Na esquerda uruguaia, aglutinada na Frente Ampla (FA), se discute atualmente se será mantida a candidatura única à presidência, que era um dos eixos do acordo pluripartidário. O tema deve definir-se nas próximas semanas.

A constituição impõe um Conselho de Segurança Nacional - composto pelos presidentes do Senado e da Corte Suprema e os quatro comandantes militares - que na prática controla os outros poderes.

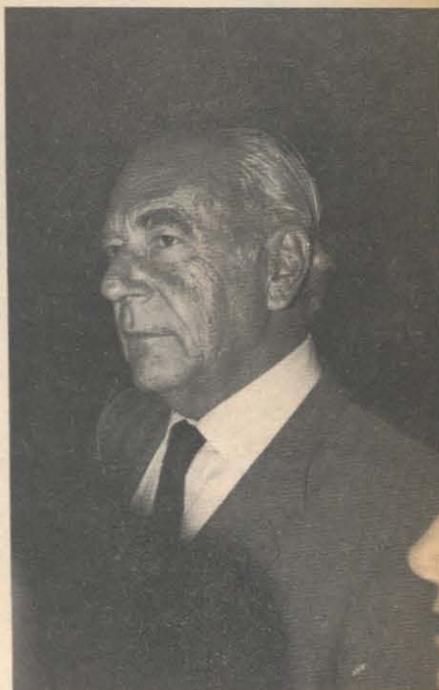
Mas a FA dificilmente poderá obter o primeiro lugar a nível nacional. Em troca, tem possibilidades reais de ganhar em Montevidéu, onde vive mais da metade da população do país e se concentra o poder político e econômico. Assim, poderia aspirar à presidência nas eleições de 1994.

O tema que poderá marcar a gestão do próximo presidente será o dos direitos humanos. Com a demora na veri-

ficação das mais de 600 mil assinaturas apresentadas perante a Corte Eleitoral para o referendo garantido pela Constituição, a definição sobre o futuro da lei de impunidade pode ficar para o sucessor de Sanguinetti. Um setor do governo está fazendo todo o possível para juntar o referendo e as eleições nacionais de 89.

Chile: mudar o jogo

Como disse Gabriel Valdés, dirigente democrata cristão, o Chile tem, depois do plebiscito, "um ditador a prazo fixo". Agora a oposição enfrenta o desafio de convencer as forças armadas a



Valdés: "temos um ditador a prazo fixo"

negociar uma reforma da Constituição de 1980. Essa carta magna impõe um Conselho de Segurança Nacional - composto pelos presidentes do Senado e da Corte Suprema e os quatro comandantes militares - que na prática controla os outros poderes. E, além disso, estabelece a figura dos senadores biônicos (9 num total de 26) que serão eleitos por Pinochet, ele mesmo com lugar vitalício no Congresso.

O ponto de partida não é, no entanto, desfavorável para a oposição: dois dos



Barrantes, o socialista em pequena vantagem sobre o conservador Llosa

quatro comandantes, o general da polícia militar Rodolfo Stanger, e o da Aeronáutica, brigadeiro Fernando Matthei, aceitam dialogar e manifestaram estar inclinados a uma mudança na composição do Conselho de Segurança Nacional e na eliminação dos senadores vitalícios. O comandante da Armada, José Toribio Merino, foi ambíguo, mas seu subalterno, o contra-almirante Juan Toledo de la Maza, afirmou que essa Constituição "é só um pedaço de papel" e que a sua Arma não a considera de valor permanente. O verdadeiro enigma é a posição do exército. E, nesse sentido, é sintomático que Pinochet tenha passado à reserva vários oficiais de alta patente, e promovido outros, considerados de linha mais dura das forças armadas.

Uma coisa está clara: a oposição vai concorrer unida às eleições presidenciais marcadas para dezembro de 89. E como se espera que corresponderá ao próximo presidente uma árdua negociação com os militares para recuperar toda a autonomia de um Poder Executivo democrático, existe também consenso na necessidade de designar candidato a um dirigente com bom trânsito nas forças armadas e posições moderadas.

Peru: haverá segundo turno

No Peru, as eleições presidenciais de 1990 não têm ainda um favorito. Mas a tendência é a polarização entre a candidatura do conservador Mario Vargas Llosa, quem trocou momentaneamente a literatura pela política, e o socialista Alfonso Barrantes, ex-prefeito de Lima.

No México, estão lançadas as bases para uma mudança que pode ameaçar a hegemonia política de sessenta anos do PRI, recordando uma espécie de "glasnost" de baixo para cima

Ambos aparecem com boas possibilidades, mas, aparentemente, terão dificuldades para se imporem no primeiro turno. (Obter mais de 50% dos votos).

Em outubro foram realizadas pesquisas em Lima e em nove importantes cidades peruanas. Nelas, Barrantes encabeça as preferências eleitorais com 29% de apoio, contra 26% de Vargas Llosa. Com 11% aparece o provável aspirante do Partido Aprista - do presidente

Alan García - o ex-primeiro-ministro Luis Alva Castro.

Barrantes é o líder da Esquerda Unida-EU e Vargas Llosa do movimento "Libertad", integrado pela Frente Democrática, o partido Ação Popular, do ex-presidente Belaúnde Terry, e o Partido Popular Cristão, do ex-prefeito de Lima, Bedoya Reyes.

O Apra, se ficar no terceiro lugar, será o fiel da balança que no segundo turno dará a vitória ao postulante de esquerda ou da direita.

México: o avanço progressista

Nas pesquisas dos diferentes países analisados, aparece nítida a força dos setores progressistas. E essa tendência se repete no antes imutável sistema político mexicano, onde as últimas eleições mostraram uma deterioração da base eleitoral do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e um significativo segundo lugar para a corrente de esquerda liderada por Cuauhtémoc Cárdenas. A Frente Democrática Nacional (FDN), que apoiou o filho do presidente Lázaro Cárdenas, se constituiu em 24 de outubro passado no Partido Revolucionário Democrático (PRD), que se define como depositário dos ideais da revolução mexicana.

Nas últimas eleições municipais, realizadas em começos de outubro, a FDN obteve 15 prefeituras que antes se encontravam nas mãos do PRI. Elas se juntam a seus 4 senadores e 139 deputados. Desta forma, estão lançadas as bases para uma mudança que pode ameaçar a hegemonia política de sessenta anos do PRI, recordando a uma espécie de *glasnost* de baixo para cima.

Esse contexto, que se apresenta relativamente auspicioso para as forças renovadoras da América do Sul, faz com que, agora sim, a mudança apareça como uma meta alcançável a médio prazo. Mas, vários perigos podem frustrar essa bela aspiração dos povos a começarem a traçar seu próprio futuro. Os analistas políticos consideram que as forças progressistas devem evitar as armadilhas da direita que tentam dividi-las e avançar só sobre chão firme. ●

* Sobre panorama eleitoral brasileiro, ver Suplemento

No país da quinta fronteira

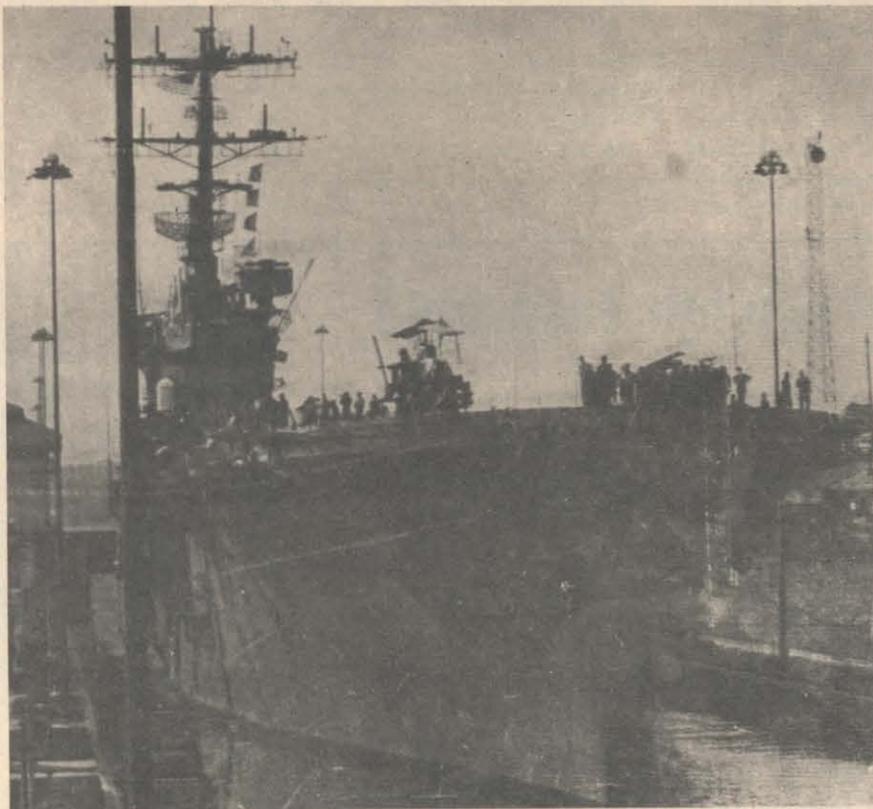
Cortado ao meio pelo estratégico canal, o Panamá sofre os efeitos da importância da passagem para os Estados Unidos e tem a soberania ameaçada

Paulo Cannabrava,
enviado especial de
terceiro mundo

A descolonização da Zona do Canal, prevista pelo Tratado Torrijos-Carter, de 1978, está ameaçada. A política do governo Reagan, que terá prosseguimento com George Bush no poder, deixa clara a intenção de manter o Panamá sob tutela. Este objetivo fica evidente nas ações desenvolvidas, ao longo deste ano, para desestabilizar esse pequeno país centro-americano.

E, com isso, como um castelo de cartas, desmoronou o sonho alimentado por um grande setor da sociedade panamenha. O sonho de que logo seriam sócios dos Estados Unidos, numa grande empresa de serviços.

Mais que um sonho, os setores de centro e direita do espectro político panamenho traçaram um projeto de desenvolvimento econômico, baseado na prestação de serviços. O Panamá se tornaria, dentro desse plano, um grande centro financeiro internacional e um entreposto comercial do Ocidente, com os serviços da Zona do Canal, o transporte de petróleo pelo oleoduto transoceânico e com uma grande frota mercante de aluguel.



Vital ligação entre dois oceanos, o canal determina a vida política panamenha

Enquanto a sociedade civil construía seu modelo, a Guarda Nacional do Panamá, transformada em Forças de Defesa, preparava-se em ritmo acelerado para substituir as Forças Armadas dos Estados Unidos na custódia da Zona do Canal. Mais que as funções de mera defesa, a antiga Guarda se preparava para assumir todas as responsabilidades no canal. Pouco a pouco, o canal foi se transformando em objetivo final para a existência e desenvolvimento das forças armadas panamenhas.

Paralelamente, a direita conservadora alimentava o projeto de retornar ao poder, considerando até alternativas de golpe militar. Segundo este projeto,

o capital estrangeiro investiria maciçamente na Zona Livre de Colón, onde instalaria montadoras para produtos industrializados de todos os tipos que dariam ao país uma condição excepcional de prosperidade.

Mas os planos da direita não tiveram sucesso. Vinte dias de greve bancária, iniciada em fevereiro, obrigaram o governo a intervir nos bancos para conter a fuga de capitais. A paralisação foi suficiente para inviabilizar o tão sonhado centro financeiro internacional. A vitalidade de um centro de finanças tem relação direta com sua agi-

lidade. Não existe investidor com paciência de aguardar 24 horas sem movimentar seu capital.

Logo depois da greve, veio o bloqueio dos fundos panamenhos nos bancos norte-americanos. Alguns bancos já foram fechados. Entre os banqueiros existe um consenso. Sem alguns anos de estabilidade político-social não há possibilidade de haver um centro bancário internacional do Panamá.

Os banqueiros acham perfeitamente normal que o governo tenha decretado intervenção nos bancos para evitar um colapso financeiro provocado pelos saques e remessas de dinheiro que estavam acabando com a liquidez do país.

Mas, ao mesmo tempo, não aceitam o bloqueio dos fundos panamenhos nos bancos dos Estados Unidos. Qualificam a medida como mera ação política destinada a desestabilizar o governo.

A ilusão do golpe

Com o agravamento da crise, as indústrias foram duramente castigadas, os agricultores não tiveram recursos para plantar e o desemprego disparou, beirando hoje 50% da força de trabalho do país.

A direita tentou um golpe com a ajuda da CIA, dinheiro dos "contras" e da ultradireita norte-americana. A articulação era tão perfeita que envolvia prati-

camente toda equipe de oficiais do G-2, o serviço de inteligência das Forças de Defesa, "cria mimada" do homem forte, general Manuel Antonio Noriega.

O envolvimento dos Estados Unidos ficou mais do que patente. Não tendo conseguido a destituição de Noriega, o presidente Eric del Valle escondeu-se na Zona do Canal, sob a proteção do governo norte-americano. Del Valle, ao tentar derrubar Noriega, violou a constituição e a Lei Orgânica das Forças de Defesa, dando o pretexto para que o parlamento o destituisse constitucionalmente.

De seu esconderijo falava todos os dias pelo canal de televisão do Exército dos EUA, como se ainda fosse presi-

dente. E a administração republicana, até hoje, desconhece o novo presidente, Manuel Solis Palma, eleito pelo parlamento.

Com a história do envolvimento de Noriega no tráfico de drogas, os Estados Unidos conseguiram colocar quase toda a imprensa latino-americana a favor de seu projeto de desestabilização do Panamá. No auge da campanha, a direita panamenha exultava, prevendo o retorno ao poder. Primeiro seria o golpe militar. Depois, seriam convocadas eleições e a direita sairia vitoriosa numa composição com o velho líder populista Arnulfo Arias Madrid – recentemente falecido – em uma frente com democratas cristãos e liberais. Mas, o velho

O torrijismo está vivo

Omar Torrijos perseguia um sonho: acabar com a presença dos Estados Unidos no Panamá. Transformar o seu país e profissionalizar sua Guarda Nacional, até convertê-la num exército moderno.

Perseguindo esse sonho, uniu a maioria dos setores da sociedade panamenha e traçou um projeto de desenvolvimento, simultaneamente à luta pela libertação nacional, ou seja, pela descolonização do canal.

Para dar apoio ao seu projeto, Torrijos provocou uma enorme "subversão" em seu país: colocou intelectuais para trabalhar com soldados, fez escolas para formação conjunta de civis e militares, organizou frentes para trabalhos de educação popular e ação cultural, prestigiou a esquerda e perseguiu a direita radical. Além disso, convenceu os oficiais de sua Guarda Nacional da necessidade de criar um partido político, para dar base de sustentação social para o projeto de desenvolvimento, aliou-se à burguesia agrária e industrial para tentar industrializar o país e desenvolveu uma política externa vigorosamente antiimperialista e independente, que lhe valeu uma grande vitória diplomática com a qual obteve os tratados Torri-

jos-Carter.

Com a morte prematura de Torrijos, a direita quase conseguiu enterrar tudo o que foi feito. A direção do Partido Revolucionário Democrático-PRD e a Presidência da República foram ocupadas, sucessivamente, desde então, por figuras sem uma visão clara do projeto "torrijista". Um exemplo disto foi Ardito Barletta, um burocrata do Banco Mundial. Ele apostou no apoio dos bancos internacionais para alcançar o desenvolvimento econômico do Panamá e submeteu o país às normas do FMI. Outro bom exemplo foi Eric del Valle, que contava com o apoio dos Estados Unidos para garantir a volta da oligarquia ao poder.

No entanto, a partir de meados do ano passado, explodiu a crise provocada por ações desestabilizadoras comandadas dos Estados Unidos. E, no desenvolvimento da crise, ruíram todos os mitos em que se sustentavam as elites panamenhas. Caiu o mito de que o gringo é o melhor amigo. Diziam que o país não podia funcionar sem os dólares. Funcionou, e, com isso, caiu o tabu de que a moeda nacional não é necessária. Hoje, até o mais renitente membro da oposição admite que a moeda na-



Torrijos: soberania e posse do canal

cional – que existe mas não circula, e se chama *balboa* – é uma necessidade. O mito de que o país não seria viável sem o centro bancário internacional também caiu e o país está funcionando mesmo sem os bancos. Diziam que a agricultura não era necessária, pois o país se sustentava com o setor de serviços e, no entanto, hoje está sobrevivendo com o setor agropecuário.

É dos escombros de todos esses mitos que ressurgiu o torrijismo. E, na Presidência da República, tentando resgatar o Torrijismo como tábua de salvação nacional, está Solis Palma, que nunca teve nada com Omar Torrijos. Um liberal progressista, ferrenhamente antimilitarista, que

líder Arnulfo Arias – três vezes presidente da república, duas vezes deposto, e exilado em Miami – voltou morto ao Panamá, fulminado por um derrame, em agosto passado.

A questão da droga é um problema marginal que nunca empolgou a sociedade panamenha. Quanto ao tráfico internacional, há que lembrar que, até 1978, quando foram assinados os Tratados Torrijos-Carter, tudo o que passava pelo Panamá era controlado pelo governo dos Estados Unidos. O aeroporto era controlado pela CIA e o porto era fiscalizado pelo Departamento de Imigração dos EUA. E, foi a partir de 78 que a Guarda Panamenha começou a assumir certas responsabilidades nessas



Atalho estratégico para armada dos EUA

áreas, mas até agora não foram totalmente cortados os vínculos como os Estados Unidos.

É fato notório que o narcotráfico internacional utiliza o território Panamá, da mesma forma que usa o do Brasil, Paraguai, Haiti, etc. para não falar da Bolívia, Peru e Colômbia que são os

maiores produtores. Mas, o que pouca gente admite é que, no Panamá, o controle sobre o tráfico e o comércio das drogas está, como sempre esteve, nas mãos de funcionários norte-americanos, que são seus destinatários finais e consumidores da droga.

Mas aconteceu um fato que não estava previsto no roteiro: alguém do G-2, fiel a Noriega, denunciou a conspiração e o comandante, com seu estado maior, controlou com certa facilidade a situação.

Tudo isso aconteceu entre janeiro e agosto. Em poucos meses, ruíram todos os mitos que alimentavam as esperanças da direita panamenha e até mesmo de setores consideráveis da esquerda.

chegou a ser exilado no tempo de Omar Torrijos, é hoje o maior defensor de Noriega e da participação das Forças de Defesa num projeto de desenvolvimento nacional.

Na luta pela reconstrução do país, Solís Palma coloca muita ênfase na restauração do setor de serviços. No momento, tenta salvar o que for possível desse setor que é a única fonte de recursos para mover a economia. Mas o importante, e aí está a ligação com o torrijismo, é revitalizar sobretudo os setores produtivos.

Os quadros políticos da época de Torrijos voltaram a ocupar postos e cargos de governo e existe uma rebelião jovem dentro do partido majoritário do país, o PRD.

Nos últimos anos, formou-se uma intelectualidade militar progressista. Majores, coronéis, sobretudo capitães, que eram tenentes na época de Torrijos e que representam um pensamento novo, diferente dos velhos oficiais da antiga Guarda Nacional, em vésperas de aposentadoria.

O pensamento torrijista está sendo especialmente sentido no Centro de Estudos Políticos e Militares, a "Escola Superior de Guerra" panamenha, criada recentemente. Nessa instituição, os jovens oficiais estudam estratégia, promovem debates sobre os problemas nacionais, regionais e intercontinentais.

O bloqueio bancário

☐ Com o bloqueio, decretado pelo Banco Central norte-americano, dos fundos panamenhos depositados em bancos dos Estados Unidos, o Panamá ficou, repentinamente, insolvente. Sendo o dólar a moeda de uso corrente, o que havia em circulação rapidamente desapareceu.

Estrangulado, o comércio começou a aceitar cheques das folhas de pagamento dos organismos governamentais. O governo iniciou o pagamento de seus funcionários com cheques múltiplos, de pequeno valor e, dessa forma, as pessoas foram se defendendo, superando o pior da crise.

Essa situação durou pouco. Por incrível que pareça, o problema hoje no Panamá é o excesso de liquidez. Existe uma grande quantidade de papel moeda em circulação. O que a ação de bloqueio do Banco Central dos EUA não previu é que, com o sistema bancário fechado, o pagamento de todas as atividades, civis e militares, na Zona do Canal, passou a ser feito em efetivo. E, obviamente, esse dinheiro se gasta no Panamá já que a Zona do Canal é exclusivamente importadora.

Desta forma o problema dos bancos é o acúmulo de efetivo. Isso porque o papel moeda é uma parte mínima da liquidez de um sistema. Esta, normalmente, é representada por instrumentos de crédito, por cheques, ordens de pagamento, etc. Com milhões de dólares imobilizados em seus cofres, os bancos estão enfrentando enormes prejuízos.

Os banqueiros explicam que qualquer negócio interbancário é movimentado com papéis, não com dinheiro. Assim, um banco com 100 milhões de dólares em ativos, em tempos normais, tem 99,5 % de seu capital em depósitos interbancários, empréstimos no papel, os quais geram juros e taxas que constituem a fonte de lucros dos bancos. Por outro lado, a indústria e comércio não estão em condições de contrair empréstimos. Bloqueados pela falta de liquidez real, sem fazer negócio algum, os bancos estão perdendo dinheiro. E isso afeta toda a economia. As seguradoras, por exemplo, têm sua liquidez congelada nos bancos, as indústrias e o comércio, sem capital de giro, operam dentro de limites mínimos. Sem movimento monetário os impostos não são pagos. Do início da crise até agosto, a arrecadação baixou 50%. E isso produziu um estancamento econômico que se agrava dia-a-dia.

Quem é Tonny?

□ Para alguns, ele é um agente da CIA. Para outros, agente duplo, traficante. Num certo momento foi a esperança da direita. Hoje ele é a alternativa para a esquerda. Conhecido pelos Íntimos como "Tonny", e como "cara de abacaxi" pelos colegas de colégio militar, o general Manuel Antonio Noriega, comandante-em-chefe das Forças de Defesa, é o homem forte do Panamá. Mas afinal, quem é Noriega?

A Guarda Nacional do Panamá foi criada pelos Estados Unidos para exercer uma função policial. As outras funções militares foram sempre exercidas pelas tropas dos Estados Unidos que mantêm em território panamenho o maior complexo militar em solo estrangeiro em tempo de paz. O comando da Guarda Nacional era compartilhado por oficiais do Comando Sul dos Estados Unidos, que tem sua sede na Zona do Canal.

Em 1968, ocorreu uma grande reviravolta com o golpe militar que depôs o presidente Arnulfo Arias. No comando do golpe, o coronel Omar Torrijos, com um grupo de jovens capitães, todos eles de origem muito humilde, mas de bom espírito profissional, formados em escolas militares de vários países latino-americanos.

Em 1969, durante uma viagem de Torrijos ao exterior, a direita articulou um novo golpe. Quem controlou a situação foi o então capitão Manuel Antonio Noriega.

Com a manutenção de Torrijos no poder graças à ação pronta de Noriega, este passa a ser o militar de sua maior confiança e, pouco a pouco, uma peça fundamental na sustentação do seu poder.

Noriega organizou, desenvolveu e comandou o onipresente serviço de inteligência - G2 - da Guarda Panamenha, até o dia em que trocou esse posto pelo de comandante-em-chefe.

Tudo o que se fez no Panamá durante a vigência do "torrijismo" teve o conhecimento, a cumplicidade ou o envolvimento direto ou indireto de Noriega. Foram homens de Noriega os primeiros militares panamenhos a passarem por cursos de formação política. Foram eles também que se juntaram a intelectuais de esquerda, convencidos de que o torrijismo era uma alternativa para o desenvolvimento do país. Foram homens de Noriega que, juntamente com Torrijos, conspiraram abertamente contra o ex-ditador nicaraguense Anastácio Somoza e, no momento oportuno, se incorporaram à confrontação final que levou ao triunfo do sandinismo. Foram os homens de Noriega que receberam asilados políticos de toda América Latina, no momento em que as ditaduras militares dominavam o continente.

Noriega preparou-se como oficial na Escola Militar de Chorrillos, no Peru. Lá, ele foi contemporâneo de oficiais que lideraram a revolução de Velasco Alvarado. Hoje ele está empenhado em transformar a antiga e provinciana Guarda Nacional numa corporação militar moderna e altamente profissionalizada.

Tudo isso faz parte visível do curriculum de Noriega. Por outro lado, sobram acusações, como a de possuir palácios na Europa e mansões espalhadas pelo Caribe. Só que ninguém forneceu o endereço desses imóveis. Falam de dinheiro depositado em bancos suíços, mas ninguém diz o número dessas contas. Falam no envolvimento com o tráfico, mas existem muito mais evidências de envolvimento da CIA e de membros do governo norte-americano do que do próprio Noriega.



Noriega: a mesma política de Torrijos

E, nesse processo, a esquerda começou a entender que voltava a ser importante para o país. E o torrijismo resurgiu revitalizado como nunca, como uma alternativa panamenha e latino-americana de salvar o país da crise e projetar os rumos do seu desenvolvimento.

Resgatando o torrijismo

O tiro disparado pelos Estados Unidos saiu pela culatra. A Guarda Nacional compreendeu que a "associação" com os gringos inviabilizaria o projeto de um dia assumir integralmente o canal. De acordo com o projeto norte-americano voltaria à condição de guarda pretoriana dos interesses dos Estados Unidos.

Para defender a sobrevivência da instituição, a Guarda se uniu e, para manter essa unidade, está resgatando aspectos do torrijismo. Encurralado pelos gringos e seus aliados internos, Noriega, como única alternativa, optou por buscar o apoio popular. Como quem tem os canais de comunicação com as massas é a esquerda - pois o populismo de direita está falido - Noriega não teve dúvidas em buscar reconstruir a aliança que Torrijos havia forjado com as forças progressistas.

Para salvar a sobrevivência da nação, no confronto com os Estados Unidos, Noriega teve, inclusive, a coragem de dar passos ousados, como a criação de milícias, iniciativa sempre evitada por Omar Torrijos. Hoje, o Panamá tem nove mil milicianos armados e treinados, dispostos a defender a Pátria. ●

O choque heterodoxo

A economia peruana cresceu 15% em dois anos, mas a inflação levou o governo a adotar medidas duras e a reaproximar-se do FMI

César Arias Quincot*

A imagem real da crise se refletiu nas humildes mãos de família que choravam nos mercados, com a impossibilidade de comprar alimentos. O novo ministro da Economia, Abel Salinas, designado para o cargo em agosto, anunciou em 7 de setembro, o maior pacote da história recente do Peru: de forma brusca os preços subiram entre 150 e 300%.

Economistas de direita e de esquerda foram chamados para expressar suas opiniões sobre o plano. As medidas finalmente anunciadas, podem ser resumidas basicamente assim: eliminação dos tipos diferentes de câmbio; fixação do valor do dólar em 250 *intis* – o que significa uma desvalorização de 100% –; elevação do preço dos combustíveis em



O ministro da Fazenda, Abel Salinas, faz um sinal positivo na reunião do FMI (foto superior), enquanto, em Lima, consumidores fazem fila em frente a supermercado

400%, supressão e/ou diminuição dos subsídios aos alimentos, com a consequente elevação dos preços e seu congelamento por 120 dias.

O povo peruano sabia que eram necessárias medidas duras para enfrentar a crescente inflação, gerada por um enorme déficit público (calculado em 15% do Produto Interno Bruto) que tem sua origem nos subsídios e nos diversos tipos de câmbio. Mas, a população esperava que, de alguma maneira, se pudesse evitar que o novo plano gerasse recessão e reduzisse ainda mais o poder aquisitivo. Por isso, a reação popular foi dramática.

Já nos dias anteriores ao anúncio do choque econômico, ocorreram saques nos supermercados e, depois da adoção do plano, o centro de Lima transformou-se numa verdadeira praça de guerra, com greves reprimidas violentamente – incluindo uma paralisação do Serviço Industrial da Marinha (Sima) e roubos maciços em lojas e mercearias. As mobilizações e saques se repetiram em outras cidades como Trujillo, Cusco e Puerto Maldonado.

Críticas da esquerda e da direita

A política econômica original do governo de Alan García, de reativação e grande crescimento, de congelamento de preços e contenção inflacionária, se transformou, pouco a pouco, em seu oposto e a economia começou a dar sintomas de recessão com uma inflação em alta.

Para os economistas conservadores, as razões são claras: o governo e seus "heterodoxos" desconheciam as leis objetivas da economia e as consequências estão à mostra. Os economistas de esquerda dão explicações menos rígidas



Trabalhadores pegam carona para chegar ao serviço, durante a greve das empresas de ônibus

e, em geral, concordam que a reativação generalizada da economia, ocorrida entre 1986 e 1987, produziu enormes excedentes ao setor oligopólico e, que este, investiu muito pouco e retirou os capitais do país.

Com base no pensamento dos especialistas que trabalharam na equipe econômica do governo aprista, pode-se avaliar alguns dados e interpretações para entender um problema que afetou não só o Peru, como também vários governos de caráter progressista e popular do continente.

Em julho de 1985, quando Alan García assumiu a Presidência, a economia estava em recessão. O setor produtivo estava estancado, a economia não crescia há três anos e a inflação se projetava acima de 150% anuais. Mas, a paralisia havia permitido acumular divisas e o setor produtivo podia ser reativado com relativa facilidade, mediante medidas "heterodoxas".

O governo congelou os preços e o câmbio, baixou os juros, subiu os salários e, com isso, fez crescer a demanda. O salário real aumentou em 15% e o salário mínimo em 20%. (Segundo estatísticas oficiais, quase dois milhões dos

7,2 milhões de trabalhadores do país recebem salário mínimo). Com mais consumo, a produção aumentou e a economia cresceu, durante o ano de 1986, em 9%, enquanto a inflação caiu para 75% anuais. Depois, foram estabelecidos tipos de câmbio múltiplos, com o que se subsidiava a importação de alimentos e de certos insumos destinados a produzir remédios e artigos básicos. (O dólar para importação de alimentos básicos estava cotado em 33 intis e o dos produtos industrializados em 125 intis.) Com essa política, o preço dos combustíveis "explodiu"; o tipo de câmbio não estimulou a exportação de manufaturados, enquanto a importação de alimentos e insumos para uma indústria em crescimento consumiu mais divisas do que se arrecadou para as exportações.

O ajuste que não foi feito

Tudo isso levou um grupo de economistas heterodoxos a aconselhar um ajuste para fins de 1986. Os objetivos eram incrementar as exportações de manufaturados e fechar a "brecha" fiscal. Naquele momento, o ajuste teria si-

do suave e sem maiores consequências sociais. Mas, uma parte da equipe de governo, empolgada pelos êxitos do crescimento, o aumento do emprego e a alta do salário real, insistiu em continuar prolongando o que deveria ser um plano de curto prazo.

Esta é, segundo técnicos que viveram aquela situação, a raiz do mal. A isso, se agrega um ponto no qual os economistas oficiais coincidem com seus críticos de esquerda: o ministro da Agricultura, contradizendo de fato o discurso presiden-

cial, deu grande incentivo às importações. Essa política só era viável com o dólar barato e com o esgotamento das reservas não teve sucesso.

Os êxitos de 86, serviram para demonstrar que é possível implementar em nossos países pobres e dependentes uma política diferente das promovidas pelos estreitos e obtusos parâmetros monetaristas. Em 87, a produção cresceu 7%. Isso significa que a economia peruana, em dois anos, cresceu mais de 15% em termos de produto bruto. Mas, as reservas de moeda norte-americana diminuíram perigosamente. Como era de se esperar, tanto os economistas como os políticos advertiram para as consequências graves que isso podia ter. Enquanto isso, os empresários dedicados à exportação criticaram o "caráter antiexportador" da política econômica.

O novo plano heterodoxo

Para a oposição houve "irresponsabilidade" por parte do governo. Entré as falhas estaria o congelamento de preços por 120 dias, que alguns economistas consideram um período excessivamente

FMI avalia economia peruana

□ Uma missão do FMI esteve em Lima, no final do mês de outubro, para analisar a economia peruana. Essa foi a segunda missão do Fundo a visitar o Peru, desde que o presidente Alan García assumiu o governo, em julho de 1985.

O grupo do FMI chegou 45 dias depois que, por iniciativa própria, o governo peruano colocou em prática um plano econômico tão enérgico como os habitualmente receitados por essa instituição monetarista. A visita de delegações desse tipo a países da América Latina é geralmente assunto rotineiro, mas no caso peruano o fato se reveste de importância, porque, há cerca de um mês, o presidente García manteve uma dura confrontação com o FMI. Isso, depois

de aplicar, durante quase três anos, uma política contrária às recomendações do FMI.

Nessa crise, um setor do Apra (partido situacionista) e a oposição conservadora, assim como as organizações de empresários, exigiram que o presidente García se aproximasse do FMI. Em fins de setembro, o ministro da Economia, Abel Salinas, dirigiu-se ao encontro conjunto com o FMI e Banco Mundial, em Berlim. Nessa ocasião, ficou combinada com o diretor do FMI, Michel Camdessus, a recente visita da missão do Fundo à capital peruana.



Alan García

longo, que só vai favorecer aos especuladores.

Para os que trabalharam na equipe econômica, o problema foi o excesso de entusiasmo de alguns técnicos influentes, que tentaram manter um plano conjuntural excessivamente prudente. Mas, confiam que o plano atual pode sanear a economia.

No início de 88, foi tentado um gradualismo, isto é, uma política de ajuste

gradual. Mas, a equipe econômica não deu às medidas a consistência necessária. Quando o presidente designou para essa pasta o engenheiro Abel Salinas, ex-ministro do Interior e das Minas e Energia, estava nomeando um homem enérgico e com sentido prático. Um dirigente já testado durante a difícil crise que levou à reorganização das forças policiais. Mas, já era tarde. Para a maioria dos economistas a essa altura o gra-

dualismo era inviável; só cabia um novo choque heterodoxo.

Uma vez adotadas pelo governo as últimas medidas econômicas, o clima político ficou mais tenso. A maior parte dos líderes da oposição disse que o programa fracassaria. Os economistas, mais cautelosos, só sugeriram algumas ratificações, mostrando-se de acordo no substancial com a proposta oficial.

Os oposicionistas responsabilizam o presidente Alan García pelo fracasso econômico (nos últimos doze meses, a taxa de inflação atingiu o recorde de 1.111,8%¹) e alguns pediram sua renúncia. Mas, essa atitude foi rejeitada pela maioria dos setores políticos, para evitar qualquer pretexto que possa justificar uma saída inconstitucional.

Por outro lado, tanto os opositores como os parlamentares ligados ao governo pediram o afastamento do ex-ministro da Economia de suas funções consultivas, a saída de assessores estrangeiros que foram condenados por alguns meios de comunicação, e a renúncia de outros altos funcionários.

Outro tema em debate é a relação com o FMI. Para a direita, trata-se de uma tábua de salvação que solucionará todos os problemas do Peru. Na esquerda e no Apra, há quem acredite que qualquer tipo de acordo com o Fundo será negativo. O governo, pelo seu lado, acredita que se o FMI aceitar o programa econômico, o saldo da renegociação pode ser positivo.

Sob este ponto de vista, os economistas da equipe oficial acreditam que se o programa antiinflacionário conseguir seus objetivos, no início de 89 será possível retomar uma fase de crescimento, mais limitado, entretanto, do que na primeira etapa do governo de Alan García. O problema virá à tona com gravidade, se o plano não der os resultados esperados. ●

* O artigo original de César Arias Quincot foi atualizado com informações de nossos serviços informativos

¹ Segundo dados anunciados pelo governo peruano, no início de novembro, o Índice de inflação em outubro foi de 40,6%, recorde de todos os tempos. As autoridades econômicas de Lima haviam previsto que em outubro a inflação não passaria dos 30% para em seguida cair para menos de 10%, em decorrência do choque econômico implantado a 6 de setembro.



Soldados do exército apagam as chamas provocadas por pneus queimados por estudantes

Violência extrema

Qualquer um que levantar a voz em defesa dos direitos humanos na Colômbia pode ser vítima da violência endêmica que tomou conta do país

Aldo Gamboa

Os grupos paramilitares de direita agem de maneira cada vez mais livre na Colômbia e transformam em vítima potencial qualquer pessoa que se lançar na defesa dos direitos humanos. Os métodos variam, desde emboscadas até ataques armados no meio de uma festa, como ocorreu num baile caipira. Este quadro dramático torna-se uma rotina, conforme deixa claro para **terceiro mundo** o dirigente sindical Hector Fajardo. "Estamos vivendo um genocídio, um massacre deliberado dos trabalhadores - denuncia Fajardo. Por isso - continua - a Central Única dos Trabalhadores-CUT está tentando negociar uma saída pacífica para o conflito colombiano".

Para ajudar os latino-americanos a entenderem melhor o fenômeno da violência na Colômbia, Héctor Fajardo, um educador que foi membro da direção do Sindicato de Professores de Bogotá e, posteriormente, integrou o Comitê Executivo da Federação Colombiana de Educadores (FECODE), realizou viagem por vários países do subcontinente. Atualmente, ele representa os professores na CUT, que engloba 82% do movimento sindical, e participa da



Juventude colombiana: sátira contra o poder e um grito pelos direitos humanos

direção provisória do projeto de construção do Movimento do Socialismo Democrático (MSD).

O perigo fascista

O objetivo da CUT colombiana é iniciar campanha de conscientização na América Latina sobre a gravidade da violência no país, e denunciar os setores que estão interessados em destruir o regime democrático e substituí-lo por outro de orientação fascista. Tais grupos, segundo Fajardo, "estão apelando não só para o endurecimento do regime, mas também na eliminação física dos democratas, dos revolucionários e dos dirigentes sindicais".

Companheiros do professor viajaram à Europa, com a mesma missão informativa, e encontraram "uma imensa solidariedade por parte do movimento sindical, do povo e de alguns governos".

Mas, para os trabalhadores colombianos, o fundamental é a solidariedade latino-americana, "porque o que acontece na Colômbia não passa de uma experiência do setor mais reacionário do capital transnacional e das oligarquias, que, posteriormente, poderão colocá-la em prática em outras partes do continente".

Segundo Fajardo, tais setores já não se interessam por regimes ditatoriais,



Hector Fajardo: denunciando o genocídio

que resultam em alto custo político e muitas vezes econômico. "Agora, necessitam de métodos novos de dominação e controle, com práticas mais refinadas e sutis do que as das ditaduras".

Abaixo, a entrevista com Hector Fajardo:

Reino de aparências

Você acredita que o endurecimento, ao qual se referiu, pode acabar com a tradição democrática da Colômbia?

- A Colômbia tem tradição de governos alternados do Partido Liberal e do Conservador. Tivemos só três ditaduras militares: a do general Melo, em fins do

século passado; a do general Reyes, no início deste século, e a do general Rojas Pinilla, este na década de 50. Somadas as três, são aproximadamente 8 anos de ditadura militar. No entanto, isso não significa que tenhamos vivido em regime democrático, embora as instituições tenham se mantido estáveis. Mas, a verdade é que essas instituições funcionam de forma antidemocrática.

Não permitem a participação?

— A participação das massas de trabalhadores é extremamente restrita. Somos o único país da América Latina que, somente neste ano, conseguiu eleger prefeitos pelo voto popular direto. E tal fato foi considerado a reforma democrática mais importante do século...

Quando começou a alternância no poder de liberais e conservadores?

— Em 1957, quando os dois partidos fizeram um acordo, através da convocação de um plebiscito, para impedir que outras forças chegassem ao governo. Através de reforma constitucional, decidiram que, durante 16 anos, se alternariam no governo, em acordo conhecido como "Frente Nacional". Virgílio Barco implantou outra forma de governo, que ele chama de "governo com oposição". Neste momento, o Partido Liberal governa e o Conservador faz oposição.

Qual foi a consequência política dessa forma de governo?

— A de induzir muitos setores políticos a optar pela luta armada como alternativa, na década de 60.

Fortalecer a sociedade civil

Qual é a proposta da CUT para o momento?

— A CUT, desde sua fundação, propôs-se a contribuir na busca de uma saída política para a situação de violência que estamos vivendo. No 1º de maio de 1987, através de nosso presidente Jorge Carrillo Rojas, lançamos ao país a proposta de uma grande Convergência Nacional, com vistas a saídas políticas. Uma convergência para a discussão dos problemas nacionais, por parte de todos os colombianos interessados em democratizar o regime. Consideramos que devem participar dela o governo, os mi-

litares não comprometidos com a guerra suja, a igreja católica — que tem grande representatividade e influência — os grupos econômicos sem vínculos com a repressão, os movimentos guerrilheiros — se optarem de verdade pela paz — e todos os setores sociais e populares.

A CUT, e eu pessoalmente, acredita que se necessita hoje, mais do que nunca, fortalecer a sociedade civil. Buscamos uma saída política, porque 40 anos de luta guerrilheira mostraram que o movimento armado não ganhou o apoio do povo colombiano para um projeto insurreccional de tomada de poder. Existe a convicção, em setores da

mais arrogantes e impermeáveis a qualquer idéia de mudança — alguns latifundiários que não estão interessados em permitir ou propiciar uma reforma agrária no país, e alguns grupos militares.

E o narcotráfico?

— Obviamente, não podemos desconhecer-lo. Os narcotraficantes estão ligados à "guerra suja"; assim como as forças armadas, o governo e as classes dominantes. E com um agravante: têm um poder econômico quase inconcebível para nós. Calcula-se que só o "chefão" do Cartel de Medellín — talvez o maior traficante de drogas do mundo —



A CUT colombiana protesta nas ruas contra as políticas das oligarquias

guerrilha e do exército, de que nenhum deles tem condições de vencer o adversário. Consequentemente, manter a confrontação por mais tempo não faz sentido. O custo social seria muito alto e carece de perspectivas reais de sucesso.

Acredita que este novo plano terá êxito?

— Sim, exceto naqueles setores favoráveis ao fascismo.

Quem está agindo desse modo?

— Alguns setores da burguesia — os

possui uma fortuna pessoal entre 4 a 5 bilhões de dólares.

Existe a tendência, em alguns meios de comunicação, de estabelecer uma vinculação entre os grupos guerrilheiros e o narcotráfico. Qual é a sua opinião?

— Na CUT, vemos sempre com perplexidade como se pretende vincular a guerrilha com o narcotráfico. Alguns acontecimentos recentes mostram que é impossível que isso aconteça. Está claro hoje que o assassinato de Jaime Pardo Leal, o dirigente da União Patriótica

UP), foi cometido pelos narcotraficantes. Como, então, o narcotráfico mata seu "chefe" ou "aliado" mais próximo, se as insinuações neste sentido fossem verdadeiras? Pensamos que tudo isto faz parte de uma campanha orquestrada, para justificar a "guerra suja".

A vida humana perde valor

Como se expressa essa crise de violência que vive a Colômbia?

— A manifestação mais clara é a perda absoluta do valor da vida humana e do respeito aos direitos humanos.

Na Colômbia, assassina-se diariamente. Não só os revolucionários, os dirigentes sindicais e populares, mas qualquer pessoa que se atreva a levantar a voz para reclamar respeito pela vida ou pelos direitos humanos. Nessa batalha, caíram homens eminentes, como Rodrigo Lara Bonilla, ministro da Justiça, homens honrados como Carlos Mauro Hoyos, procurador-geral da república; democratas, como Guillermo Cano, diretor do jornal "El Espectador", ou como Héctor Abad Gómez, militante do Partido Liberal, professor respeitado, cujo único crime foi ter presidido por muitos anos o Comitê de Direitos Humanos em Antioquia. Também foram assassinados padres, juizes e autoridades. Para a CUT, a bandeira do direito à vida não é só pela defesa de seus militantes e dirigentes, mas para todos os colombianos.

Um genocídio de trabalhadores

CUT tem sofrido represálias por parte de grupos paramilitares?

— Nos quase dois anos de vida da CUT foram assassinados 167 dirigentes e operários de base, três deles membros da Junta Nacional. Além disso, o assassinato é preparado através de ameaças. Atualmente, existem mais de mil membros da CUT ameaçados de morte, entre eles vários dirigentes, nosso presidente — um militante do Partido Liberal, ex-ministro do Trabalho durante o governo passado — e um dos vice-presidentes, além de Joaquim Saray, membro do executivo, e o presidente do sindicato de trabalhadores da Caixa Agrária. Eu também venho sendo ameaçado.

À espera de novo diálogo

Na intenção de frear a violência, os partidos políticos, os sindicatos, corporações empresariais, movimentos sociais, parte das forças armadas e a igreja católica da Colômbia decidiram sentar em torno de uma "mesa de diálogo nacional", na busca de um acordo que permita pacificar o país. A esse esforço se somou a Coordenação Nacional Guerrilheira (CNG) Simon Bolívar, que agrupa todas as organizações armadas da esquerda colombiana (Exército Popular de Libertação-EPL, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-FARC, Exército de Libertação Nacional-ELN, Partido Revolucionário dos Trabalhadores-PRT, Movimento 19 de abril-M-19, e o movimento pró-indigenista Quintín Lame).

Diferentes fórmulas de paz foram propostas de forma individual, por cada um dos grupos guerrilheiros ao bispo Dario Castrillón, presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), coordenador do diálogo nacional. Ele anunciou, em 19 de agosto, que o documento entregue pela guerrilha, "embora não constitua um plano de paz homogêneo, contém propostas que avançam significativamente para um acordo".

Tentando romper o impasse

Alguns observadores destacaram, em Bogotá, que a iniciativa de paz guerrilheira inclui uma série de pontos semelhantes aos propostos pelo governo e outros que são divergentes. O governo distingue diferentes planos de entendimento. Existem pontos de fácil consenso, como a necessidade de explorar todas as instâncias de diálogo. Também são de fácil consenso as fórmulas jurídicas, necessárias para facilitar a reinserção social das forças guerrilheiras.

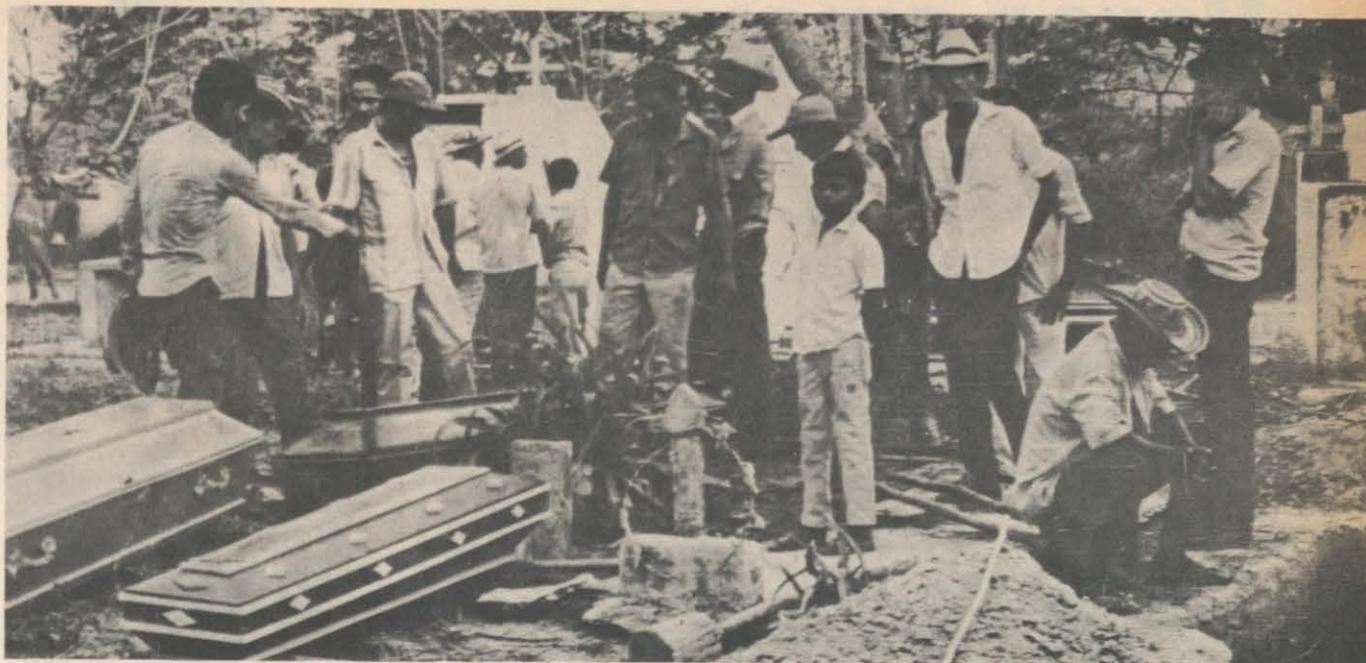
Pontos em torno dos quais há uma certa dificuldade são aspectos relativos à moratória da dívida externa, à eliminação das atuais restrições ao direito de greve e, em outro plano, à libertação dos presos políticos e à investigação de toda a "guerra suja", que o governo de Virgílio Barco espera resolver conjuntamente com a participação da oposição armada e não armada.

Mas, existem também aspectos de difícil discussão, que necessitam ser analisados da forma mais ampla possível. Trata-se da nacionalização dos recursos naturais, a eventual convocação dos narcotraficantes, para que se somem ao diálogo nacional, a desmilitarização das zonas camponesas e indígenas, a nomeação de um civil para o ministério da Defesa e a queda da lei antiterrorista promulgada este ano.

A política governamental de negociação com a guerrilha de esquerda se baseia na decisão de modernizar a vida institucional do país. Essa política está definida numa proposta de reforma constitucional apresentada ao parlamento pelo Poder Executivo. O projeto propõe a modernização do Estado, estimulando o pluralismo político mediante a aceitação de novos partidos, provenientes da desmobilização da guerrilha.

A diferença entre os contatos atuais e a negociação de 1984 entre o governo e as FARC é que, agora, Virgílio Barco parece disposto a incluir nas negociações as outras cinco organizações guerrilheiras. Para dar continuidade à proposta de diálogo foi instalada no final de agosto, em Bogotá, a "Comissão de Convivência Democrática", com o objetivo de encontrar pontos de contato e de divergência entre as posições do governo e da guerrilha.

Em outubro e novembro, a iniciativa do diálogo tomou um perigoso rumo de imposições governamentais e de intransigência de elementos militares, levando inclusive a alguns sangrentos confrontos entre destacamentos militares e a guerrilha, provocando o temor de que se frustrasse, mais uma vez, a tentativa de uma saída política para o impasse colombiano.



Moradores de Melhor Esquina fazem o sepultamento das 28 vítimas do massacre promovido pela direita

Quais as características da repressão hoje?

– A “guerra suja” começou com a eliminação física, seletiva e individual. Mas, esse período já foi superado. Agora, se passou ao genocídio, ao massacre de trabalhadores. Na região de Urabá, no norte de Antioquia, morreram mais de 45 pessoas só em três ações dos grupos paramilitares. No estado de Córdoba, num lugar chamado “A Melhor Esquina” (imaginem se fosse a pior), foram metralhados 28 camponeses que estavam numa festa. Em outro estado, numa única ação, os paramilitares assassinaram 14 camponeses.

Recentemente, foram organizadas grandes marchas camponesas, que partiam do interior para as cidades, com o propósito de exigir garantias para o trabalhador do campo e pedir ao governo medidas de respeito à vida. Essas caminhadas foram tratadas militarmente. Numa delas, morreram sete militares e 12 camponeses. Em outra, 22 trabalhadores foram assassinados.

No estado de César, havia uma festa de trabalhadores na sede do sindicato. Estavam dançando um pouco, como costumam fazer os colombianos para passar o domingo. Chegaram os pisto

leiros e mataram três. Minutos depois, dirigiram-se ao local onde viviam os dirigentes que tinham acabado de matar, e metralharam a casa. O que fazia a polícia e o exército, enquanto os paramilitares se deslocavam do sindicato para a casa dos dirigentes?

Que papel cabe ao governo nessa crise?

– Entendemos que, embora o governo não esteja comprometido com tudo isso, fica comprometido, pelo fato de as investigações nunca chegarem a bons resultados e de não existir um único condenado. Os crimes estão sendo encobertos por um manto de impunidade.

Mobilização, apesar do medo

A CUT defende a participação da igreja no diálogo. Qual seria seu papel nesse processo?

– A hierarquia da igreja também está propondo a convergência nacional. E mais: a igreja propõe que se volte a estabelecer o diálogo entre o governo e a guerrilha na busca de uma trégua. E a incorporação da guerrilha na vida civil. Para isso, oferece-se como intermediária. Nós respaldamos essa posição. Se convidam a CUT para participar desse

processo de intermediação e negociação, lá estaremos.

A participação popular, que a CUT reclama, não está inibida pelo medo?

Com esta onda de crimes, pretendeu-se impedir a organização e o fortalecimento da unidade do movimento popular. Mas, surgiu o estreitamento das relações entre o campo popular e o campo democrático, o que sem dúvida é importante. Felizmente, os crimes não conseguiram ainda atemorizar o nosso povo. Talvez em nenhum outro país da América Latina, o movimento popular se mobilize com tanta força como na Colômbia. Tivemos grandes manifestações em todo o país. Quando organizamos o “1º de Maio pelo direito à vida”, só em Bogotá saíram às ruas entre 80 a 100 mil pessoas. As manifestações rurais conseguiram reunir cerca de 70 mil trabalhadores.

Por isso, as perspectivas, embora sejam difíceis, não são trágicas. Existe na Colômbia um movimento popular e democrático que ainda tem grande capacidade de mobilização. É este o principal objetivo da CUT: a unidade do campo popular e a mobilização das massas, para consolidar o processo de busca de soluções políticas à crise. ●

Horas amargas

Organizações norte-americanas tentam arrecadar fundos para os contra-revolucionários aliados da África do Sul, enquanto Maputo e Harare denunciam as atrocidades cometidas pelos grupos da Renamo



Os contra-revolucionários da Renamo são financiados pela África do Sul e causam grandes perdas humanas e materiais a Moçambique

*Dingaan Mpondah**

Denúncias recentes comprovam que duas organizações norte-americanas, a "American Freedom International" e a ultradireitista "Fundação Heritage", prestam apoio aos rebeldes da Resistência Nacional de Moçambique-Renamo, através do Escritório de Informação e do Centro de Investigação de Moçambique, em Washington.

Ambas as organizações utilizam as duas agências como base de operações de uma campanha de propaganda contra o governo de Moçambique, e arrecadam fundos para promover a causa dos grupos da Renamo a nível internacional, especialmente em Washington. Os terroristas são treinados e equipados pela África do Sul, que também lhes fornece apoio militar estratégico.

A Renamo é a versão atualizada do antigo MNR (Movimento Nacional de Resistência), criado pelos serviços de inteligência da Rodésia (atual Zimbábue)

para desestabilizar o governo de Moçambique. Depois que a Rodésia alcançou sua independência e deixou de financiar este tipo de atividades contra-revolucionárias, o MNR passou para a órbita da África do Sul.

Tom Schaaf dirige o escritório de propaganda da Renamo em Washington e tenta obter recursos do governo republicano, sob o amparo da "doutrina Reagan", que apóia a formação de frentes anticomunistas nos países com governos de orientação socialista. Em 1987, quando o líder da Renamo, Alfonso Dhlakama, visitou os Estados Unidos, obteve um tratamento destacado, que indignou os dirigentes da Organização da Unidade Africana (OUA), que apóiam o governo da Frelimo, liderado pelo presidente Joaquim Chissano, na sua luta contra os terroristas financiados pelo "apartheid".

Uma situação trágica

A Renamo opera em Moçambique seguindo a tática tradicional de tentar a

desestabilização econômica do governo socialista, para gerar o descontentamento popular e retirar-lhe as bases de apoio.

Aproximadamente um terço da população de Moçambique sofre atualmente de inanição. Mais de 10% dos habitantes não têm moradia e mais de meio milhão de pessoas se refugiou nos países vizinhos. A maioria das escolas, creches e centros de saúde foi destruída ou teve que fechar suas portas em consequência dos frequentes ataques terroristas. Cerca de 45% das mortes de crianças, de até cinco anos de idade, são resultado direto das incursões armadas dos bandos da Renamo.

Os custos econômicos da guerra de desestabilização promovida pela África do Sul contra os países da "Linha de Frente" e em outras nações da África Austral estão calculados em mais de 30 bilhões de dólares.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-Acnur, a produção econômica moçambicana não é suficiente para cobrir as ne-

cessidades alimentícias dos quase 5 milhões de habitantes das regiões mais afetadas pela guerra. Estas pessoas correm perigo de desnutrição e podem até morrer de fome, se não receberem ajuda alimentar permanente.

Ameaça à segurança

O governo de Moçambique também enfrenta um dilema: apesar dos grandes esforços para viabilizar os serviços essenciais, 42% do orçamento nacional são destinados à defesa, o que inevita-

alcance dos ataques terroristas, são enviados de volta a Moçambique em veículos militares.

Alguns dos refugiados encontraram emprego seguro nas plantações de cana, chá e algodão ou nos pastos de ovelhas do Zimbábue. Mas agora, devido à deterioração da segurança, o governo de Harare ordenou que nenhum moçambicano seja empregado, salvo com autorização expressa.

O Departamento para a Prevenção de Desastres e Calamidades Naturais de Moçambique está reservando e prepa-

os da Nicarágua, vem dividindo profundamente o Comitê de Relações Exteriores do governo dos Estados Unidos e organizações de ativistas, à medida que as guerras da África Austral tomam novas dimensões.

Uma vítima recente das atrocidades da Renamo contou que, depois de assassinar sua família e destruir sua casa, um grupo de mercenários lhe cortou brutalmente os lábios, o nariz e a mão esquerda, para que servisse de exemplo.

Outra vítima, José Pinho, perdeu mulher, dois filhos, casa, dinheiro e ou-



A destruição provocada pelos inimigos torna precária a produção alimentar e transforma a fome no maior drama do país

velmente tira recursos de áreas vitais.

Cerca de 70 mil moçambicanos vivem em quatro campos de refugiados formados ao longo da fronteira com o Zimbábue. Os campos ficaram tão cheios que o governo, juntamente com o Acnur, a Cruz Vermelha e várias organizações não-governamentais, está tentando conseguir recursos para a criação de um quinto campo de refugiados.

A polícia do Zimbábue e o exército moçambicano começaram um levantamento minucioso dos refugiados para eliminar os elementos infiltrados. Por outro lado, alguns refugiados provenientes de zonas consideradas fora do

rando dois terrenos, nos quais se estabelecerão aproximadamente 100 mil refugiados moçambicanos, repatriados do Malawi e do Zimbábue. Um dos diretores do departamento, Manuel Nogueira, disse que o programa de repatriação seria empreendido conjuntamente pelo governo do Zimbábue e pelo embaixador de Moçambique em Harare, enquanto que a Acnur teria um papel ainda não-definido.

Divisões nos Estados Unidos

O tema da ajuda aos "contras" moçambicanos e angolanos, assim como

tros bens. No começo de março de 1988, e após um ano de andanças pela selva com um filho, alimentando-se de raízes e folhas, encontrou um centro de recepção do governo, onde relatou sua trágica história. Os centros de recepção têm pintada uma enorme cruz vermelha, e são facilmente identificáveis no meio da selva. Neles são acolhidos os desabrigados e pessoas desnutridas por, no mínimo, uma semana. Após este período, os necessitados são encaminhados para outros órgãos governamentais. ●

* Dinggaan Mponda, jornalista independente no Zimbábue

A proclamação do estado independente

Após onze meses de insurreição na Cisjordânia e em Gaza, com centenas de vítimas e milhares de detidos, a OLP dá um passo de importância histórica, que deverá mudar o destino dos territórios ocupados por Israel

Mohammed Salem

O contingente militar enviado pelo governo de Israel aos territórios de Gaza e Cisjordânia, o mais importante desde a ocupação que precedeu a guerra dos seis dias de 1967, foi incapaz de conter as explosões de alegria da população árabe, quando se espalhou a notícia de que, em Argel, acabara de ser proclamada a independência do Estado palestino. O governo de Yitzhak Shamir havia implantado o toque de recolher, cortara a luz elétrica e as linhas telefônicas, e as suas tropas estavam de prontidão. Mas, os palestinos dos territórios ocupados se lançaram às ruas, içaram a sua bandeira nacional em vários pontos estratégicos e soltaram fogos de artifício para comemorar a decisão tão aguardada.

Os palestinos que vivem no território de Israel também se manifestaram, desta vez com uma greve geral, e muitos jovens cobriram a cabeça com os tradicionais lenços (*kuffiya*) e entoaram canções revolucionárias. Nas cidades de Nazaré e de Shufr'Amr — cuja população é predominantemente árabe — bandeiras palestinas tremulavam em várias casas. Em Jerusalém, houve mais de 500 detidos entre os jovens que, em aberto desafio à tropa que ocupa-

va as ruelas da parte mais antiga da cidade, saíram a exprimir a sua alegria e acabaram enfrentando com pedras os veículos militares.

As forças israelenses tentaram isolar os bairros de Aisawiya, Silwan, Thawri e Beit Hanina. Mas, a população usou da imaginação para pular as barricadas improvisadas e acudir maciçamente à convocação dos seus dirigentes, para se reunirem em frente à mesquita de Al Aqsa e demonstrarem o apoio às reso-

luções do 19º Conselho Nacional Palestino-CNP, realizado entre 12 e 15 de novembro, em Argel.

A reunião em frente a Al Aqsa começou à tarde, no dia 16, e pouco depois a bandeira palestina enfeitava esse ponto estratégico da velha Jerusalém, proclamada pela OLP, na histórica reunião do Parlamento no exílio, como a capital do novo país.

Na histórica cidade de Nablus, na Cisjordânia, centenas de jovens desfilarão pelas ruas com os rostos cobertos. Em Ramallá e vilas vizinhas, as forças israelenses ampliaram o toque de recolher, enquanto o campo de refugiados de Qalandia era ocupado por mais de mil soldados, com apoio de tanques. Em Hebron, as tropas ocuparam os distritos mais antigos e cortaram os acessos ao centro da cidade. Depois de vários confrontos com as forças israelenses, numerosos jovens se refugiaram nas montanhas próximas. Na vila de Idna, as tropas demoliram treze casas palestinas, como represália às celebrações da independência. O toque de recolher foi imposto nas cidades de Belém e de Beit Jaka e Beit Sahour, depois que manifestações de populares foram reprimidas com violência pelos soldados israelenses.

Na Faixa de Gaza, a declaração da independência foi recebida com festas e bailes nas ruas. Quando as tropas israelenses avançaram para dispersar a multidão, a reação



Crianças palestinas comemoram a declaração de independência

foi tão rápida e espontânea, que os soldados acabaram optando por se retirarem e deixarem a população exprimir a sua alegria. Mas, vários aviões controlavam tudo, sobrevoando a baixa altitude essa estreita faixa de terra palestina, encravada entre Israel e Egito. Horas mais tardes as tropas voltaram e houve choques, que resultaram em numerosos feridos a balas plásticas e intoxicados com os gases lacrimogêneos.

Violência impotente

Mas, nenhuma das demonstrações de força do governo do Likud serviu para tirar o brilho das celebrações; nem os cortes de luz ou dos telefones evitaram a divulgação, nos territórios ocupados, do discurso de Yasser Arafat, em Argel, proclamando a independência. A Organização de Libertação da Palestina-OLP, ao dar esse passo e utilizar como base jurídica as resoluções 242 (de 1967) e 338 (de 1973) da ONU, criava assim um fato consumado. O Estado palestino é uma nova realidade na Cisjordânia e Gaza, com a qual Israel e os seus aliados terão de contar de agora em diante.

A receptividade internacional à decisão do Conselho Nacional Palestino foi boa. Mais de 50 países – entre eles a União Soviética, Iugoslávia, Índia, Turquia, Paquistão, Cuba e quatorze nações árabes, entre as quais o Egito, reconheceram, nos dias seguintes à decisão de Argel, o novo Estado palestino. Outros, entre eles os da Comunidade Económica Europeia (CEE), China, Japão, Áustria e Alemanha Oriental, não reconheceram formalmente o novo país, mas apoiaram a medida. O Vaticano, num editorial do seu órgão oficial, o *Observatore Romano*, afirmou que “a proclamação de um Estado palestino, com seu implícito reconhecimento de Israel pode ser um sinal de esperança para o futuro”.

A administração Reagan, através do Departamento de Estado, assinalou que a declaração do Conselho Nacional Palestino “contém elementos positivos”, mas acrescentou que não preenche totalmente as condições necessárias, para que os Estados Unidos reconheçam o Estado ou aceitem dialogar com a OLP. Margaret Thatcher disse que é necessário ver a decisão da OLP “de forma

construtiva”, pois reconhecem o direito de Israel ter fronteiras seguras e reconhecidas.

Em Paris, o grande rabino Joseph Sitruk saudou as decisões de Argel, em particular a aceitação pela OLP da resolução 242 das Nações Unidas, como “um passo decisivo” para convocar uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio. No entanto, o governo de Israel qualificou a medida de “ato unilateral” da OLP, e decidiu desencadear uma ofensiva diplomática para evitar que mais países reconheçam o novo estado palestino.

Uma vitória de Arafat

A realização da reunião do Conselho Nacional Palestino, em meados de novembro, depois de várias vezes adiada, e a decisão nela adotada de proclamar a independência palestina nos territórios ocupados, sob a base legal das resoluções 242 e 338 da ONU, constituem uma vitória pessoal de Yasser Arafat, presidente da OLP.

Abu Ammar – como Arafat é conhecido nos meios árabes, desde a importante reunião do CNP de 1987, também realizada na capital argelina e que marcou a reunificação de todas as tendências palestinas sob o seu comando – jogou-se de corpo inteiro na cena diplomática. Ele acenou a todos os países que viam com apreensão a *intifada*, a rebelião nos territórios ocupados, e que buscavam uma saída negociada para a questão palestina, com a possibilidade de desbloquear a situação, através do reconhecimento, por parte da OLP, da existência do Estado de Israel e a proclamação do estado independente.

Em Estrasburgo, sede do Parlamento Europeu, que visitou no mês de setembro, Arafat sentiu que sua estra-

tégia estava correta, e interpretou, como um sinal verde, a receptividade que obteve a proposta. A partir de então, ele desenvolveu intensa atividade no mundo árabe, especialmente no seio das lideranças das diferentes facções palestinas, que foram amadurecendo as resoluções, finalmente adotadas na reunião de Argel.

Agora, a principal pedra no caminho da realização de uma conferência de paz – o argumento utilizado pelos norteamericanos de que a OLP não aceitava o direito de Israel a existir em fronteiras seguras – foi afastada. E mesmo tendo Shamir se recusado a sequer considerar a possibilidade de uma aproximação ou diálogo com a OLP, quase metade dos votos dos israelenses, nas eleições de 1º



Arafat recebe cumprimentos do presidente argelino Benjedid

de novembro, foram para o Partido Trabalhista e grupos de esquerda, cujas plataformas eleitorais incluíam, de forma muito clara, a necessidade de algum tipo de negociação com a OLP sobre o futuro dos territórios ocupados.

Os próximos meses dirão qual será o rumo dos acontecimentos no Oriente Médio. Mas, é indubitável que a firmeza mostrada pela população dos territórios ocupados, disposta a manter a luta a qualquer custo, e as favoráveis repercussões da proclamação do Estado Palestino, nas principais capitais mundiais, marcam um ponto de partida para nova etapa na discussão da questão palestina. ●

Os antecedentes históricos

No âmbito da discussão em torno da proclamação de um Estado independente na Cisjordânia e em Gaza, Yasser Arafat realizou em outubro importante visita à China, Índia e Bangladesh. No regresso, visitou também o Egito, a Jordânia e o Iraque. Numa das reuniões de alto nível que manteve, Arafat lembrou um fato que o dirigente palestino Amin Hussein lhe confidenciara, antes de morrer. Em 1947, pressionado por diferentes grupos, Hussein havia deixado passar a

oportunidade histórica de fundar a Palestina, quando o território, colonizado pelos britânicos, ainda estava dividido em dois Estados, um árabe e outro judeu.

Amin Hussein, hoje considerado uma das mais importantes figuras palestinas, narrou tal episódio ao presidente da OLP no final dos anos 70, qualificando sua atitude como um "erro estratégico", cometido sob a pressão de interesses árabes e internacionais, que se negavam terminantemente a aceitar o projeto das Nações Unidas para a di-

visão da antiga Palestina, como previsto na Resolução 181, de 1947. Essa resolução está citada na "Declaração de Independência de Israel", como justificativa para a fundação do Estado judeu.

Arafat entendia haver grande semelhança entre o sucedido naquela ocasião e a confusão que reinava nos círculos oficiais e populares palestinos, antes da reunião do Conselho Nacional, em Argel.

Os setores mais duros, em particular a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), liderada por George Habbash, rechaçavam qualquer possibilidade de proclamar um Estado independente nos territórios da Cisjordânia e de Gaza, porque reivindicavam a libertação de todo o território palestino do mandato britânico, anterior à fundação do Estado de Israel. Alegavam que proclamar um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza – ou seja, apenas numa parte do território que historicamente pertenceu à Palestina – implicaria reconhecer o direito à existência do Estado de Israel, e não estavam dispostos a ir tão longe.

No entanto, os fatos posteriores mostraram que não é esse o pensamento da maioria do povo palestino, alinhado com a proposta de Arafat de basear a proclamação do novo Estado nas resoluções 242 e 338 da ONU. Habbash acabou cedendo.

Arafat, em entrevista anterior à reunião de Argel, havia afirmado que "de acordo com as normas de direito internacional, o Estado palestino existe". O líder da OLP explicava assim esse fato: "A Palestina existia como Estado durante a ocupação turca. Ao findar a Primeira Guerra Mundial, o território passou para as mãos da Grã-Bretanha. Sob a tutela da Liga das Nações, com a carta do mandato inglês, também havia um governo palestino.

Coexistência de dois Estados

Do ponto de vista jurídico institucional, o Estado se compõe de território e população. O povo exerce a soberania sobre o território, através do sistema de governo escolhido. Existem circunstâncias históricas, nas quais a soberania pode não ser plenamente exercida, em consequência de fatores alheios à von-

Israel: um país dividido

Os resultados da eleição de 1º de novembro em Israel mostram um país dividido ao meio. A direita, liderada pelo *Likud*, do primeiro-ministro Isaac Shamir, está em melhores condições do que o setor mais moderado – organizado em torno do Partido Trabalhista, de Shimon Peres – para formar o novo governo.

A aliança liderada por Shamir – que em relação aos palestinos defende as posições mais duras (desde a tese anexionista da Cisjordânia e de Gaza até a "transferência voluntária" dos árabes para os Estados Unidos), – obteve no total 51 cadeiras, assim distribuídas:

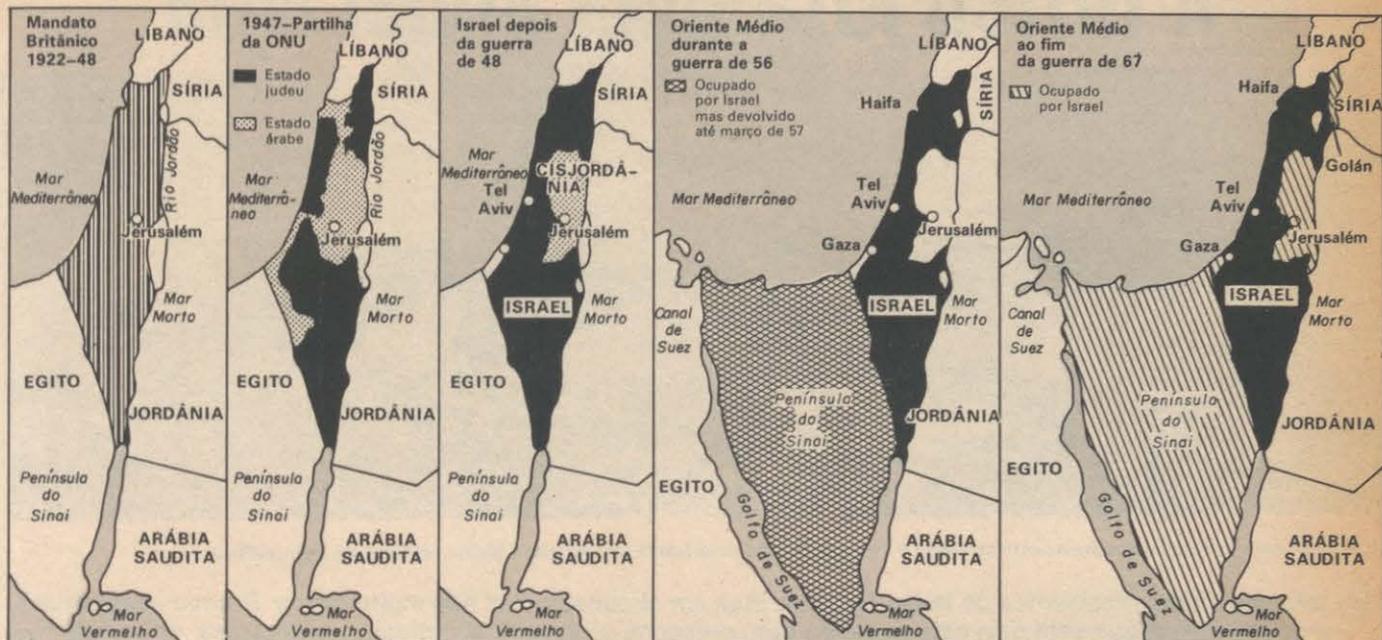
<i>Likud</i>	39 cadeiras
<i>Tehia</i> (anexionista)	3 cadeiras
<i>Tsomet</i> (de Rafael Eitan)	2 cadeiras
<i>Moledet</i>	2 cadeiras
<i>Mafdal</i> (versão religiosa da <i>Tehia</i>)	5 cadeiras

O campo "da paz", formado pelos trabalhistas de Shimon Peres e por um setor de centro-esquerda tendente a uma aliança com os trabalhistas, obteve 48 cadeiras:

<i>Maaraj</i> (bloco trabalhista)	38 cadeiras
<i>Mapam</i> (socialista, a favor de negociações com a OLP)	3 cadeiras
<i>Ratz</i> (pela autodeterminação palestina)	5 cadeiras
<i>Shinui</i> (a favor de negociações com a OLP)	2 cadeiras

A esquerda, aliada do trabalhismo na questão palestina, obteve sete cadeiras. Cinco foram para a Frente *Jadash* (liderada pelo PC) e duas para a Lista Progressista para a Paz, surgida dos movimentos pacifistas. Ambas defendem "um Estado palestino ao lado de Israel".

Os resultados assemelham-se aos de 1984, que levaram à formação do atual "Governo de Unidade Nacional", co-presidido por Shamir e Peres. Mas agora fica mais difícil um acordo entre os trabalhistas e o *Likud*, por suas profundas divergências em relação às eventuais negociações com os palestinos. Tudo indica que Shamir vai formar o seu novo governo em aliança com os partidos religiosos ortodoxos que passaram a ser o fiel da balança.



Desde o mandato britânico (1922-1948) e a partilha pela ONU, sucessivas guerras mudaram as fronteiras. Agora, é preciso definir os limites da Palestina

tade do povo, como, por exemplo, a ocupação militar estrangeira de todo o território. Daí que a reivindicação de um Estado palestino independente tenha sólidas bases legais”.

Como recordava Hussein, a Resolu-

ção 181 da ONU, estabelecendo a divisão da Palestina em dois Estados, previam um Estado judeu e um árabe. O tema foi debatido também na campanha eleitoral, após a invasão pela *Shabak* (serviço secreto de Israel), em Jeru-

salém, da Sociedade de Estudos Árabes, de pesquisa histórica e sociológica de temas palestinos, dirigido por Feisal Hussein, filho de Amin Hussein.

A *Shabak* confiscou farto material, e alegou haver “descoberto” entre os papéis um plano para a proclamação do Estado palestino independente.

O “Documento Hussein” despertou a sociedade israelense para a iminência da proclamação do Estado independente em Gaza e na Cisjordânia. Ao analisarem a Resolução 181 da ONU, onde está a base legal da fundação do Estado de Israel, os cidadãos judeus descobriram que a aplicação estrita da mesma implicaria que se devolvessem aos palestinos não só os territórios ocupados em 1967 (Gaza e Cisjordânia), como também boa parte do território de Israel anterior a essa data.

Mas, já antes da reunião de Argel, os dirigentes da OLP, através de Salah Khalaf (Abu Iyad), tinham deixado claro que as fronteiras do futuro Estado poderiam ser um tema aberto à negociação. Porém, de fato, a OLP reconhecia que as mesmas já haviam sido definidas pela própria *Intifada* (a rebelião palestina nos territórios ocupados) e eram mesmo as de 1967.

M.S.

Generais a favor da paz

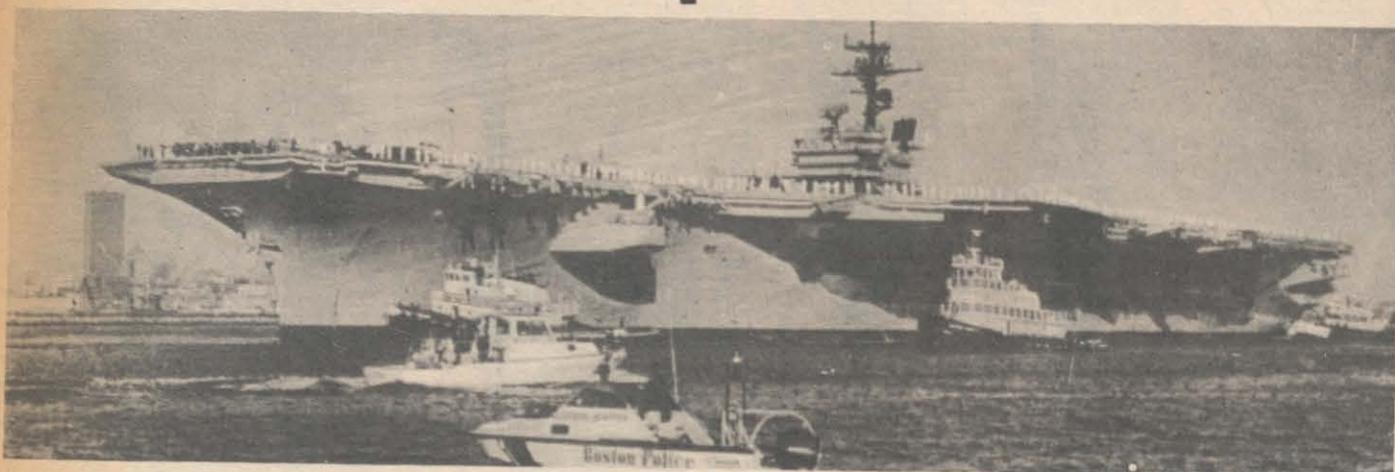
□ A ânsia de procurar uma saída negociada com os palestinos fez surgirem novos movimentos pacifistas em Israel. O mais importante é o Conselho para a Paz e para a Segurança, integrado por mais de 100 generais e coronéis da reserva – ou seja, mais da metade dos oficiais na reserva –, que gozam de grande prestígio e têm influência nas forças armadas.

Esse conselho – criado antes das eleições – desqualificou a tese oficial de que Israel ocupa a Cisjordânia e a Faixa de Gaza por motivos de segurança, exigiu a retirada imediata dos territórios ocupados e condenou a repressão contra os palestinos.

A maioria desses oficiais nunca havia participado de nenhum movimento político. Por sua vez, Yossi Sarid e Dadi Tsuker, deputados de esquerda, escreveram uma carta aos dirigentes do Partido Trabalhista, advertindo-os da situação de desrespeito aos direitos da população nos territórios ocupados:

“O confinamento militar de quase 1,5 milhão de pessoas, os cortes de água, luz e comunicações, por parte do governo, tornam os territórios, nesses dias da proclamação do Estado independente, um dos maiores campos de concentração da história mundial. E vocês calam”, denunciou a carta.

A difícil luta pela soberania



A importância estratégica de Belau está atraindo o interesse norte-americano em implantar bases militares no arquipélago

Em três anos, dois presidentes de Belau foram mortos em circunstâncias não muito claras. O novo assassinato mostra o preço que este país está pagando para preservar a primeira constituição antinuclear do mundo

Chee Yoke Heong

A pequena república de Belau (Palau), formada por um arquipélago de aproximadamente 350 ilhas e que forma as Ilhas Carolinas na Micronésia, passou a ser notícia com a morte de seu presidente, Lazarus Sali, em 20 de agosto passado.

O presidente Sali foi encontrado

morto em sua própria casa, com um tiro na cabeça. Sua esposa e seus guardacostas estavam nos fundos da casa quando ouviram o disparo. Ao chegarem, o presidente já estava morto.

Desde o início, tudo indicava que ele havia sido assassinado. Mas a versão mais difundida levou a pensar que se tratava de suicídio. Essa foi a versão adotada pelo porta-voz do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Michael Stepp. Segundo ele, a missão

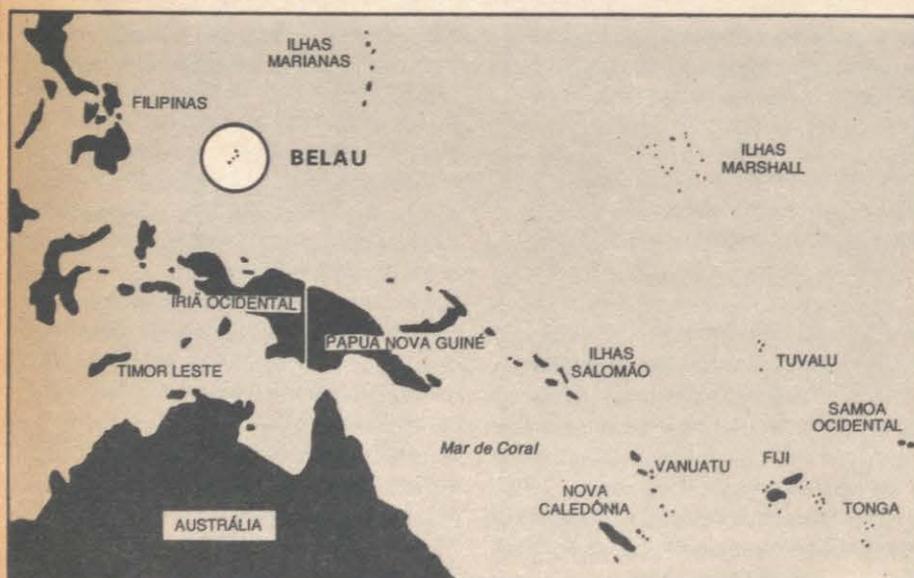
norte-americana em Belau informou que se tratava de um "aparente suicídio".

O presidente Sali é o segundo governante de Belau morto no exercício do cargo, nos últimos três anos. Em 1985, o presidente Haruo Remeliek foi baleado na porta de sua casa, em circunstâncias misteriosas. Até agora, ninguém foi responsabilizado por sua morte. (Ver **terceiro mundo**, edição 111, p. 28.)

Interesses geopolíticos

Os dramáticos acontecimentos de Belau estão relacionados com interesses geopolíticos. Esta pequena república, de 15 mil habitantes, passou a ser conhecida internacionalmente quando começou a enfrentar os Estados Unidos para defender sua soberania e sua constituição. Trata-se da única carta magna do mundo que contém uma cláusula proibindo a nuclearização do arquipélago. E por tentar fazer com que ela seja respeitada, muitos cidadãos têm sido vítimas de assassinatos, atentados e ameaças.

A histórica constituição antinuclear foi ratificada em julho de 1979, através de um referendo, com o apoio de 92% dos votantes. A constituição proíbe a instalação de qualquer tipo de material



A seção de discos foi ampliada. Agora, o leitor interessado pode solicitar, por telefone ou carta, o disco de sua preferência, independentemente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes. Ligue (021) 252-7440 e faça seu pedido.

terceiro mundo

POSTAL
CULTURAL

DESCONTE NA FEIRA
SEM SAIR DE CASA

Não perca na página 71 a feira de livros do **Terceiro Mundo Postal Cultural** com descontos excelentes. Você vai encontrar ali livros importantes para sua informação, formação e entretenimento. Peça logo porque o estoque é limitado.

Ano II - 1988 - N. 17

Preços desta edição válidos p/pedidos até 15.01.89

OS LOUROS (E O OURO) DA HORA ZERO

Uma brilhante (e nostálgica) reportagem de Neiva Moreira sobre os inícios de Brasília

Clovis Sena
Especial para o JBr

Personagem das mais decisivas na mudança da Capital para Brasília, como presidente da Comissão que transferiu a Câmara dos Deputados, Neiva Moreira escreveu uma série de reportagens contando o que foram aqueles tempos e destinadas a um livro que teria o nome de **Brasília hora zero**.



O certo é que todos já tinham o texto por perdido, e eis que 28 anos depois de escritos, os originais são descobertos pela nora de Neiva, aqui em Brasília, numa hora de rasgar empoeirados papéis.

Brasília hora zero, recém-lançado pela Editora Terceiro Mundo pode agora ser lido. Como se sabe, Neiva Moreira é essencialmente jornalista e dos mais brilhantes de sua geração. Do que ele dá testemunho quer fazer logo a reportagem. Depois então admite conversar. Como escreve e ao mesmo tempo conversa.

Do presente livro - uma reportagem de 73 páginas, ilustrada com fotos e recortes de jornais da época - fica também o espantoso registro nostálgico: é que já morreu um número considerável de pessoas da cidade e da vida nacional, e que se acham no livro, plenas de iniciativas, contra ou a favor de Brasília, umas vindo sob protesto, outras, como Frei Demétrio, um pioneiro fascinado pela grande aventura do Planalto Central brasileiro, como também havia um Jânio Quadros, noivo dos liberais da UDN e da direita que mandou parar tudo.

Há denúncias, é claro, mas acima de tudo e mesmo com denúncias e prognósticos, perpassa um amor pelos seres, pelas pessoas.

Brasília hora zero é história contada por protagonista. Pequenos achados e não a coisa oficial nos termos por todos conhecidos. Lances plenos de riqueza humana, desses a que Vitório de Sica chamaria de "o ouro de Nápoles".

E-184

CARLOS CASTELLO BRANCO
UMA EXCELENTE REPORTAGEM.

O ex-deputado Neiva Moreira, com base em apontamentos feitos na época, reconstituiu o drama da transferência da Câmara dos Deputados para Brasília. Como velho jornalista compôs excelente reportagem a integrar-se na epopéia da criação da nova capital.

E-184 Cz\$ 2.500,00

A história da primeira e última eleição do atual presidente da General Motors

ROGER SMITH

o empresário
mais poderoso do mundo:
gênio ou irresponsável?



ALBERT LEE

ROGER SMITH
GÊNIO OU IRRESPONSÁVEL?
De: Albert Lee

Presidente da maior e mais poderosa empresa do mundo, a General Motors, com 3 milhões de empregados e um faturamento anual de 100 bilhões de dólares, Roger Smith exerce a liderança mais polêmica da história da administração de empresas em todo mundo. Ele tem até 1990, quando termina sua gestão, para jogar a GM no século XXI, à frente de todos os concorrentes, ou transformá-la num gigante falido.

Publicado recentemente nos Estados Unidos, o livro sobre Roger Smith vem causando grande impacto na imprensa internacional.

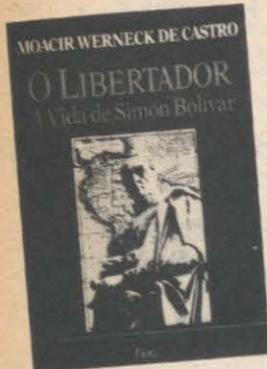
E-189 Cz\$ 8.900,00

Só que a publicação nunca mais se efetivou ocorrendo a seguir a luta pelas reformas de base (reforma bancária, agrária, educacional, urbana), o controle das remessas de lucros, a política externa, o consequente golpe de 64 e um exílio de 15 anos.

Lembramo-nos de que certa vez, de Montevideu, Neiva nos escreveu pedindo que procurasse localizar o texto, o que foi feito e providenciado uma cópia (ainda não havia xerox). Mas essa cópia não chegou ao autor.

HISTÓRIA VIVA

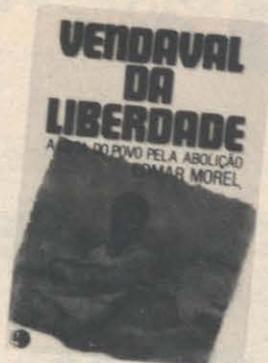
para ler e consultar



O LIBERTADOR
A Vida de Simón Bolívar
De: Moacyr Werneck de Castro

Afinal, uma boa, bela, biografia de Simón Bolívar. Já era tempo. Bolívar é o maior, o mais bravo, o mais lúcido dos protagonistas do fazimento da nossa América. Moacyr aqui nos dá um retrato de corpo inteiro de Bolívar-Libertador, herói de glórias incomparáveis; de Bolívar-ideólogo profético que prefigurou a América Latina como a nossa Pátria Grande que há de ser; e sobretudo de Bolívar-homem, armado da mais alta alegria de viver e do mais capitoso gozo de amar. Tudo isto que faz de Bolívar a figura mais pujante, mais romântica e mais bela de nosso mundo, aqui está, esplêndido. Agrade este livro com as duas mãos e leia, como eu li em criança. (DARCY RIBEIRO)

224 pág.
E-169 Cz\$ 5.600,00

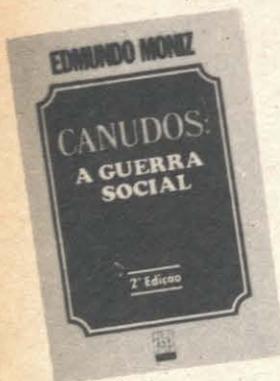


VENDAIVAL DA LIBERDADE
A Luta do Povo pela Abolição
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstituiu o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. **Vendaival da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 4.300,00



CANUDOS:
A Guerra Social
De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cz\$ 6.000,00

LIVROS DE SUCESSO

MIGO

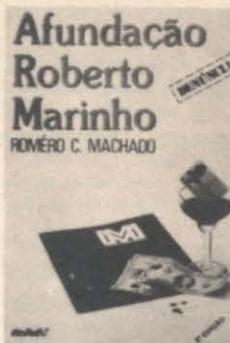
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 Cz\$ 9.100,00



AFUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO
De: Roméro C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 Cz\$ 3.500,00

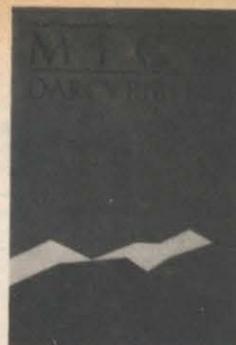


COMBATE NAS TREVAS
De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 Cz\$ 4.400,00



O HOMEM E SUA FICHA
De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a imprescindível folha de serviço que é este livro.

Um livro admirável e edificante, que todos os cidadãos dignos deveriam ler. Mais: bem poderia transformar-se em texto escolar, para que as novas gerações tomassem como modelo de conduta a vida de um cidadão excepcional, que colocou o Brasil à frente e acima de quaisquer outros interesses. 266 pág.

E-180 Cz\$ 7.200,00





A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.
E-168 Cz\$ 4.400,00

CONSTITUIÇÃO DE CUBA - COMO É E COMO FUNCIONA

De: Osny Duarte Pereira

O autor traça um breve perfil da História cubana - a dominação espanhola, a ditadura de Batista, o movimento 26 de julho e a instalação do poder revolucionário - e analisa o atual texto constitucional. Diz: "Ao ser elaborada a nossa nova Constituição, muitas soluções cubanas, notadamente nos problemas sociais, deverão ser examinadas com respeito pelo constituinte brasileiro." 96 pág.
E-145 Cz\$ 1.900,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES

De: Jacques Dezellin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.
E-166 Cz\$ 5.400,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA

De: Mikhail Gorbachiov

86 pág.
E-153 Cz\$ 1.600,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO

De: Mikhail Gorbachiov

77 pág.
E-155 Cz\$ 1.500,00

NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA

De: Mirian Goldenberg

156 pág.
E-144 Cz\$ 2.850,00



CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.
E-181 Cz\$ 5.450,00

O ESPÍRITO DAS ÉPOCAS

De: Edmundo Moniz

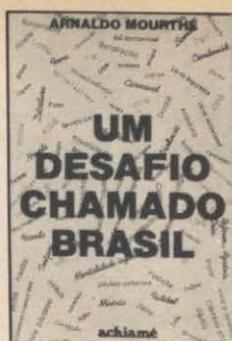
Esta é a quarta edição de O Espírito das Épocas, obra publicada sob o título geral Dialética da Ficção, com ligeiras alterações de forma em alguns ensaios e a inclusão de outros inteiramente novos, representa um dos momentos mais altos do seu fecundo labor intelectual.

Focalizando, entre outros, poetas como Dante e Camões, teatrólogos como Shakespeare e Ibsen, e romancistas como Dostoiéwsk, Balzac e Eça de Queiroz, esta obra evidencia que, para Edmundo Moniz, a poesia, o teatro e o romance não são categorias estéticas que se produzem abstratamente, projetadas para uma dimensão metafísica, mas sim a equação dialética que resulta da interação entre criação espiritual e realidade objetiva de uma determinada época histórica, refletida na inteligência e sensibilidade dos escritores. 216 pág.
E-182 Cz\$ 3.100,00

UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA

De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga

Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do nóvelo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.
E-183 Cz\$ 3.400,00



UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nos suas elites no poder. 107 pág.

E-172 Cz\$ 2.000,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.
E-156 Cz\$ 6.000,00



PANTHER, O EXPANCONISMO GERMÂNICO

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua ju-



A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.
E-164 Cz\$ 5.200,00

A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986

De: René Armand Dreffuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 Cz\$ 9.000,00

ventude, exumando com um metucioso e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajá, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoeira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 Cz\$ 5.700,00

UMA LEITURA NECESSÁRIA E ATUAL

Em um mundo cada vez mais interdependente, você precisa estar em dia com o que acontece lá fora e que, em algum momento, pode repercutir no país. Mais importante ainda é ter uma informação confiável e a análise correta dos acontecimentos.

A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não se apresenta apenas como uma publicação especializada em temas internacionais, mas é, sobretudo, fonte permanente de informações e análises independentes, atualizadas e que levam em conta os interesses dos países em desenvolvimento, o que não se encontra em outras publicações do gênero.

Sua leitura torna-se, assim, necessária e oportuna para a informação mais completa do leitor, que tem ainda amplo enfoque de assuntos nacionais no **Suplemento Brasil** que acompanha cada edição.

Assine **Cadernos do Terceiro Mundo**, uma porta que você abre para a compreensão mais exata do mundo.

COM A PALAVRA: NOSSO LEITOR

Luta pela justiça social

Parabéns a terceiro mundo pela linha editorial independente e progressista, o que a torna porta-voz das consciências oprimidas do planeta. Não deixo por menos: eu os profibo de esmorecerem na luta por uma sociedade mais justa.

Ricardo Teixeira Barbosa
Porte Alegre - R.G. Sul - Brasil

Fonte única

Sou leitor e assinante desta excelente revista. Desejo felicitá-los, pois se trata de uma fonte praticamente única de informações sérias para se conhecer a problemática de nosso castigado Terceiro Mundo.

Antonio Torossian
Montevidéo - Uruguai

Oportunhol

Felicitações pelo tema da capa de julho, "Oportunhol", que está muito bem realizado, e também pelo nível de terceiro mundo, simplesmente genial.

Enrique Darío Díaz Castro
Paso de la Arena
Montevidéo
Uruguai

AIDS

Quero parabenizá-los pela excelente matéria sobre a Aids, publicada por terceiro mundo de março passado.

Gilênio N. Camilo
Taguatinga - DF - Brasil

Em Lima também

Passei uns dias em Lima num congresso e reencontrei terceiro mundo, revista que acompanho desde os primeiros números, mas que há alguns meses não via. Me agradou a sua diagramação, os artigos continuam interessantes. Vejo agora uma ênfase altamente elogiável em seções, como mulher e minorias, que antes eram menos tratadas.

Espero que continuem nesse caminho, sem esquecer que na América Latina temos poucas fontes de informação fidedignas sobre o resto do Terceiro Mundo. E que nossas realidades, complexas e subdesenvolvidas, são muito mais ricas que a simples amostra que nos brinda a vida política de cada um dos nossos países.

Horácio Márquez Almeida
San Pedro Sula
Honduras

Novo Formato

Realmente de impacto o novo formato do terceiro mundo. Estou também muito impressionado com a qualidade da edição em inglês. Felicitações por esse trabalho tão desafiador.

Medea Benjamin
Senior Analyst
Food First
San Francisco - EEUU

Parabéns

Quero parabenizar o editor pelo excelente trabalho, que é refletido nos exemplares de terceiro mundo, que recebo mensalmente.

Márcio Antônio Araújo
Belo Horizonte - MG

Em primeiro lugar não poderia deixar de parabenizar toda a equipe de terceiro mundo pela excelente qualidade e independência das matérias. Como estudante sei que só com liberdade e independência conseguimos aprender algo.

Recebi a revista referente a maio e lendo a seção de cartas, notei que não me enviaram o n.º 108 de março. Desde já agradeço.

Elizabeth Pereira
Méier - Rio de Janeiro

De frente

Já coleciono terceiro mundo desde setembro de 1983, quando a conheci e aprendi muito a cada número publicado. Aqui no Rio Grande do Sul, a revista é muito lida e tem ótima aceitação. Pelo menos em algum lugar, vemos as coisas mostradas um pouco mais de frente.

Sandra Regina Napiwoski
Canoas - RS - Brasil

Intercâmbio de discos

Por saber que terceiro mundo circula e tem grande penetração em países da América Latina, Ásia e África, quero que me ajudem a entrar em contato com pessoas que desejem trocar discos, fitas cassetes, livros sobre o Terceiro Mundo. Eu posso enviar material específico do Brasil. Tenho 36 anos, sou médico (casado), amo a música e sou assinante do terceiro mundo há mais de três anos.

Gildo Andrade Simões
Rua C, n.º 221
Jardim Santo Antônio
Atalaia - Aracaju
Sergipe - CEP 49.000
Brasil

Assine terceiro mundo

- Desconto geral de até 35%
- Brindes

A ASSINATURA DE TERCEIRO MUNDO É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA.



OFERTA VÁLIDA ATÉ 15.01.89

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	7.800,00	7.800,00	-
2	7.800,00	15.600,00	-
3	7.800,00	23.400,00	-
4	7.800,00	31.200,00	-
5	7.800,00	39.000,00	2 Livros à sua escolha

Obs.: Os livros de **brinde**, estão na seção **FEIRA DE LIVROS**

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: 4 Nome:
 Endereço: Endereço:
 Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

2 Nome: 5 Nome:
 Endereço: Endereço:
 Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

3 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

Brindes conforme relação da Feira de Livros
 Código: F-() e F-()

REMETENTE
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.:

O SOM DA NOSSA GENTE



CANTORIA 2

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Participação especial do ceguinho cantador goiano Francisco Aafa.

Lado A

ABERTURA - Xangai, Elomar, Vital e Geraldo
- Desafio do Alto da Catingueira (Elomar)

- Repente (Vital Farias)

- Novena (Geraldo Azevedo/Marcus Vinicius)

ERA CASA ERA JARDIM/VEJA MARGARIDA (Vital Farias) Vital, mais Geraldo no violão

SABOR COLORIDO (Geraldo Azevedo)

MOÇA BONITA (Geraldo Azevedo/Capinam) Geraldo, com Xangai no vocal

NA QUADRA DAS ÁGUAS PERDIDAS (Elomar) Elomar, com Geraldo, Vital e Xangai nos vocais

CANTILENA DE LUA CHEIA (Vital Farias) Vital, Geraldo, Elomar e Xangai

Lado B

ARRUMAÇÃO (Elomar) Francisco Aafa, em participação especial

SUITE CORRENTEZA - Elomar, Xangai, Geraldo e Vital
- Barcarola do São Francisco (Geraldo Azevedo/Carlos Fernando)

- Talismã (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

- Caravana (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

ESTAMPAS EUCALOI (Helio Contreiras)

Xangai, com Geraldo no Violão

SAGA DE SEVERININ (Vital Farias)

Vital

CANTIGA DE AMIGO (Elomar)

Elomar, Xangai, Geraldo e Vital

D-009 Cz\$ 4.800,00

RADAMÉS GNATTALI

(Ao piano)

Mais que um disco a realização de um desejo: "Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isso em prática".

D-001 Cz\$ 2.500,00

OS VILLA-LOBOS MAIS ORIGINAIS DO MERCADO EM LP

A FLORESTA DO AMAZONAS

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes **Na Floresta**, **Além da Floresta** e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jaques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).

D-002 Cz\$ 4.300,00

VILLA-VIOLÃO

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros nº 1.

D-003 Cz\$ 4.200,00

CANTORIA 1

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Gravado ao vivo no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Lado A: **Novena** (Geraldo Azevedo, Marcus Vinicius); **Sete Cantigas para Voar** (Vital Farias); **Cantiga do Boi Incantado** (Elomar); **Kukukaya** (Cátia de França); **Ai que Saudade de Ocê** (Vital Farias); **Ai d'Eu Sodade** (tradicional).

Lado B: **Semente de Adão** (Geraldo Azevedo, Carlos Fernando); **Viramundo** (Gil, Capinam); **Cantiga do Estradar** (Elomar); **Saga da Amazônia** (Vital Farias); **Matança** (Jatobá); **Cantiga do Amigo** (Elomar).

D-008 Cz\$ 4.700,00

CONCERTÃO

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis**; **Na Estrada das Areais de Ouro**; **Campo Branco** (Elomar).

Lado B: **Incêlcena prá Terra que o Sol Matou**; **Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** H. Villa-Lobos).

Lado C: **Valsa da Dor** H. Villa-Lobos); **ENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina nº 12** (Francisco Mignone); **Spinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).

D-006 Cz\$ 7.300,00



QUARTETO NEGRO

Paulo Moura no sax e clarinete, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa.

Lado 1: **Folôzinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral); **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Mergue Adler** São Luiz); **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** (Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão); **Brucutu**

(J.Degas/D. Corrêa); **Gelsa** Roberto Guima); **A Quêlé Menina** (Djalma Luz); **aisho-Koto** (Djalma Corrêa).
D-007 Cz\$ 4.600,00

JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL

Swing - virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** Victor Assis Brasil); **Waltzing** Victor A. Brasil); **Arroio** Victor A. Brasil); **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** Wagner Tiso), e 2 pianos.

Lado B: **Maneirado** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: **Wave** (Tom Jobim); **Eu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), **Estrada Branca** (Tom e Vinicius), **Moonlight Daiquiri** (Tom Jobim), **Eu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teus** (Vinicius de Moraes), **Samba De Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** Radamés Gnattali); **Aos velhos amigos** Wagner Tiso).
D-004 Cz\$ 4.000,00

ATENDENDO A PEDIDOS

Não dá
pra colocar
todos os
discos
em nosso
catálogo, certo?



Portanto, peça o disco de sua preferência e que não encontra em sua cidade.

LIGUE: (021) 252-7440 ou por carta para Rua da Glória, 122 Gr. 105
Rio de Janeiro - CEP 20241

FEIRA DE LIVROS TEM DESCONTO!



AMOR LIVRE
Uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual
De: Charles Albert

Se o amor não é hoje livre no sentido legal, é porque não o é no sentido social. O amor livre é o amor libertado de todos os entraves que até aqui o tem impedido de presidir à visão do homem com a mulher. 140 pág.

E-175 Cz\$ ~~2.000,00~~ 1.450,00

ESTUDANTES E IDEOLOGIAS NO BRASIL
De: Marcos Antonio Coimbra

É um estudo sobre nosso passado imediato e sobre a posição do estudante diante de fatos como 1964, 1968, repressão, etc. antes da nossa "abertura". UNE, manifestações estudantis, a reação dos estudantes aos decretos firmados em 1968, a linha ideológica do universitário, luta por uma universidade melhor e por princípios democráticos estão presentes. 164 pág.

E-098 Cz\$ ~~2.700,00~~ 2.700,00

A MÁQUINA DE NARCISO - Televisão, indivíduo e poder no Brasil
De: Muniz Sodré

A cultura industrialmente produzida e distribuída constitui, na verdade, um jogo destinado a instituir novas formas de poder. Se o lazer e a informação colocam-se a serviço da ordem social (do Estado à grande empresa), isso significa que a cultura daí oriunda pretende organizar e/ou manipular politicamente as massas. Sem a menor dúvida, como explicita este importante livro, "a cultura de massa é uma política que não ousa confessar o seu nome". 147 pág.

E-74 Cz\$ ~~2.700,00~~ 2.100,00

LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE

Claudio Thomas Bornstein



LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.

E-150 Cz\$ ~~2.700,00~~ 2.700,00

NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA
De: Eliane Maciel

Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lúcido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.

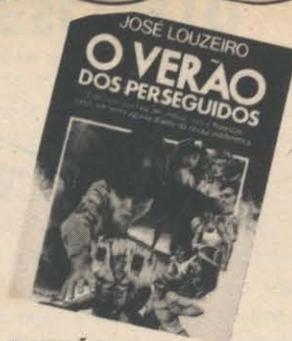
E-161 Cz\$ ~~3.100,00~~ 3.100,00

O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964

De: Aylê-Salassé F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira. 212 pág.

E-159 Cz\$ ~~3.300,00~~ 3.300,00



O VERÃO DOS PERSEGUIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 Cz\$ ~~1.900,00~~ 1.900,00

DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO

De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo.

Mostra como as mulheres estão se organizando para superar as dificuldades impostas pela pobreza, fazendo uso da criatividade em busca de soluções alternativas. 150 pág.

E-158 Cz\$ ~~2.500,00~~ 2.500,00

POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-IDEOLOGIA

De: Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira
130 pág.

E-75 Cz\$ ~~1.500,00~~ 950,00

RAUL SENDIC: AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

96 pág.

E-152 Cz\$ ~~1.400,00~~ 1.400,00

POLÍTICA DA REPRESSÃO Força e Poder de uma Justiça de Classe

De: Luigi Moscatelli
157 pág.

E-132 Cz\$ ~~1.600,00~~ 1.600,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

E-083 Cz\$ ~~1.850,00~~ 1.850,00

REBELDIA NEGRA & ABOLICIONISMO
De: Laura Lage de Gama Lima

E-176 Cz\$ ~~1.500,00~~ 1.500,00

A QUESTÃO JUDAICA
De: Karl Marx

E-177 Cz\$ ~~1.000,00~~ 1.000,00

A MULHER NA LÍNGUA DO POVO

De: Eliane Vasconcellos Leitão

E-173 Cz\$ ~~1.900,00~~ 1.900,00

UMA INTRODUÇÃO POLÍTICA AOS QUADRINHOS
De: Moacyr Cirne

E-174 Cz\$ ~~1.350,00~~ 1.350,00



O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 89 VEM AÍ!

Faça sua reserva.

CUPOM DE PEDIDOS DO POSTAL CULTURAL NO VERSO →

INFORMAÇÃO, MÚSICA e DESCONTO



Remetente:
 EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA. – Rua da Glória, 122-gr.105-RIO DE JANEIRO-CEP 20240

IMPRESSO

<p>• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito. () assinante () não-assinante</p> <p>Nome</p> <p>Endereço</p> <p>Bairro Cidade</p> <p>Estado CEP Tel:</p> <p>Profissão</p> <p>comprador</p>				<p>TABELA DE DESCONTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% Para pedidos acima de CZ\$ 20.000,00 • 10% Para pedidos acima de CZ\$ 25.000,00 • 12% Para assinantes com pedidos acima de CZ\$ 25.000,00 • 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de CZ\$ 30.000,00 				<p>terceiro mundo postal cultural nº 17</p> <p>PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 15.01.89</p>	
CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

nuclear nas ilhas, assim como a venda de território nacional para estrangeiros. Esta disposição constitucional só pode ser mudada por meio de referendo que conte com uma maioria de 75% dos eleitores.

Desde a adoção do novo texto constitucional, Belau tem sido marcada pela instabilidade política e econômica. Em 30 de junho de 1985, o presidente Haruo Remeliik, o homem que presidiu a Assembleia Constituinte em 1979, foi assassinado poucas horas antes de denunciar para a opinião pública um escândalo em uma usina em que estavam implicados cidadãos norte-americanos. Até agora, os assassinos não foram

va consulta, realizada em 21 de agosto de 1987, que aprovou o novo estatuto por maioria simples. Mas, ainda continua a luta contra a sua ratificação.

Agora o voto do Congresso de 4 de agosto de 1987 está sendo considerado inconstitucional. De acordo com o artigo XIV, seção 2, da constituição em vigor, as questões relativas à sua modificação só poderiam ser viabilizadas em eleição geral. As propostas para emendar a constituição e a iniciativa para realizar os diversos plebiscitos pelo novo estatuto internacional, devem iniciar-se por petição assinada por 25% dos eleitores ou pelo voto de 75% dos membros de cada Câmara do Congresso (Olbill Era

noite do dia 7 de setembro de 1987, lançaram uma bomba na casa de Gabriela Ngirmang, integrante do grupo. No dia seguinte, Gabriela retirou a ação, uma vez que "nem o governo nem os homens de Belau podem garantir a segurança nesse país". Nesta mesma noite, homens armados invadiram o escritório de Roman Bedor, advogado e ativista antinuclear. Na escuridão da noite (provocada pelo blecaute ordenado pelo presidente Salii), os homens disparam contra um vulto, acreditando que era o advogado. Mas, balearam seu pai.

Em abril de 1988, o movimento antinuclear conseguiu uma vitória importante, quando a Suprema Corte de Belau deu parecer contra a validade da emenda constitucional realizada pelo Congresso, em agosto de 1987. Isto significa que a maioria de 75% dos eleitores, exigida para o referendo da aprovação do novo estatuto internacional de vinculação aos Estados Unidos, ainda continua sendo necessária.

Quando o presidente Salii foi assassinado, ainda se encontrava pendente a apelação governamental contra esta decisão. Para que o novo estatuto entre em vigor, após ser votado em Belau deve ser aprovado primeiro pelo Senado e o Congresso dos Estados Unidos, depois pelo presidente norte-americano e, finalmente, pelo Conselho de Segurança da ONU.

O presidente Reagan já aprovou e está pressionando ambas as casas do Congresso para que seja votado o mais rápido possível. Passou despercebida a questão da validade constitucional do referendo de 4 de agosto.

O presidente Salii fez a mesma coisa. Em dezembro de 1987 estava em Washington para apoiar a aprovação do estatuto internacional de "Estado livre associado". Mas vários subcomitês do Congresso norte-americano, que conhecem bem os recentes acontecimentos de Belau, reagiram com cautela.

A morte do presidente Salii complica as coisas. Teria ele realmente se suicidado? Se é assim, por quê? E se foi assassinado, seria sua morte parte do conflito entre forças estrangeiras e locais que estão a favor ou contra o novo estatuto? ●

Um micropaís

As ilhas que formam o arquipélago de Belau estão protegidas por uma barreira de recifes que formam uma grande lagoa, cuja vida marinha está entre as mais ricas do mundo. Mais de 1.500 variedades de peixes tropicais e 700 tipos diferentes de coral habitam a enseada.

A população total do país não ultrapassa os 14 mil habitantes. A maioria é de origem polinésia; são católicos e o idioma mais falado é o inglês.

A República de Belau não enfrenta somente o perigo da nuclearização de seu território. Reiteradas vezes, seus habitantes denunciaram a intenção do governo japonês de construir um terminal de petróleo que compreende um superporto para descarga de navios e tanques. Devido à proximidade geográfica, a atividade desse terminal poderia contaminar o litoral de Belau. (Ver **Guia do Terceiro Mundo**)

identificados.

Esse assassinato culminou com uma série de acontecimentos que começou em setembro de 1981 (antes de Remeliik completar um ano no poder), com atentados a bomba e o incêndio premeditado da residência presidencial. Logo após a morte de Remeliik, assumiu o poder Salii, um homem muito ligado aos políticos de Washington e responsável pela proposta de converter Belau em "Estado livre associado" aos Estados Unidos.

Os fatos se precipitaram quando, no dia 4 de agosto de 1987, o congresso de Belau, em resposta ao crescente descontentamento e ameaças a legisladores por parte dos partidários do presidente Lazarus Salii, emendou a constituição mediante um referendo e diminuiu a maioria exigida de 75% dos votantes para modificar seus artigos. Desta forma, foi preparado o caminho para a no-

Kelulau). O referendo de 4 de agosto, que emendou a Constituição, obteve 71% dos votos em três quartos dos estados de Belau, e o sexto plebiscito de 21 de agosto, 73,04%.

Ameaças e intimidações

Enquanto continua a batalha legal, surge outro tipo de confronto. Os que se opõem publicamente ao novo estatuto internacional o fazem através de ações judiciais contra o Estado e, por isso, são ameaçados ou assassinados.

Entre os atingidos, há um grupo de mulheres que, em agosto de 1987, entrou com uma ação na Justiça para anular a emenda constitucional do Congresso e o plebiscito de 21 de agosto. O grupo foi alvo de uma campanha de ameaças e intimidações que teve seu ponto culminante na noite anterior à apresentação do pedido à Corte. Na

Estado assume indústria petrolífera

A partir de 1989 o governo equatoriano assumirá progressivamente as operações petrolíferas, pondo em prática uma das promessas eleitorais do presidente Rodrigo Borja

Matilde Wolter

Tanto setores políticos de direita como de esquerda apoiaram a medida do governo social-democrata do Equador de estatizar totalmente as operações da indústria do petróleo. O ministro das Minas e Energia, Diego Tamariz, informou que o Estado, respeitando os contratos em vigor, vai começar a assumir as operações ou a posse total, em alguns casos, da indústria petrolífera equatoriana que se encontra em poder de empresas estrangeiras ou privadas nacionais.

Embora o ministro do Interior, Andrés Vallejo, tenha preferido falar do "retorno do petróleo ao Estado", sabe-se que se trata de uma prometida nacionalização. O deputado do Partido Social-Cristão, de direita, Nicolás Lapenti, declarou que a medida poderá levar o Equador a obter maiores receitas. "É um desafio muito grande para nosso país", disse, e acrescentou que a situação de crise econômica obriga a enfrentar "grandes males com grandes soluções", que nestas condições são bem-vindas.

Uma medida esperada

O anúncio da nacionalização causou expectativa no povo equatoriano. Para o presidente do Congresso, o deputado democrata-cristão Wilfrido Lucero, a medida "abre novos caminhos" para a política energética do Equador. Os trabalhadores da indústria do petróleo, por sua vez, apoiaram a decisão do governo e pediram maior rapidez nos prazos de reversão. Lembraram que esta medida estava há muitos anos sendo reivindicada pelo setor sindical, pois significa uma grande economia de verbas para o Estado. Destacaram, ainda, que a Corporação Equatoriana de Petróleo-Cepe e os técnicos nacionais arcam com a



Borja: recuperando a riqueza nacional

maior parte das operações de petróleo: aproximadamente 80%.

A Cepe, já em 1989, se encarregará da operação do oleoduto transequatoriano, e, em mais dois anos, da operação e posse do consórcio Cepe-Texaco, que exporta 78,3% do petróleo do país. Em 1987, o consórcio produziu 49,6 milhões de barris, a uma média de 136 mil barris diários. Atualmente, o Equador produz 310 mil barris de óleo cru por dia.

Do consórcio participava a Gulf, também dos Estados Unidos, que vendeu as suas ações à Cepe em 1977.

Nos próximos anos, se concretizará também a nacionalização das refinarias Anglo e Repetrol, estipulada nos convênios vigentes entre a empresa inglesa Anglo Equatorian Oilfields, no primeiro caso, e capitais privados nacionais junto à Cepe, no segundo. Estas duas empresas privadas refinam 30,6% do total de

petróleo produzido no país. O restante está entregue a duas refinarias estatais que têm custos operacionais bem menores.

Mauricio Pérez e Jorge Guerra, diretores da Texaco no Equador, falando em nome do presidente da companhia, Frank Redfield, se declararam "surpresos" com a medida do governo, mas reconheceram sua legalidade. Assinalaram que, segundo o contrato com a Cepe, em 1992 as ações e ativo da Texaco (37,5% do total) passarão ao Estado equatoriano.

Pérez declarou que a Texaco já previa esta medida, tendo em vista as declarações anteriores de funcionários do setor energético. Além do mais, o programa do atual governo, que tomou posse em 10 de agosto passado, determinava que o controle das operações de petróleo passaria para a Cepe.

O Equador firmou, no governo anterior, 13 contratos de risco com cerca de 20 companhias estrangeiras, que se comprometeram a investir cerca de 400 milhões de dólares em três milhões e meio de hectares, para explorar novos poços de óleo cru. O novo governo assegurou que estes contratos serão respeitados "rigorosamente", pois são de suma importância "para aumentar as reservas de petróleo do país".





Sinal de multiplicar, somar e crescer.

Somar esforços. Aumentar riquezas.
Incentivar o progresso.
É isso que o maior banco do Brasil
tem feito todos os dias.



BANCO DO BRASIL

O compromisso com a mudança

Mais de mil delegadas de todo o continente se reúnem em Havana no III Encontro Continental de Mulheres para avaliar a marcha da Frente criada em 1985 e traçar uma estratégia que permita evitar o agravamento da crise

Claudia Neiva

Devemos sempre reunir juntas a subversão da unidade”.

Estas palavras, contidas no documento final, resumiram o sentimento predominante nos intensos debates realizados por mais de mil representantes que participaram do III Encontro Continental de Mulheres, celebrado em Havana, de 3 a 7 de outubro passado.

Durante cinco dias, a capital cubana se transformou em

caixa de ressonância de reivindicações seculares, lutas e as conquistas milhões de mulheres latino-americanas, ali representadas através de delegadas de organizações femininas, sindicais, políticas e de comunidades indígenas.

Em nome de 28 países da América Latina e do Caribe – e com a presença de convidadas dos Estados Unidos, Itália, Austrália, Namíbia, Alemanha Democrática, Alemanha Federal, Filipinas, Tchecoslováquia e União Soviética – as participantes do encontro analisaram a situação específica da mulher e os problemas comuns a diversos países latino-americanos, como a crise econômica, dando ênfase à dívida externa; a luta pela autodeterminação e pela instauração de regimes democráticos e por melhores condições de vida.

Em poucas palavras, os principais



Criada em 1982, a Frente Continental de Mulheres mostrou um avanço qualitativo e quantitativo

objetivos do encontro foram colocados pela Comandante “Galia” (Sonia Aguiñada), da Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional, de El Salvador, a quem coube, em nome do Comitê Organizador, inaugurar os debates:

“Estamos aqui para discutir os problemas da mulher e do nosso continente; promover um diálogo franco e aberto e fortalecer a solidariedade entre as mulheres e nossos povos”.

Sobre a situação da mulher na região, Vilma Espín, presidente da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), assinalou em seguida que ainda “permanecem os mesmos obstáculos do início da década” e que houve, inclusive, um agravamento geral: “Nessa difícil e dramática conjuntura, nós, mulheres, devemos ser as mais comprometidas nesta luta por tornar realidade a igual

dade, o desenvolvimento e a paz para todos”.

Crescimento qualitativo e quantitativo

Criada em 1982, a Frente Continental de Mulheres chegou ao seu III Encontro registrando um significativo avanço em termos de objetivo e amplitude do movimento.

Embora a ênfase não esteja apenas em um crescimento quantitativo, os números são expressivos: enquanto do II Encontro, em 1985, participaram 300 delegadas, nesse último estiveram presentes mais de mil. “A Frente já ultrapassou os limites feminino e geográfico”, assinalou Doris Tejerino, presidente do Comitê Coordenador da entidade.

A apresentação das delegações na primeira sessão plenária mostrou, de

MULHER

forma inequívoca, alguns dos temas que dominariam o encontro: as maiores ovações foram dirigidas às representantes do Chile, Panamá, Haiti e Paraguai, além das calorosas manifestações de apoio às nicaraguenses, salvadorenhas e porto-riquenhas.

O plebiscito no Chile, que coincidiu com o congresso, foi acompanhado passo a passo. A vitória do *Não* foi comemorada pelas participantes, como uma conquista de todo o continente. Ao saber dos resultados, a responsável pela delegação do Chile, Ana Lobos, declarou:

"Este *Não* é um triunfo de todos os chilenos. E isso não é apenas uma frase. Esse resultado mostra o grande compromisso que assumiu o povo para mudar a situação em nosso país. Enfim, era uma necessidade. O povo merecia isso".

Outro tema candente foi a situação do Panamá. Ao longo dos cinco dias, a delegação desse país promoveu diversas manifestações de protesto contra a política dos Estados Unidos de bloqueio, ingerência e não-cumprimento dos Tratados do Canal. Em todas, a figura do general Torrijos era lembrada. Para Anayka Mercado, membro da delegação panamenha e filiada ao Partido Revolucionário Democrático, o Encontro foi muito importante, porque abriu um espaço para explicar a situação que se vive no Panamá:

"Nosso país está sofrendo uma investida feroz por parte do governo norte-americano. O bloqueio de nossas contas provocou sérias dificuldades na área da saúde, educação e de abastecimento dos produtos básicos. Enfim, temos que aproveitar essa oportunidade para fazer com que os demais povos da América Latina saibam o que está acontecendo em nosso país".

Um dos momentos mais dramáticos foi a intervenção da representante do Haiti. Por medida de segurança, pediu-se às participantes e jornalistas presentes que não tirassem fotografias. Em meio ao mais absoluto silêncio dos assistentes, a delegada do Haiti, expressando-se com dificuldade em espanhol, afirmou que a repressão em seu país continua: "Vivemos em um duvalierismo sem Duvalier. Continuam sendo reprimidos todos os que, de alguma for-



A problemática do Chile foi amplamente debatida e o triunfo do "Não" foi aclamado

ma, se organizam, seja em comitês de bairro, grupos estudantis, movimentos políticos ou sindicais. Precisamos da solidariedade de todos".

Solidariedade

Também nesses termos, finalizou sua intervenção um grupo de mulheres que, apesar de pertencer a diferentes países, se apresentou unido. Seus trajés típicos indicavam distintas procedências, mas o conteúdo de suas reivindicações era o mesmo. Indígenas do Panamá, Brasil, Equador, entre outros países, iniciaram seu discurso, pedindo um minuto de silêncio em homenagem aos tucunas mortos em um recente massacre no Brasil. Em seguida, fizeram um veemente apelo, no sentido de que suas comunidades sejam respeitadas e ouvidas, e condenaram a comemoração do quinto centenário da chegada dos colonizadores à América, em 12 de outubro de 1992.

Outro grupo que se destacou pela enérgica participação foi o de Mães da Praça de Maio e Avós da Crianças Desaparecidas. Com seus característicos lenços brancos na cabeça, elas mais

uma vez deram um exemplo de coragem e firmeza: "Nosso país vive em liberdade condicional. Cada assassino livre põe em perigo nossa liberdade", afirmou Hebe Bonafini.

A discussão substancial

Reunidas em três grandes comissões, que devido ao grande número de participantes tiveram que ser subdivididas, as delegadas analisaram durante o encontro temas transcendentes para a mulher.

A primeira comissão – "Dimensão Política" – ao debater o tema da relação da mulher com a política institucional, denunciou em seu documento final "a utilização feminina como força eleitoral, já que constitui a maioria ou parte importante do total de eleitores de seus países". Assinalou também que sua participação a nível de tomada de decisões continua sendo muito baixa.

Outro ponto abordado foi a falta de democratização da vida familiar, "que traz como consequência uma maior carga doméstica, o que por sua vez leva a mulher a rejeitar cargos de direção por limitações de tempo e por subvalo-



Miriam Nghitotovali, da Namíbia (esq.) e Greta Robinson, da Jamaica: idéias comuns apesar da distância geográfica

rização.

Essa comissão – na qual se inscreveu a maior quantidade de delegadas – destacou ainda a presença da mulher da região na luta armada dos povos, (...) “que não só continua crescendo, como também tem mudado qualitativamente, já que são cada vez mais numerosas as que assumem responsabilidades de direção”. Como recomendação final, propôs-se o fortalecimento da Frente Continental de Mulheres.

Já a segunda comissão – “A mulher diante da crise” – se aprofundou na discussão dos problemas econômicos que, em diferentes graus, atingem todos os países do continente. No documento final, propôs-se que as mulheres latino-americanas e do Caribe promovam a formação de uma frente regional pelo não-pagamento da dívida externa, que funcione permanentemente. Também se defendeu a ampliação das relações da Frente Continental com organizações femininas nacionais da Ásia e África, onde se sofrem os mesmos problemas.

União acima das diferenças

A terceira comissão – “Meios de Comunicação” – propôs que as mulheres que trabalhem na área da comunicação contribuam para difundir de forma sis-

temática a Convenção contra a Discriminação da Mulher, aprovada pelas Nações Unidas.

Seu documento final também exorta as mulheres a apoiar a Nova Ordem Internacional da Informação, proposta pela Unesco. A Comissão deu ainda especial importância ao desenvolvimento de meios de comunicação alternativos, como “esforço para resgatar a problemática dos movimentos populares, em geral, e da mulher, em particular”.

Apesar do pouco tempo, o Encontro da Frente Continental de Mulheres serviu como uma das raras oportunidades de estabelecer um intercâmbio direto entre latino-americanas, caribenhas, européias, africanas e norte-americanas.

Durante aqueles dias, irmanaram-se em uma mesma luta mães argentinas, em busca de seus filhos desaparecidos; chilenas cuja palavra de ordem era o *Não*; panamenhas, em cujas camisas se podia ler “nem um passo atrás”; indígenas bolivianos com suas coloridas roupas; mexicanas, portando a fotografia de Cárdenas e cantando o *slogan* “Não à fraude eleitoral”; guerrilheiras salvadorenhas defendendo a autodeterminação de seu povo...

Quando já não havia mais lugar nas salas do Palácio das Convenções, senta-

vam-se no chão de qualquer corredor, organizavam um temário e o debate se estendia por horas.

Acima das diferenças políticas, étnicas e culturais, estava o sentimento comum de solidariedade, e o consenso de que só a unidade de todas pode transformar as duras condições em que está mergulhado o continente.

Se o tempo foi escasso para discutir as infindáveis questões específicas da mulher, e se a conjuntura político-econômica que atravessa a América Latina e o Caribe impôs, naturalmente, discussões mais gerais, nem por isso as mulheres saíram perdendo.

Ao contrário, ao analisar as causas estruturais que levam ao subdesenvolvimento e dependência, avançou-se ainda mais na luta contra a marginalização da mulher.

Nesse sentido, vale lembrar a imagem que o presidente cubano Fidel Castro utilizou, ao encerrar o encontro. Comparando as transformações que se estão elaborando na América Latina com uma mulher grávida, Fidel assinalou que o parto pode ser doloroso ou não, cedo ou tarde, mas que inevitavelmente ocorrerá. Enfim, as mudanças já estão em marcha e, sem nenhuma margem de dúvida, nelas a mulher desempenhará um papel fundamental. ●

A luta política pela igualdade

Em um aspecto, pelo menos, não é tão grande o abismo entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido. Ao contrário, a situação é muito semelhante: trata-se da problemática da mulher. A discriminação existe na Europa e nos Estados Unidos e as mulheres se organizam para superá-la, buscando alianças com suas parceiras do Terceiro Mundo



María Rodríguez-Jonas: os partidos políticos ainda procedem de maneira machista



María Rodríguez-Jonas, secretária-geral da Internacional Socialista de Mulheres, desde 1986, e membro do Comitê Executivo das Mulheres Socialistas da Áustria,

visitou recentemente vários países da América Latina, entre eles o Chile, onde esteve na qualidade de observadora do plebiscito, representando a Internacional Socialista (IS). Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, ela explica por que as mulheres européias estão longe de terem alcançado a igualdade de direitos com os homens, mas cita alguns dos avanços registrados nos últimos anos com relação à participação da mulher nos cargos de direção dos partidos políticos. Comenta também os vínculos da organização de mulheres da IS com os países do Terceiro Mundo.

O programa original da IS de Mulheres tem 80 anos. Isto significa que neste período pouco se avançou na Europa – onde esta organização surgiu – em matéria de direitos da mulher. Na América Latina, no entanto, acredita-se que vocês deram passos importantes neste sentido...

– Não, não é bem assim. Na Europa e em outros lugares do mundo industrializado, os partidos têm um perfil machista. Ou seja, a maioria dos que ocupam cargos de importância dentro dos partidos são homens, e a maioria dos

que ocupam cargos eletivos também. Naturalmente, esta imagem refletida pelos partidos não é muito atraente para as mulheres. Quando eu escuto homens me dizerem que as mulheres não se interessam pela política ou de participarem dos partidos políticos, tenho que admitir que isto não me surpreende.

Sua interpretação é de que se trata de uma falha dos partidos políticos e não de uma deficiência das mulheres...

– Não é só isso. Nós mulheres não temos nenhum modelo a seguir. Quando se pergunta a um menino o que vai ser quando crescer, comprovamos que eles sempre têm modelos. Na ciência, na cultura ou na política, encontram sempre grandes exemplos. Nós mulheres, não. Quem podemos ter como exemplo? Madame Curie na ciência, Rosa Luxemburgo na política... Penso e não encontro outros exemplos. Mulheres destacadas na música, na literatura, existiram. Mas não as conhecemos o suficiente. O mesmo acontece no campo das artes plásticas. A história sempre foi escrita por homens. Não temos tradição de participação nem sabemos como participar.

Não acredita que isto esteja mudando?

– Sim. Isto está mudando na Europa. Já existem mulheres ministras, por exemplo. Mulheres ministras que não têm apenas a responsabilidade de um ministério como o de Educação, ou de

Assuntos Sociais, tradicionalmente considerados de interesse feminino. Não existem assuntos masculinos e assuntos femininos. Como socialistas, acreditamos que o mundo não deve ser dividido entre os que têm e os que não têm uma residência, um trabalho ou alimentação. Lutamos para que todos tenham o que comer, um trabalho e uma casa. E achamos também que não se deve falar de trabalhos para mulheres e para homens. Na Noruega, uma mulher está à frente do ministério da Agricultura. Isto é pouco comum. Lá também existe uma vice-ministra da Fazenda. E isto tudo só foi possível porque o chefe de governo é uma mulher, que acredita que outras mulheres são capazes de fazer qualquer tipo de trabalho.

Em termos financeiros, a nível familiar, em quase todo o mundo, são as mulheres que administram o salário do marido – num certo aspecto elas são as ministras das finanças de suas próprias casas – e o fazem muito bem. Às vezes chegam a fazer milagres. Então, se as mulheres têm a capacidade de gerenciar um orçamento doméstico, porque não poderiam administrar um orçamento do Estado? Apesar disso, não existem exemplos de mulheres que desempenharam estas funções.

O que mudou, então, é que hoje existe mais consciência de que a mulher tem condições de exercer estas responsabilidades?

– Eu diria que a mudança mais notável foi a do “clima” do mundo, em geral. Mas ao mesmo tempo, os partidos são machistas, os homens são machistas, os governos são machistas. Não querem que as mulheres ocupem suas posições. Mas, o clima mudou. Não só porque as mulheres vêm lutando, como também, acredito, produziram-se avanços objetivos, com a Década da Mulher, instituída pelas Nações Unidas. Entretanto, as mudanças não são suficientes para evitar que os homens continuem agindo de forma brutal com relação às mulheres.

As “quotas” femininas

Apesar de existir este novo clima, na Internacional Socialista – que supostamente representa setores avançados do pensamento europeu – foi necessário estabelecer o sistema de “quotas”, para a participação obrigatória das mulheres nos cargos de direção dos partidos. Sem essa medida, as mulheres não conseguiriam assumir funções de responsabilidade. Explique este processo.

– Bem, é que nós comprovamos que trabalhávamos e trabalhávamos nas estruturas partidárias, dando provas de sobra de nossa capacidade, mas isto não servia de nada em termos de reconhecimento. Os homens, de propósito, não nos deixavam ocupar seus cargos.

Por machismo?

– Eles têm medo das mulheres. Isto por duas razões. Têm medo que as mulheres ocupem suas funções e lhes tirem os privilégios. Mas têm medo, também, porque grande parte deles está ocupando cargos não porque sejam capazes, mas porque são homens.

É comum, para negar um cargo a uma mulher, alegar que não estamos capacitadas...

– Claro. Pelo fato de serem homens, eles ocupam 90% a 95% dos cargos. E não querem nem discutir o problema. Têm medo que se note que uma grande parte deles são medíocres, que não conseguiram os cargos por méritos, mas porque se valeram de privilégios.

Por isto, a razão do sistema de quotas...



Chile: a ação política feminina é determinante no estrangulamento da ditadura

– Sim. Nós decidimos exigir medidas, para garantir o acesso aos cargos de responsabilidade dentro de nossos partidos e nas listas de candidatos a cargos eletivos. Temos conseguido que alguns partidos incorporem o sistema de quotas nos seus estatutos. Agora, temos que nos esforçar, para que isto seja cumprido.

Que percentagem foi estabelecida para as quotas das mulheres?

– A quota mais alta foi fixada pelo partido-membro do Canadá, o Partido Novo Democrático (PND), que estabeleceu uma percentagem de 50%. Na Noruega, Holanda e República Federal da Alemanha, os partidos adotaram uma quota de 40%. Outros estabeleceram 25% ou, como dizem em seus estatutos, “uma proporção da quantidade de mulheres afiliadas, não inferior a 25%”. Dentro da estrutura partidária, o sistema funciona muito bem, mas o que é difícil de cumprir é a quota de candidatas a cargos eletivos.

Convencer o eleitor

A percentagem é a mesma nas duas hipóteses?

– Sim. Mas, é necessário explicar em detalhe: no caso do partido-membro do Canadá, por exemplo, existe um sistema de maiorias. Nem o Comitê Executivo,

nem o congresso do partido, podem decidir quem serão os candidatos nas províncias. Foi relativamente fácil viabilizar o sistema dentro do partido, mas está sendo difícil implementá-lo a nível das candidaturas. No entanto, o PND está buscando uma forma, para que se respeite a quota de 50% de candidatas mulheres. O problema é que as bases do partido não discutiram suficientemente o assunto. E nas províncias, não estão acostumados a eleger mulheres. Desta forma é muito importante a decisão consciente do partido de implementar a resolução do seu congresso. Muitos partidos, na época das eleições internas, prometem coisas muito bonitas, prometem apoiar as mulheres e permitir que ocupem cargos na direção. Mas, na prática, os acontecimentos posteriores não refletem em nada tais promessas. Cabe às mulheres lutarem, para que isso não ocorra.

O primeiro passo é buscar a conscientização interna das bases do partido. Mas, depois essas mulheres candidatas a cargos eletivos deverão ganhar a eleição?

– Sem dúvida. A credibilidade que as candidatas consigam passar ao eleitorado é um aspecto muito importante. No Canadá, por exemplo, houve uma eleição recente. De três cargos em disputa para o parlamento, dois foram ganhos pelo Partido Novo Democrático, com

candidaturas de mulheres. Um dos dirigentes do PND me disse: "Ganhamos as eleições, não *apesar* das candidatas, mas *por causa* das candidatas. As mulheres conseguiram transmitir alto grau de credibilidade, o que foi reconhecido pelos eleitores".

E o que acontece com os partidos-membros da IS que não aceitam o sistema de quotas?

– Alguns partidos ordenaram resoluções para regulamentar a aplicação da quota e estabeleceram sanções para os casos de descumprimento da norma. É o caso do Partido Trabalhista de Israel, onde as mulheres lembraram uma resolução que permite veto às listas eleitorais que não respeitem a quota feminina, e a retirada do apoio aos candidatos que as integrem. É uma medida efetiva, já que o apoio eleitoral das mulheres numa campanha é muito importante. Com essa ameaça, conseguiram melhorar algumas coisas.

Como vem sendo sua relação com as mulheres de partidos do Terceiro Mundo membros da Internacional Socialista?

– Lamentavelmente, a IS não tem tantos membros associados em países do Terceiro Mundo. Só existe um número expressivo de partidos-membros na América Latina, incluindo a América Central e o Caribe. Variam as experiências, de um país latino-americano para outro. Mas, existem aspectos comuns. Um traço característico que constatei é a permanente luta contra o machismo, muito típico do mundo latino.

Também vejo com muito significativo o papel das igrejas. Não só da igreja católica, como também as várias igrejas e religiões que têm influência nos povos latino-americanos. Na Guatemala, por exemplo, está comprovado que certos cultos obscurantistas contribuem para piorar a situação da mulher. A própria igreja católica, ao proibir o sacerdócio feminino, dá um exemplo de machismo. E também adota uma posição discriminatória com relação à mulher, quando afirma que nós só servimos para procriar. Isto é uma posição extremamente atrasada.

Mas, o fator mais doloroso a afetar

as mulheres na América Latina é a pobreza. A situação econômica desesperadora destes países afeta diretamente as mulheres. Em nossas reuniões, falamos da "feminilização" da pobreza, porque, a cada dia que passa, mais e mais mulheres vivem em nível inaceitável de pobreza.

Que aconteceu com os grandes movimentos feministas europeus da década passada? Que tipo de relação a Internacional Socialista de Mulheres mantém com tais movimentos?

– Na Grã-Bretanha, por exemplo – e o mesmo acontece com outros países – os grupos feministas se dispersaram ou diminuíram sua influência, porque grande parte de suas ativistas se integrou ao Partido Trabalhista. Agora, elas atuam dentro de "nossa família".

Qual sua impressão sobre os grupos feministas da América Latina?



A participação da mulher no trabalho e na política é crescente (Cuba e Angola)



– Parece que fazem o trabalho que nossos partidos deveriam fazer e que, às vezes, fazem: educar as mulheres. Não se trata somente de uma educação formal, alfabetização – isto é muito importante – mas também de dar informações para a vida cotidiana. Sei que existem cursos no Peru, no Chile, organizados pelas feministas, nos quais as mulheres dos bairros mais pobres recebem informação sobre o acesso aos seus direitos na vida diária: como receber assistência financeira do Estado ou como obter os documentos necessários para matricular os filhos na escola, por exemplo. Não se trata de um trabalho político. É um trabalho assistencial e de formação das mulheres marginalizadas e analfabetas.

A imagem nos meios de comunicação

Alguns dos países estão discutindo o tema do uso e abuso da imagem feminina nos meios de informação. A Nicarágua acaba de criar legislação a respeito. Que definições a IS tem sobre este problema?

– É um tema de muitas implicações. Não se trata simplesmente de sentir-se "ofendida" pela publicação de fotos de mulheres nuas, que chamam para o consumo de produtos, como automóveis ou equipamentos agrícolas, ou que exibem o corpo feminino para publicidade de roupas íntimas. Não existe uma forma de decidir que partes do corpo deveriam ser mostradas. O capitalismo sente necessidade de explorar a imagem feminina. Eu me ofendo e muitas outras mulheres se ofendem, quando se divulgam fotografias ou imagens femininas de uma forma que induz ao pensamento de que as mulheres são jovens, bonitas e, em certos contextos, brancas – e também disponíveis. Esta é a conotação ofensiva. Uma mulher nua pode ser fotografada de uma forma que mostre sua beleza, mas que não necessariamente a

Abrindo caminhos

□ María Rodríguez-Jonas trabalhou como funcionária do Partido Social-Democrata da Áustria durante muitos anos, chegando a ocupar um cargo na Secretaria Internacional. Também exerceu o jornalismo. Participou do movimento de mulheres dentro do partido, em Viena. Durante 20 anos trabalhou na Internacional Socialista de Mulheres. "Lá me aprofundei no trabalho da IS e estabeleci contatos com o movimento de mulheres dos diferentes partidos", recorda. "Como conhecia bem as estruturas internas, tinha bons vínculos internacionais e falo várias línguas, essas foram as qualificações que levaram em conta, para que eu fosse apresentada para o cargo de secretária-geral, para o qual fui posteriormente eleita, numa reunião realizada em Lima, em 1986", conta Maria, com modéstia.

E acrescenta: "Creio que no mundo dos homens nunca chegaria a ocupar este cargo. Mas, o mundo das mulheres me deu tal oportunidade".

transforme em objeto sexual.

Existem grupos que acusam as feministas de sustentar uma posição reacionária neste sentido. Somos vistas numa posição próxima da direita, em nome da moral. Eu não quero aparecer ao lado de posições da nova direita, nunca estive próxima dessas idéias.

Mas, o tema é delicado e preocupante. Existe, inclusive, um fenômeno novo, pelo qual crianças estão sendo utilizadas cada vez mais para fazer pornografia filmada. Existe uma indústria montada e equipada com computadores, que não só comercializa pornografia sórdida com mulheres, como também chega ao extremo de fazer intercâmbio de crianças entre empresas, para os mesmos fins.



Isto nos leva a outro tema: a prostituição crescente de mulheres e crianças dos países subdesenvolvidos, que são "traficadas" para a Europa e Estados Unidos.

- A prostituição no Terceiro Mundo não só afeta as mulheres adultas, como também as crianças. Nas Filipinas e na Tailândia, as crianças começam a se prostituir aos 8 ou 9 anos. Efetivamente, muitos destes menores são vendidos para trabalhar na prostituição na Europa. Existe uma organização, muito bem estruturada, de importação de mulheres e crianças dos países do Terceiro Mundo. E o problema é que existe um círculo de homens que lucra com esse comércio de mulheres de um país para outro.

A IS tem algum trabalho realizado com relação a este problema?

- A Internacional Socialista vem fazendo denúncias sobre o fato, mas não tem nenhum trabalho desenvolvido sobre o problema. Eu, pessoalmente, me preocupo com isto. Há pouco tempo estive num congresso, na Austrália, e, junto com uma mulher tailandesa e uma sindicalista democrata-cristã da Alemanha Federal, iniciei um plano de mobilização da opinião pública internacional, para mostrar o que está acontecendo. Lideranças de várias organizações socialistas também estão realizando um trabalho bastante produtivo na questão da prostituição.

Às vezes, o avanço da ciência apresenta novos desafios para quem procura

promover o controle da mulher sobre o próprio corpo. Qual a sua opinião sobre a fertilização in vitro e as "mães de aluguel"?

- Como mulheres socialistas, devemos discutir o tema e tomar uma posição sobre as novas técnicas de fertilização e outras técnicas de reprodução humana. Esta é uma área onde novamente a ciência, os médicos, decidem sobre o corpo da mulher. O pior é que essas técnicas são apresentadas como "benéficas" para a mulher. Na verdade, usam-nos como cobaias para suas experiências científicas. E isto não afeta somente as mulheres do Primeiro Mundo. As mulheres do Terceiro Mundo também são afetadas. Eu já estabeleci contatos com uma organização de mulheres que se apresenta contra essas técnicas e estamos tentando trabalhar juntas.

O papel dos livros didáticos

As diferenças, que a nossa cultura estabelece entre o homem e a mulher, começam a ser transmitidas na família e na escola. A Internacional Socialista de Mulheres realiza algum tipo de trabalho para alertar professores e pais sobre tal problema?

- Em alguns de nossos países, as mulheres socialistas vêm lutando contra os materiais didáticos utilizados nas escolas, livros que descrevem a vida de uma família, em que o pai vai trabalhar e a mãe fica em casa para cozinhar, lavar, etc., o que não reflete a realidade. Uma altíssima percentagem de mulheres atualmente trabalha. Na Suécia, são mais de 80%. Desta forma, temos publicado novos livros para as escolas, temos pedido a mulheres escritoras que produzam novos textos didáticos, que possam descrever a realidade das famílias de nossa época: que as crianças não ficam mais em casa com suas mães, mas nas creches, e que o mundo feminino não está formado por um universo de donas-de-casa. Hoje, podemos ser funcionárias, deputadas, ministras e cientistas. Não se trata também de culpar as mães por reproduzir atitudes para seus filhos, mas de compreender que é a sociedade que deve mudar sua forma de encarar a mulher.

Beatriz Bissio

SUPLEMENTO BRASIL

CADERNOS DO
terceiro mundo
PALESTINA
INDEPENDENTE

1989 **O ANO
DAS
MUDANÇAS**

O NOVO PERFIL POLÍTICO DO BRASIL



A natureza esconde, entre suas leis infalíveis, os meios de reequilibrar situações, recompor ambientes ou simplesmente reagir, com um desastre, a quadros intoleráveis ou que falseiem a realidade. O clima sustentado pela floresta perde a sua regularidade de temperaturas, chuvas e ventos, quando o desmatamento, por exemplo, chega ao ponto em que se descaracteriza a predominância florestal de uma região. A pressões internas intoleráveis correspondem os terremotos. As encostas, que absorvem grandes quantidades de chuvas, terminam por desbarrancar, quando algum agente lhes retira as condições que as fazem capazes de suportar os temporais.

Aplicada ao mundo dos seres humanos organizados em sociedades, esta lei da rearrumação atende, comumente, pelo nome de eleições. Também pode chamar-se revolução, particularmente quando algum agente artificial impediu, por tempo demasiado longo, a aplicação natural dos pequenos ajustes. Por isso é que as democracias recomendam a sua prática constante (a França foi às urnas seis vezes, em 1988), para que as acomodações do terreno se façam quase imperceptíveis, fugindo aos terremotos de muitos graus de intensidade.

No Brasil, a ida às urnas em 1988 – apenas dois anos após o pleito de 1986 – demonstrou a sabedoria da natureza aplicada à prática da vivência social: a lei da rearrumação funcionou por inteiro, mas suavemente, sem os acidentes dos terremotos.

O comportamento eleitoral da cidadania brasileira criou uma nova face para o país: trocou as tintas do quadro; apagou nomes, escreveu nomes; apontou a direção para onde pretende seguir; disse o que quer, mostrou o que não quer.

Como ocorre após os grandes ajustes da natureza, pode-se dizer que o país zerou as tensões entre o quadro que havia e o que a nação sentia. O equilíbrio está restaurado – é o que parece – e as condições estão dadas para que se possa viver em mais um estágio do processo de normalização da vida política nacional, com um elenco renovado para um novo contexto. Neste número, as eleições municipais mereceram reportagem especial, pela nova configuração que impuseram e por serem, desde já, grande condicionante do pleito presidencial do próximo ano, que antecederá, por um ano, a disputa pelos governos estaduais e o pleito parlamentar. A nação está decidindo pelos caminhos do pequeno ajuste, rejeitando os terremotos. Que a natureza se imponha – é a nossa torcida.

Panorama Nacional

Assuntos que merecem atenção

p. 48

A falência das cidades

As municipalidades enfrentam o desafio da insolvência

p. 51

A pista das urnas

Os cidadãos refazem o mapa político do país

p. 55

Entre a restauração e a resistência

Ecos das pressões contra a igreja progressista brasileira

p. 60

O trabalho e as novas tecnologias

A informática, a mão-de-obra e o Terceiro Mundo

p. 62

Novo olhar sobre o ambiente

O que o Brasil pode e deve fazer pela ecologia

p. 64

A perda da língua

As influências culturais e a autenticidade

p. 66

O natal negro

A festa ganha um novo modo de expressão

p. 68

A kizomba do centenário negro

A arte afro-brasileira afirma sua força criativa

p. 70

Negócios Brasil-Angola

Luanda busca investimentos brasileiros

p. 71

Testemunho

Palestina: Dois momentos decisivos

p.72

O choque de Volta Redonda



Volta Redonda: a ocupação traumatizou a opinião pública

Em delicadas operações que consumiram dezenas de horas de grupos especiais de operários, diretamente autorizados a operar no interior da fábrica pelo comando da greve, os trabalhadores conseguiram reativar, entre os dias 18 e 20 de novembro, os altos-fornos da siderúrgica de Volta Redonda, evitando sua paralisação por meses, como fatalmente ocorreria, se nada fosse feito.

A ação salvadora dos metalúrgicos, em meio à greve (o movimento reivindicatório durou 17 dias e foi encerrado no dia 23 de novembro, com o atendimento de uma série de reivindicações salariais), expressa bem o nível de compreensão a respeito da importância industrial e histórica de Volta Redonda para a economia do país. A usina é o símbolo dos primeiros passos do surto industrial brasileiro.

Os trabalhos de recuperação dos altos-fornos ocorreram em meio à intensa comoção que provocou no país a ação militar, levada a efeito no dia 9 de novembro, ocasião em que foram mortos três operários pelas tropas do exército, chamadas a reprimir o movimento e a ocupar as instalações da usina.

A violência da repressão mostrou-se excessiva e contraproducente, como costuma acontecer rotineiramente em tais ocasiões. Os fatos verificados em Volta Redonda passam a pertencer à história das lutas operárias brasileiras, e ficam na memória do país como um episódio, tragicamente expressivo, da distância que ainda precisa ser percorrida, antes que se possa dizer que o jogo democrático esteja plenamente assimilado por todos os setores.

Manchete em russo

Esta é a capa da edição em russo da revista "Manchete", entregue ao presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, pelo presidente José Sarney, em sua recente visita àquele país. O diretor da revista, Adolpho Bloch, esteve presente ao ato, no Kremlin.

Além do significado sentimental e político da publi-



cação — Bloch nasceu na Rússia, retornando à pátria de origem quase aos oitenta anos — mereceu registro especial o esforço editorial. A Bloch Editores teve de adquirir uma tipografia especial e estruturou uma redação familiarizada com o idioma russo.

Uma simpática maneira do sr. Bloch de comemorar a visita presidencial e a "perestroika".

Inflação e dívida externa

Em um de seus recentes artigos no "Jornal do Brasil", Barbosa Lima Sobrinho desvenda um desses "mistérios" da política financeira de nosso país: quanto mais

umenta o saldo de nossa balança comercial, mais o cruzado perde seu valor.

Com a objetividade de sempre, explica o presidente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI: "De certo deve haver, e há realmente, explicação para essa situação aparentemente paradoxal. Em substância, é que estamos diante de saldos na balança comercial, e de déficits na balança de contas. Temos que pagar mais do que recebemos. E se procurarmos o vilão do resultado aparentemente anormal, não nos custará verificar que resulta de nossa dívida externa. Se somarmos o valor das importações com os 12, 14 bilhões dos pagamentos dos juros da dívida externa, vamos verificar que, em vez de credores, pela balança comercial, passamos a devedores pela balança de contas."



Para obter os dólares necessários aos pagamentos desses juros, o governo tem de comprá-los aos exportadores e o faz emitindo cerca de cinco trilhões de cruzados, que pressionam a espiral inflacionária. Assim, quanto maior o saldo na balança comercial, maior a inflação.

Tal processo vem de lon-

PANORAMA NACIONAL

ge. Entre 82 e 86 – os dados são oficiais, do Banco Mundial – o Brasil pagou só de juros o total de 73,6 bilhões de dólares. Mas, quem pensar que nossa dívida diminuiu com essa enorme sangria, equivoca-se: a dívida bruta pulou de 71 a 110 bilhões de dólares.

O panorama nos demais países da América Latina não é diferente. Estão todos corroídos pela inflação, que impõe a fome ao povo e ameaça a estabilidade institucional. E quase todos os países da região fingem desconhecer essa dramática realidade, tomando medidas de austeridade ou de arrocho em áreas, como o déficit público, que não são as únicas responsáveis pela inflação.

No Brasil, estamos no seguinte dilema: ou conseguimos deter a hemorragia da dívida externa, seja através de negociações, moratória ou outras medidas, ou a inflação e a consequente crise social podem comprometer a paz interna e os avanços democráticos duramente conquistados.

Modernizar as apurações eleitorais

É inexplicável que as apurações no Rio e em outras capitais tenham se arrastado muito além das previsões. A explicação dos porta-vozes da Justiça Eleitoral de que a severa fiscalização do PDT – voto por voto – demorou a apuração pode apenas parcialmente explicar o atraso.

Afinal, esse partido quase perde a eleição de 82 não pelo voto, mas pela fraude da Proconsult, a primeira no

gênero no Brasil. Explica-se que estivesse preocupado com as apurações.

Mas, é um detalhe. O que se questiona é o método. É essencial que a Justiça Eleitoral comece, mesmo experimentalmente, a usar o voto eletrônico, nem que seja só nas capitais. Já nas eleições de 90, esse processo poderia ser estendido a todo o país ou a um número maior de cidades.

As sucessivas eleições são um elemento de prática democrática. Mas, é preciso que se modernize o processo de apuração, reduzindo as possibilidades de fraude e evitando que essas demoras infundáveis criem disputas, suspeitas e tensões deformadoras da autenticidade do voto.

Os lucros dos bancos

Dados divulgados revelam que o Bradesco, o Itaú, o Bamerindus, o Real e outros bancos continuaram este ano obtendo lucros fabulosos.

Nos últimos meses, o chamado pacto social ocupou a atenção dos políticos e dos meios de comunicação. Todos os segmentos da sociedade foram chamados a fazer sacrifícios, embora se saiba que o peso das medidas antiinflacionárias recai sobre os trabalhadores. No entanto, nem mesmo nominalmente os bancos são incluídos naquelas áreas empresariais que devem ajudar a conter a inflação. Ficam isentos, faturando cifras astronômicas sem qualquer compromisso com a sociedade.

É essa situação que começa a inquietar os meios



Bancos: os lucros fabulosos oriundos dos juros e da crise

políticos, mesmo os mais conservadores. Tem de ser dado um basta ao polvo bancário. Os próprios banqueiros começam a entender que chegará um momento em que a sociedade e a classe política reagirão. Isso pode explicar o fato de que certos bancos estão ampliando seus investimentos na indústria, na expectativa de que poderá surgir, das eleições presidenciais de 89, uma nova

correlação de forças políticas que tenha condições de enfrentar o desafio do sistema financeiro.

Os banqueiros estariam, no entanto, encontrando dificuldades ao investimento industrial. Por mais que esticassem os lucros na indústria, burlando o limite da inflação, obteriam muito menos do que os escandalosos excedentes que a agiotagem bancária lhes permite auferir impunemente.

Os sabotadores do pacto social

A circunstância de que o pacto social conteve o ritmo da inflação foi positiva. A previsão, de que, em novembro, a taxa inflacionária

alcançaria 35%, não se confirmou. Registrou-se pequeno recuo da espiral dos preços.

Mas, o pacto começou a fazer água. O comércio



Pacto: andando mal, por culpa de setores gananciosos

tem, nessa perspectiva de fracasso, sua quota de responsabilidade. Comerciantes gananciosos recorrem a múltiplas estratégias para burlar os preços. Assim, mesmo os que tentam atar-se aos 26,5%, encontram dificuldades em fazê-lo. Grande parte dos industriais remarca seus preços além do limite ou impõe aos comerciantes preços e condições de pagamento, que tornam impossível respeitar o tabelamento.

Há, ainda, outro aspecto condenável na posição de alguns empresários, que é o tom ameaçador e desrespeitoso com que se referem à política de contenção de preços. Falam e agem como se só prevalecessem seus próprios interesses, e como se devessem respeito apenas a uma única regra, a do mercado, atrás da qual se ocultam os lucros abusivos. A indústria farmacêutica ameaça com o desabastecimento, apesar dos aumentos contínuos dos seus produtos, e o mesmo fazem outros setores industriais.

O acordo sobre preços, coordenado pelo ministro interino do Trabalho, Costa Couto, é uma iniciativa, cuja fragilidade se assenta sobre a ausência de um real controle de preços a que todos estejam submetidos. Parte do princípio de que toda a sociedade está interessada em conter a inflação, antes que a hiperinflação nos conduza ao caos. Esse tipo de empresário, que desdenha do consenso, remarca os preços e desafia o consumidor, está, na verdade, do outro lado. Coloca-se fora do consenso social e justifica medidas urgentes, que resguardem o consumidor do abuso e do assalto.

O esvaziamento do interior

Atualmente, de cada 100 brasileiros, 74 estão vivendo nas zonas urbanas e, se confirmadas as projeções demográficas feitas pelo IBGE, no ano 2000 serão cerca de 80 (em cada 100) morando nos aglomerados urbanos. No Rio de Janeiro essa concentração já chega a 94, e em São Paulo, a 92 em cada 100 habitantes. Nesse ritmo, no final deste século as áreas rurais contarão com apenas 20% da população. Hoje, elas possuem ainda 26% do total.

Por regiões, a concentração urbana vai chegar, no ano 2000, a 91% no Sudeste, 83% no Centro-Oeste, 80% no Sul, 65% no Nordeste e 61% no Norte. As taxas mais altas de urbanização, previstas para este fim de século, vão ficar com o Distrito Federal (98%), Rio de Janeiro (96%) e São Paulo (94%). A mais baixa ficará com o Maranhão (44%), que ainda hoje tem predominância



Brasil: Índices de urbanização de país desenvolvido

na população rural (63%).

Outras projeções do IBGE indicam que, de 1980 ao ano 2000, o país terá incorporado mais 20,1 milhões de novas residências, totalizando 45,7 milhões. De 1988 até lá, serão mais 11,9 milhões de moradias, sendo quase a metade (5,6 milhões) para atender às necessidades da região Sudeste, com a demanda maior em São Paulo, que vai precisar de mais 3,2 milhões ou 27% dessas novas moradias.

O aumento no total de

domicílios, desde 1980 até 1988, foi de 32%, quando passou dos 25,7 milhões para 33,8 milhões. Dentro de 12 anos, ou seja, no final do século, o Brasil deverá chegar aos 37,6 milhões de domicílios na zona urbana e 8,1 milhões na rural. Atualmente, por região, os domicílios são 1,7 milhão (Norte), 8,7 milhões (Nordeste), 15,8 milhões (Sudeste), 5,4 milhões (Sul) e 2,2 milhões (Centro-Oeste). Os dados são revelados pelo Anuário 87-88 do IBGE.

O novo país urbano

Os dados estatísticos do IBGE comprovam que o Brasil tomou o rumo definitivo da urbanização, fase de desenvolvimento populacional que caracteriza as sociedades mais modernas ou em fase de intensa modernização, uma vez que os grandes aglomerados humanos propiciam um estágio econômico mais avançado.

Mas, o nível de dificuldades em que se afogam as cidades, principalmente as maiores, sugere que faltam muitas coisas, para que o país possa tirar proveito da nova estruturação populacional (veja, a propósito, a

reportagem "A falência das cidades", a partir da p. 51).

A concentração urbana, porém, produz algumas implicações sérias também no interior que perde sua população, entre elas o perigo do retrocesso econômico e do esmaecimento da presença governamental e dos serviços que lhe são correspondentes, devido à perda de receitas, entre outros aspectos. Se os novos grandes centros gemem sob o impacto de multidões que se multiplicam e se acotovelam atrás de espaço, saneamento, emprego, educação e transporte, os municípios

que se esvaziam, no interior, passam a sofrer a síndrome da desarticulação: menor número de atividades, estreitamento do mercado local, queda das rendas, impossibilidade de serviços públicos adequados.

Vê-se, portanto, que o fenômeno da urbanização tem um reverso igualmente doloroso, que é o vácuo que produz no interior. Torna-se importante cuidar também das doenças das cidades sangradas de suas populações, tanto quanto exigem cuidados urgentes as cidades inchadas de novos moradores.



Empobrecidos ou mal administrados, os municípios ressentem-se da ausência de adequados serviços de infra-estrutura

A falência dos municípios

A próxima posse de mais de 4 mil prefeitos, poucos meses após a declaração de falência do Rio de Janeiro, intensifica o debate em torno do quadro de pobreza financeira em que se debatem as cidades brasileiras

Nereida Daudt

Vitimadas por um acúmulo de dificuldades, as municipalidades brasileiras se dizem quebradas. Incapazes de atender os serviços essenciais à população, elas estão até deixando de pagar os vencimentos do funcionalismo. O que está ocorrendo?

De acordo com o superintendente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-Ibam, Jamil Reston, "a centralização na União de poderes, encargos e recursos financeiros, sob o pre-

texto de realizar um desenvolvimento social acelerado, foi a causa principal da situação em que hoje se encontram as prefeituras brasileiras".

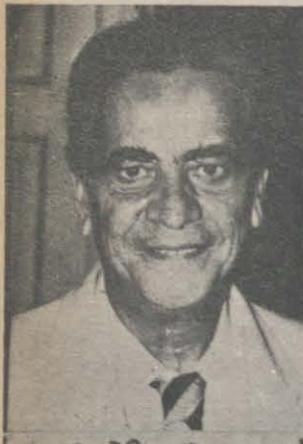
Novos impostos

Na opinião dele, para saírem do buraco, os novos prefeitos deverão tomar, a médio prazo, algumas medidas. Entre elas, colocar em votação, nas câmaras, as leis sobre os dois novos impostos, o ITBI, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e o IVCV, Imposto sobre Vendas de Combustíveis a Varejo, modernizar a estrutura da dívida ativa (im-

postos atrasados), agilizar a estrutura da arrecadação, redefinir gastos para evitar desperdícios e renegociar a dívida com os credores".

A Constituição brinda suportes aos municípios, "desde que o município explore convenientemente suas fontes de receita", ressalva. Em relação ao IPTU, por exemplo, Reston diz que os municípios poderão utilizar a prescrição constitucional, para adotar alíquotas progressivas na cobrança do imposto predial. Além disso, ele aconselha a implantação de um moderno cadastro fiscal, juntamente com instrumentos ágeis de cobrança e fiscalização.

O desafio do Rio de Janeiro



Marcelo Alencar convocou César Maia, Chuahy e Tito Ryff, entre outros, para delinear o plano de salvação do Rio de Janeiro

□ As urnas mal começavam a ser apuradas, no dia 16 de novembro, quando o candidato vitorioso à prefeitura carioca, o advogado e jornalista Marcelo Alencar (PDT/RJ), nomeou uma comissão de alto nível, integrada pelos melhores economistas de seu partido, para que iniciassem imediatamente os trabalhos de traçar o perfil exato das dificuldades que levaram o Rio de Janeiro a ser declarado uma cidade falida pelo prefeito Saturnino Braga (PSB/RJ), em meados do ano. O grupo - integrado, entre outros, por nomes como os de César Maia, deputado federal e ex-secretário de Fazenda; os deputados estaduais Eduardo Chuahy, Fernando Lopes, ex-secretário de Planejamento, Luís Henrique Lima e Arnaldo Mourthé, ex-secretário de Planejamento da capital - recebeu a responsabilidade de apontar os caminhos da recuperação do Rio.

Dois dias depois, já numa entrevista aos correspondentes estrangeiros, afirmava Marcelo Alencar, que dispunha ainda de poucas informações, mas considerava que a responsabilidade de recuperar o Rio, que ele, pessoalmente, e seu partido assumiam, equivalia a um "problema imenso, que vai exigir o máximo de esforços para ser superado". E anunciava uma proposta, que levaria inicialmente a quatro outros prefeitos

de grandes capitais (S. Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre), com o objetivo de formar uma frente municipalista, para superar a fase traumática em que se encontra a maioria dos municípios.

Somar forças

"Os municípios brasileiros se defrontam agora com duas realidades claras: todos estão em dificuldades e todos podem e precisam tirar proveito das disposições estabelecidas pela nova Constituição, que reequilibram, de certa forma, a distribuição tributária - disse Marcelo Alencar. Esta situação nova - continuou - melhora nosso sistema federativo e lança, para os setores mais avançados, o desafio de estabelecer um trabalho suprapartidário, com vistas a fixar certos acordos entre os municípios e a União, de modo a permitir a recuperação das cidades".

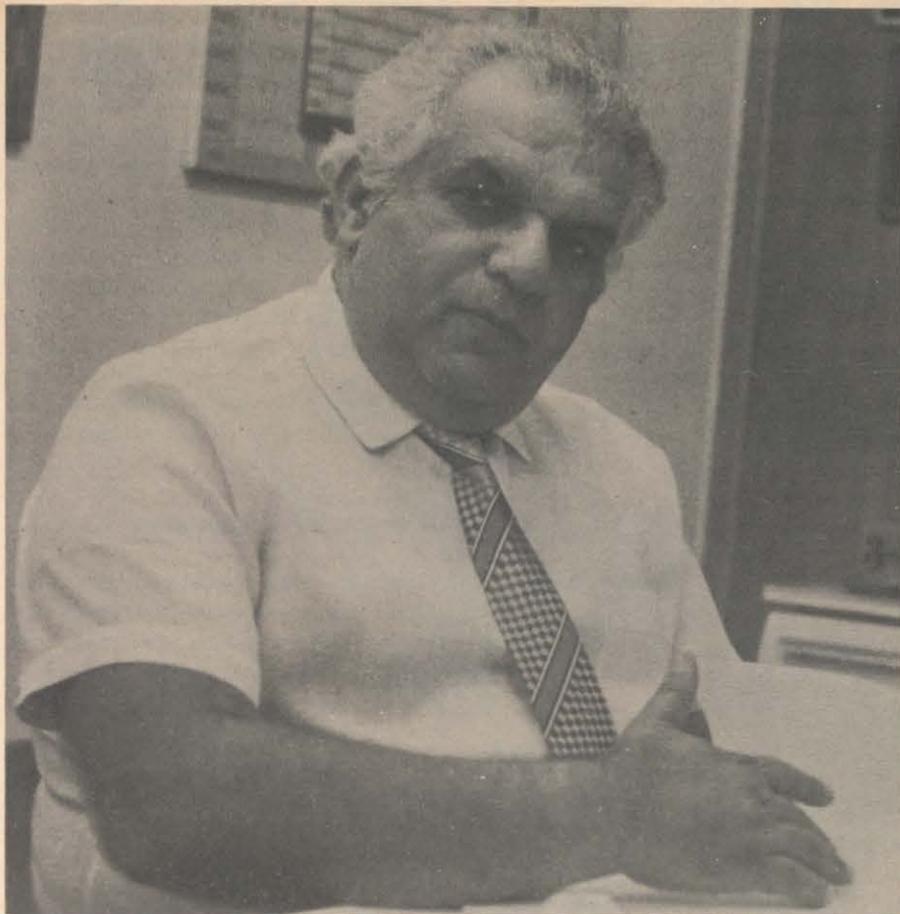
Entre os acordos pretendidos, está o de estabelecer um sistema mais suave de pagamento da dívida dos municípios, que a União pretende conseguir a curto prazo, o que levaria à exaustão a maioria das municipalidades. "Se tal cobrança se fizer no ritmo pretendido pelas autoridades financeiras federais, os municípios se verão penalizados de forma excessiva, pois nenhum deles tem uma pre-

visão de receitas que permita cobrir, em curto prazo, os compromissos acumulados ao longo do tempo. Tal como a União conseguiu, junto aos credores internacionais, rolar a dívida e estabelecer prazos de pagamento com carência de nove anos, queremos que a União nos conceda as mesmas condições", acentuou o prefeito eleito do Rio de Janeiro.

Segundo ele, somente a união dos municípios pode criar condições de solucionar a questão do endividamento, o estrangulamento principal nas cidades maiores. "E a melhor ocasião de promover a união de esforços é esta, agora, quando os municípios adquirem uma nova importância e têm condições efetivas de pressionar o Congresso e o Executivo", disse Marcelo Alencar.

Outro ponto, que considera de grande importância para as cidades, é o que se refere ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICM, que fica demasiado tempo em poder das administrações estaduais, antes de ser repassado às municipalidades. Significa uma perda efetiva para as cidades, ante a desvalorização causada pelo prazo excessivo. Na opinião do prefeito eleito carioca, "é preciso que o ICM seja imediatamente entregue às administrações municipais".

Procópio Mineiro



Reston: centralização causa as dificuldades dos municípios, relegados ao papel de pedintes

No mesmo instituto, entretanto, o técnico François Bremaeker, coordenador do banco de dados municipais, tem uma idéia diferente sobre o reforço que a Constituição estará dando às cidades, "a Nova Carta não vai fazer diferença nenhuma em termos de recursos". Para o economista, a única saída é o aumento de impostos. Bremaeker acha que todos devem pagá-los, assinalando que "se ninguém deixa de fumar cigarro, nem de beber cerveja, por que não pagar pelo lugar onde se mora?".

Ao mesmo tempo, ele acredita que, se os serviços tiverem qualidade, o povo passa a respeitar e conservar a cidade. Admirador do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, o técnico do Ibam classifica de ridícula a arrecadação da cidade do Rio de Janeiro.

Educação e saúde

"Em São Paulo, o IPTU é, em média, sete vezes mais caro do que no Rio de Janeiro", aponta Bremaeker. Ele lembra que estimativas, no ano passado, alertavam que seriam necessários recursos equivalentes a 10 vezes o orçamento da cidade de São Paulo, para colocar em dia as contas e organizar os serviços da cidade.



Urbanização: as favelas revelam os desvios sociais do país e reclamam providências que as integrem às cidades

Além dos dois novos impostos, o IT-BI e o IVCV, os municípios poderão também contar com outras fontes de recursos, como a ampliação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, que de 17,5% passou para 22%, e a parcela do ICM destinada às cidades, que dos 20% anteriores passou agora a 25%.

Em contrapartida, novos encargos

entram nas esferas municipais: a obrigação constitucional de aplicar 25% de seu orçamento na educação, e a responsabilidade de prestar os serviços de saúde.

A superintendência do Ibam tem, em seus arquivos, dados comprovando que o município do Rio de Janeiro, por exemplo, será uma exceção, quanto ao impacto que deverão sofrer todos os

demais municípios, ante as novas obrigações: o Rio não terá seus encargos aumentados em relação à educação, visto que é o único no país que assumiu totalmente a responsabilidade pelo ensino de 1º grau, já aplicando 25% de seu orçamento na educação.

Um dado concreto dessa realidade é o número de funcionários que possui na área de educação: 60 mil, número ainda insuficiente para atender às demandas da cidade, o que torna necessária a contratação de um número ainda superior a este, para que o atendimento às crianças em idade escolar se faça completo.

Modernização administrativa

Outra questão considerada vital para a boa organização municipal refere-se à questão administrativa, com destaque para a questão de pessoal, em que se pode adotar a legislação trabalhista ou o estatuto do funcionalismo.

Segundo Reston, o mais adequado para a administração direta é a adoção do estatuto, "desde que o ingresso ocorra através de concurso". Na opinião dele, o que não pode continuar é o atual regime de dois contratos, pois uma modernização administrativa pressupõe a implantação de regime único, seja ele o da CLT ou o estatutário.

Nesse sentido, a direção do Ibam destaca a urgência de se elaborar uma lei orgânica municipal, que racionalize a administração, adequando-a para atender às reais necessidades da comunidade. Dentro desses parâmetros, poder-se-ia estabelecer, segundo sugere, um limite de 65% das receitas correntes para aplicação em despesas de pessoal. Isto permitiria às administrações contar com folga de recursos suficiente para investimentos diversos, que melhorassem as condições de vida das populações.

Um detalhe, que Jamil Reston procura acentuar, refere-se à prática corrente de se interromperem bons projetos em andamento, quando assume um novo governo. Segundo ele, as cidades saem muito prejudicadas, devido a esse costume, pois a interrupção equivale, frequentemente, a um desperdício de investimentos.

QUADRO I

DIVISÃO DA ARRECAÇÃO (DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO)

	ANTES	AGORA
UNIÃO	56%	36%
ESTADOS	28%	41%
MUNICÍPIOS	16%	23%

QUADRO II

No município do Rio de Janeiro pode-se observar claramente como a receita está muito abaixo do seu potencial através de um exame da arrecadação do IPTU. Em 1987, por exemplo, seu valor real foi quase igual ao que a prefeitura recolhia desse imposto há onze anos.

No que tange às despesas, deve-se notar que os gastos de custeio tiveram um acréscimo de quase 29% em 1987 (comandado pelo aumento de 34% na folha de pessoal), fazendo com que 92% da receita líquida tivessem que ser aplicados para cobrir essa rubrica.

RECEITAS E DESPESAS DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1975/87 EM CZ\$ MILHÕES DE 1987

ANO	IPTU	DESPESA DE CUSTEIO	DESPESA DE PESSOAL
1976	2337	13613	10222
1977	3376	13346	10285
1978	4367	14872	10662
1979	4509	17524	13558
1980	3628	16357	12157
1981	2919	13354	10143
1982	2731	15242	10851
1983	1991	13149	10143
1984	2093	11087	8215
1985	2668	12661	9592
1986	2787	15751	11914
1987	2432	20309	15999

Fontes dos dados: Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.
Observação: Esse desequilíbrio crônico esbarrou, a partir de 86, na limitação política de negociar recursos com o governo federal.

A PISTA DAS URNAS

Apenas dois anos após consagrar o PMDB, os brasileiros explodem a referência "regime militar versus Nova República" e traçam uma configuração diferente para o mapa partidário, fazendo opções que relegam o passado e apontam para um futuro, que começa com o pleito presidencial de 1989



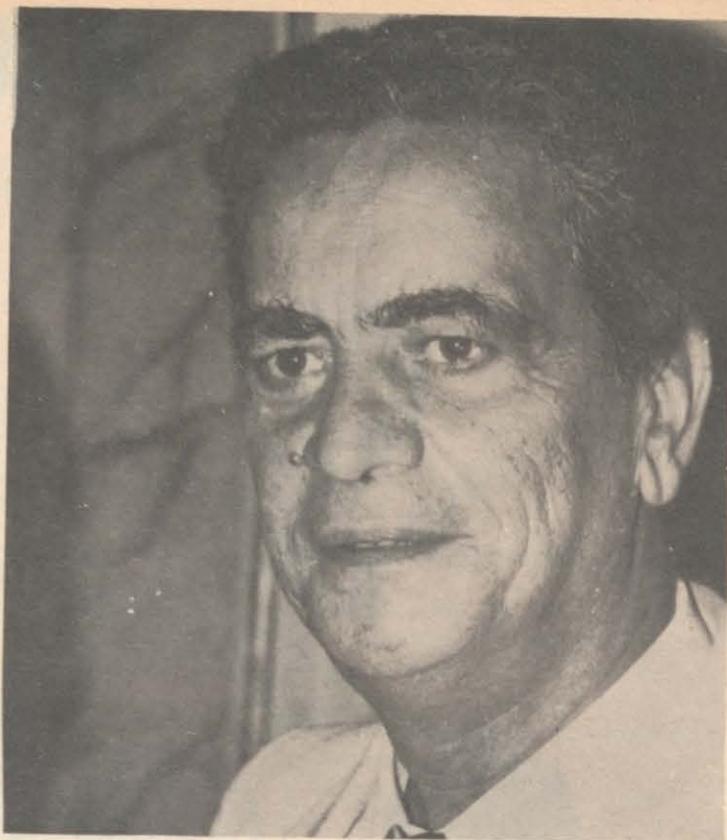
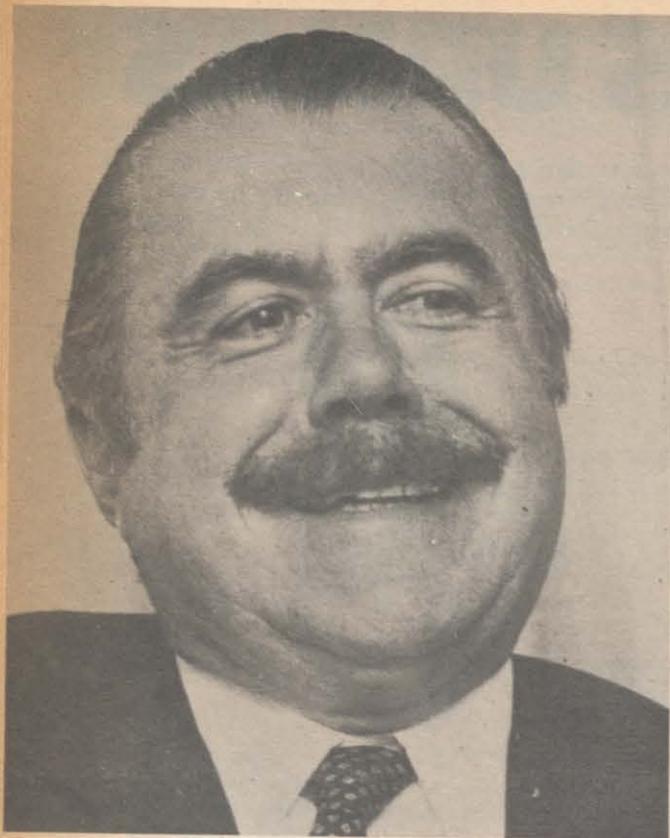
Procópio Mineiro

A partir de primeiro de janeiro próximo, o Brasil entra no ano decisivo de sua reconstrução política – em novembro haverá a eleição presidencial – com um quadro político inteiramente alterado pelo pronunciamento do último 15 de novembro, quando foram escolhidos os prefeitos e vereadores de todos os municípios do país. Os resultados dão pistas sobre os anseios da população e destacam, no novo mapa, a força dos

programas de esquerda e o desejo de amplas reformas sociais no país. Os avanços do Partido Democrático Trabalhista-PDT e do Partido dos Trabalhadores-PT, com a recuperação do Partido da Frente Liberal-PFL, através dos segmentos que fizeram campanha com base num discurso oposicionista, confirmam que as opções do eleitorado basearam-se no desejo de mudanças.

Os resultados eleitorais confirmaram

uma clara recusa ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, herdeiro da oposição ao regime militar e vitorioso nos pleitos de 1985, para prefeituras de capitais, e 1986 para os governos estaduais e legislativos estaduais e federal. As derrotas em 19 das 25 capitais e na maioria das grandes cidades do interior, atribuíram ao PMDB, como se apontou, um perfil semelhante ao do antigo PDS, o partido do regime militar, que se



As eleições libertaram Sarney das pressões do PMDB, enquanto Marcello Alencar assumiu o ônus de reerguer o Rio em nome do PDT

tornara uma agremiação de base rural.

Os grandes centros urbanos – vale dizer, a maciça maioria do eleitorado brasileiro – optaram, pela ordem, pelo PFL, PDT e PT, ou seja, pelo discurso neo-oposicionista pefelista ou pelas propostas de esquerda pedetistas e petistas.

A "Operação Desmonte" da política nacional embaralhou o quadro para

o partido dominante e lançou a esquerda no âmago dos problemas do país e no coração da sucessão presidencial. Os poucos meses que faltam para as definições irrecorríveis de candidaturas e início de campanha apontam para um ano, cujo tom dominante será o das refor-



Luiza Erundina: o desafio paulistano ao Partido dos Trabalhadores

mas, deixadas pelo caminho pela frente política pemedebista.

Atrás do discurso

As esquerdas têm definidos os seus candidatos ao primeiro turno do pleito

presidencial – o ex-governador Leonel Brizola, o deputado Luís Inácio Lula, e o também deputado Mário Covas – enquanto o PMDB viu ruírem as pretensões dos governadores Orestes Quêrcia e Newton Cardoso e diminuídas as perspectivas de seu próprio presidente, o deputado Ulysses Guimarães, que se lançara na esteira da nova Constituição. A primeira reação peme-

debista ao pronunciamento das urnas foi a de encontrar um culpado, apontando imediatamente o governo federal e procurando preservar seus próprios governadores estaduais, alguns dos quais tinham sido alvo de pródigas verbas federais até então, co-

A tendência do voto popular

□ As eleições municipais de novembro revelaram a presença de um país cuja existência se suspeitava, mas que não havia sido confirmada ainda pelo teste das urnas.

Realizadas num clima de maiores garantias democráticas, essas eleições comprovaram que esses anos de lutas, debates e controvérsias não foram inócuos. Propiciaram inequívocos avanços democráticos, desafiando uma velha ordem institucional que, com ajustamentos epidérmicos e concessões ocasionais, continuou viva e persistente.

Não será fácil, pela diversidade de situações locais, analisar o perfil dos resultados de cada município, mas, em geral, se pode identificar o surgimento de correntes locais de opinião, por vezes à margem dos partidos, ou expressas em alianças aparentemente contraditórias, mas que são desafiadoras do quadro dominante impondo-se a velhas e consolidadas oligarquias. Quando se diz que o PDT e o PT foram os grandes vitoriosos se toma como ponto de referência o pleito nas capitais ou em grandes cidades como Santos, Campinas e o ABC paulista, cujas prefeituras foram ganhas pelo PT; ou Londrina, Pelotas, Niterói e Nova Iguaçu — para citar apenas alguns — onde o PDT saiu vitorioso, além de Manaus e Aracaju, cuja coligação vitoriosa foi encabeçada pelo PS.

Algumas estatísticas, tomando em consideração mais as siglas do que a natureza das coligações, apontam o PMDB, seguido do PFL, como ainda detentores da maioria das prefeituras.

Segundo um quadro divulgado pelo "O Globo" (23/11/88 - p. 3) em 3.126 dos mais de 4.300 municípios brasileiros, o PMDB, ganhou em 38% das prefeituras, seguido do PFL, com 26%, passando por outros partidos até chegar ao PDT com 4,5% e o PT com 0,9%. Essa estatística não expressa a realidade, embora possa advertir a esquerda de que o centro-direita ainda tem, nas cidades menores do interior, sólidas condições de luta.

Em geral, o que se pode constatar é que, nessa eleição, o maior número de vitórias coube às correntes renovadoras, oposicionistas, abrigadas nas legendas de combate (PDT, PT, PS, etc.) ou mesmo sob a sigla do PMDB e até dos partidos de centro-direita. Em geral, os vencedores defendiam programas e plataformas de luta e oposição, nem sempre coincidentes com as siglas e até com as coligações.

O PDT e o PT ganharam, na medida em que foram os porta-vozes das correntes renovadoras, e conseguiram estimular ou coordenar alian-

meta é dividir, apresentando os êxitos petistas, não como uma vitória de um voto progressista, mas, como a derrota de Brizola, no plano nacional, ou de Covas, em São Paulo.

Os dirigentes do PT, PDT e PSDB não morderam a isca e se têm recusado a aceitar essa conceituação falsa dos resultados eleitorais. É preciso manter essa posição. Mais ainda: avançar para a construção de um projeto unitário e progressista, que expresse a tendência da maioria do eleitorado. O ideal seria que essa grande coligação fosse feita já para o primeiro turno. Seria imbatível e da-



Brizola, Lula e Covas marcam as posições progressistas na sucessão de 1989

ças eficazes de nítido cunho contestatário.

Extrapolar o voto nessas siglas para a campanha presidencial é um jogo meramente especulativo.

Para as forças progressistas beneficiárias dos sentimentos de inconformismo da maioria do eleitorado, esse é um tema a ser analisado com objetividade e cautela. Está claro que a direita, derrotada em eleições-chaves, como as de São Paulo e Rio, refaz a sua estratégia jogando na divisão da esquerda. Tenta-se dar outro sentido às vitórias do PT, não por respeito à sua luta coerente ou pelo apoio ao programa do partido. A

ria às eleições de 89 a nitidez ideológica e a unidade política necessárias à reconstrução do país e aos avanços políticos, econômicos e sociais exigidos pelos novos tempos. Se não for possível é, no entanto, fundamental que se celebre um entendimento prévio para o segundo turno, que condicione a campanha de cada um dos candidatos progressistas a um espírito de unidade e mútuo respeito. As eleições de novembro apontaram nesse sentido. Seria um erro histórico desconhecer essa tendência do povo.

Neiva Moreira

mo nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A palavra de ordem passou a ser a recuperação do discurso oposicionista do antigo MDB, surgindo mesmo a proposta de se voltar a adotar a sigla original do período militar, capaz de recordar aos eleitores a passada luta contra o arbítrio castrense.

A análise pemedebista demonstra o grau de perplexidade que se abateu sobre a agremiação, cuja conformação de frente tem convivido de maneira problemática com um período de livre partidário, em que cada tendência política busca naturalmente acomodar-se em siglas de programas mais precisos. A reação pemedebista, ante seu novo destino de agremiação de pequenos centros do interior, lembra em vários aspectos o comportamento de alguns de seus setores na época da ditadura, quando, nas campanhas eleitorais, recuperavam a veemência discursiva, para depois, garantido o mandato, atuarem como apoio informal do regime.

A tendência dominante de formalização de um rompimento com o governo federal surge assim como um esforço de busca do passado discurso oposicionista, quando o partido já perdeu a maioria de seus antigos e mais aguerridos membros progressistas.

O PT de Lula

O desempenho do Partido dos Trabalhadores – agora com pouco mais de 30 prefeituras no país, entre as quais as de Vitória, Porto Alegre, Santos, ABC paulista e São Paulo – foi cuidadosamente destacado pela imprensa como o fenômeno do pleito. De fato, o crescimento do PT nos dias imediatamente anteriores ao pleito em Porto Alegre, Vitória e São Paulo pôs em destaque a força da legenda e também de um fenômeno ainda pouco analisado pela imprensa, mas que certamente não passou despercebido à cúpula petista: o da adesão da classe média alta aos candidatos petistas (no Rio de Janeiro, por exemplo, o partido liderou nas áreas ricas da cidade). O significado de tal adesão está para ser devidamente analisado, ante o aparente conflito entre os anseios políticos daqueles setores e o programa político do partido, sugerindo, de

início, um voto de protesto possivelmente limitado a uma circunstância de momento.

O dado objetivo, porém, é que um partido de definição operária estará, a partir de janeiro próximo, à frente da administração de algumas dezenas de cidades brasileiras, especialmente a megalópole paulistana e o coração industrial do ABC, centros de repercussão nacional, uma vitrine sob todos os aspectos.

O fortalecimento petista e a competência de suas primeiras reações ante a vitória, com pronunciamentos esclarecedores e maduros, serviram para evitar um clima triunfalista, que de modo algum poderia conjugar-se com o tamanho e a natureza das dificuldades que se apresentarão à agremiação no raiar do novo ano, exigindo esforços concretos para administrar bem máquinas urba-

ano) e a maior parte do cinturão do Grande Rio (Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu) e algumas das maiores e importantes cidades do interior, como Campos, Volta Redonda, Três Rios, Resende.

Mas, conquistando cinco vezes mais prefeituras que o PT pelo Brasil afora – entre elas quatro capitais, do porte do Rio, Curitiba, São Luís e Natal – o PDT considera-se implantado em todas as principais regiões brasileiras, desde o pampa gaúcho, com algumas dezenas de prefeituras, até o norte, passando pelo sudeste e nordeste, contando, ainda, com perspectivas imediatas de alianças em diversas outras cidades estratégicas.

Tal com o PT, o PDT sustentará a candidatura de seu líder ao calor de administrações municipais difíceis, particularmente no Rio de Janeiro, onde o trabalho de reequilíbrio da municí-



Maciel: calculando os resultados do PFL para articular a sucessão pelo centro

nas desreguladas, pode-se dizer, desde que foram fundadas.

Sobre as fumaças que saírem desses caldeirões, estará sentada a candidatura presidencial de Luís Inácio Lula da Silva. Como já "agourou" um ministro, o esforço do PT para melhorar seu tempo eleitoral na corrida à presidência vai-se dar em plena fase de vidraça, ou seja, quando o partido poderá receber pedradas por eventuais problemas à frente das prefeituras que estiver governando.

A base do PDT

À base paulista do PT corresponde o Rio de Janeiro para o PDT de Leonel Brizola, que reconquistou a prefeitura carioca (declarada falida em meados do

palidade apresenta-se como um desafio agudo (veja, a propósito, a reportagem sobre a falência das cidades, à p. 51).

A campanha se desenvolverá, assim, em meio a exigências de máxima eficiência dos administradores pedetistas, o que será um desafio para a máquina partidária como um todo.

Liderando as pesquisas presidenciais, desde que começaram a ser feitas, Leonel Brizola expandiu sua penetração com as eleições municipais, tornando-se a agremiação pedetista a maior força eleitoral da esquerda.

Vencendo em apenas uma única capital, Belo Horizonte, o PSDB fez sua estréia eleitoral, após a separação do PMDB, com um desempenho que poderia ser classificado de sofrível, ante as

perspectivas do partido. Com suas lideranças principais baseadas em São Paulo, o PSDB parece ter sofrido os percalços naturais de uma agremiação nova, que surgiu às vésperas do pleito. A tentativa inicial de remontar às raízes mais combativas do antigo MDB foi uma mensagem que parece não ter chegado ao eleitor.

A estréia do PSDB

Para o insucesso do PSDB, certamente contou muito a circunstância da renúncia do candidato à prefeitura paulistana, o ex-governador Franco Montoro, que se afastou por problemas de saúde no início da campanha, criando um vácuo só preenchido de modo desgastante para o partido, ante a sucessiva recusa dos principais nomes da agremiação.

O desempenho do PSDB em Belo Horizonte, porém, à frente de uma ativa coligação, levou o deputado federal Pimenta da Veiga à prefeitura e abalou um dos pilares do jogo situacionista que se praticava até então: o governador Newton Cardoso, um dos presidencialistas do PMDB, saiu do pleito com a liderança arranhada e, certamente, com as chances diminuídas.

A candidatura presidencial do PSDB, a do senador Mário Covas, parece, contudo, ter sobrevivido ao primeiro embate de sua agremiação: o perfil do candidato o mantém no jogo, como nome capaz de influir em articulações e vir a somar-se a uma frente progressista, na decisão final do pleito.

Dirigentes do partido decidiram lançar a campanha de Covas já em janeiro, apostando em dois fatores benéficos à agremiação: uma esperada e crescente debandada do PMDB, com fluxo em direção ao PSDB, e o desgaste natural da administração do PT em S. Paulo, estreitando as bases de Lula.

A recuperação pefelista

Entre os dados novos propiciados pelo pleito de 15 de novembro, não se pode olvidar certa recuperação do setor oposicionista do PFL, com discurso crítico, como no caso do deputado e ex-ministro Joaquim Francisco, eleito pre-



Jânio: à espera do chamado da direita



Maluf: oferecendo-se para os direitistas

feito do Recife. Com quatro prefeituras em capitais (Recife, João Pessoa, Macaíó e Cuiabá), o PFL conquistou cerca de 30% das prefeituras do país, em grande parte desenvolvendo um discurso ideologicamente de centro, mas oposicionista, batendo o PMDB em centenas de municípios. Um dos facões que tiraram lascas do bife pemedebista, o PFL deverá desempenhar ativo papel na política da sucessão, embora possa perder algumas bases importantes, como João Pessoa, cujo prefeito eleito, Wilson Braga, já declarou seu propósito de ingressar no PDT e apoiar Brizola à presidência da República.

O pluripartidarismo

A relativa pulverização do PMDB e do PDS (este, remanescente em muitas prefeituras do interior desde 1982), propiciou o surgimento de um mapa multicolorido, que atesta a existência de um pluripartidarismo, em que dez siglas dominam cerca de 80% das municipalidades brasileiras.

Isto torna complicada qualquer previsão, quanto ao comportamento partidário em relação à batalha presidencial. Além de identidades ideológicas imediatas, as composições poderão levar em conta interesses a médio e longo prazos.

Sem dúvida, o ano de 1989 terá a caracterizá-lo o signo da mudança: desde o primeiro dia terá administradores municipais novos – e de esquerda em centros vitais; avançará em meio à esgrima das negociações, composições e campanha eleitoral, e desembocará na eleição presidencial de dois turnos.

Ao mesmo tempo, em seu último ano de exercício, o governo Sarney viverá a experiência primeira de não estar partidariamente tutelado: a Aliança Democrática tancredista PFL-PMDB há muito esfumou-se e o remanescente pemedebista está em vias de desertar. A nova situação poderá levar o governo federal a um tipo de administração altamente concentrada em resultados práticos e politicamente neutra, o que viria a ser uma atitude certamente benéfica ao equilíbrio da disputa eleitoral.

Entre a restauração e a resistência

Já não temos dúvidas de que a igreja do Brasil foi escolhida pela cúria romana para "bode expiatório" da igreja latino-americana

Carlos C. dos Santos*

A 20 anos da Assembléia de Medellín (1968) – quando foi decidido, com coragem e profecia, o destino da igreja na América Latina à luz do Concílio Vaticano II – a avaliação que podemos fazer da atual conjuntura político-eclesial aponta para um verdadeiro retrocesso, no que se refere à eclesiologia (teoria e prática), da cúria

inaugurando entre nós um novo tempo: o da resistência organizada para construir com os pobres a nova sociedade e a nova igreja.

Já não temos dúvidas de que a igreja do Brasil foi escolhida pela cúria romana para "bode expiatório" da igreja latino-americana.

Os fatos

1. Há pelo menos cinco anos não são nomeados bispos "progressistas" para



A formação sacerdotal não contempla "o clamor de um povo", reclamam os leigos em manifesto

romana e dos hierarcas a seu serviço. Não obstante, longe de encontrar eco nas Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, este movimento de restauração tem contribuído, e muito, para fortalecer a nossa Esperança na Caminhada,

* Carlos C. dos Santos é padre da diocese fluminense de Nova Iguaçu

as nossas dioceses, e as nomeações e transferências não obedecem a um processo de consulta prévia às comunidades.

2. A formação do clero brasileiro, além de não levar em conta a nossa realidade social, econômica, política e cultural, é ostensivamente controlada,



Os progressistas optaram pelos pobres

sobretudo nos últimos cinco anos, pelas instâncias vaticanas mais preocupadas com a ortodoxia do que com as ortopraxias. Em recente abaixo-assinado enviado à santa sé, o Conselho Nacional dos Leigos-CNL lembrava que o nosso modelo de formação não contempla "o clamor de um povo que nas CEBs, nas pastorais específicas e nos movimentos, acredita numa igreja que fez opção evangélica preferencial pelos pobres. Uma igreja profética, libertadora que, como o Cristo, tem se encarnado na América Latina".

3. As constantes restrições à TdL (Teologia da Libertação) nos valeram dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé: "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação" e "Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação". Ambos os documentos pecam tanto pela falta de conhecimento dos reais problemas que envolvem e caracterizam a América Latina oprimida, como pela análise tendenciosa e até superficial da própria TdL, que em lugar de aparecer como aquilo que ela realmente é – a sistematização da vida, do trabalho e da luta das CEBs motivadas pela força transformadora da palavra de Deus – aparece como "perigosa" e até mesmo "inimiga" dos pobres mobilizados nas comunidades.

4. O combate a esta linha teológico-pastoral em favor dos pobres e oprimidos do nosso continente chega, em alguns casos, às raias da violação dos direitos humanos no interior da própria

igreja, reproduzindo mecanismos sociais repressivos, que normalmente denunciávamos como antievangélicos. Já se tornaram comuns entre nós as advertências e punições que cerceiam a liberdade de investigação e de ação, rotulam, marginalizam e destroem. Entre os bispos progressistas brasileiros que acabam de receber carta de advertência do Vaticano, encontram-se d. Waldyr Calheiros (Volta Redonda), d. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu), d. Marcelo Carnevali (Guarabira), d. José Maria Pires (João Pessoa) e até o cardeal Aloísio Lorscheider (Fortaleza), todos conhecidos e respeitados como exemplos de fidelidade à causa de Jesus, que é a causa dos pobres. No entanto, a carta assinada pelo cardeal Gantin, da Congregação para os Bispos, alerta para o perigo de "desvios da ortodoxia" e de "redução da fé ao compromisso sócio-político". Neste mesmo plano, ainda nem sequer havíamos nos recuperado da punição imposta a Leonardo Boff com o "silêncio obsequioso", e recebemos a notícia que ameaça a liberdade de comunicação, expressão e locomoção de Pedro Casaldáliga, o mais autorizado representante da igreja dos pobres no Brasil e na América Latina.

Reflexão teológica

Reunidos na II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, os bispos já reconheciam que em nosso continente "conjugam-se a fome e a miséria, as enfermidades generalizadas e a mortalidade infantil, o analfabetismo e a marginalidade, profunda desigualdade das rendas e tensões entre as classes sociais, surtos de violência e escassa participação do povo na gestão do bem comum" ("Mensagem aos Povos da América Latina", in: "A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio", Vozes, Petrópolis, 1977, 37). Portanto, é a postura diante desta situação de "pecado estrutural" que define hoje o seguimento de Jesus, o ser cristão, em nossas sociedades.

Uma leitura crítica e lúcida da nossa realidade, à luz da palavra de Deus, logo revela que não estamos realizando, na história latino-americana, o projeto do Criador: a sociedade fraterna, com justi-



Mazela social só desaparece com reformas

ça e liberdade (Reino de Deus), qualidades que valem igualmente para a igreja, já que todos (leigos, padres e bispos) somos chamados a "purificar-nos no espírito do Evangelho" ("Mensagem aos Povos...", doc. cit., 39) para ser "sal da terra" e "luz do mundo" (Evangelho de S. Mateus, 5,13ss), e construir "novos céus e nova terra" (Atos dos Apóstolos, 21,1ss).

Eis porque – diante do modo violento como a cúria romana vem investindo contra a igreja dos pobres – já se profetiza, nas milhares de CEBs espalhadas por todo o Brasil, que iniciamos uma nova fase: a da resistência organizada, para cantar com Maria as maravilhas que Deus continua realizando no seu povo oprimido (Evangelho de S. Lucas, 1,46ss) e proclamar nossa fé em Jesus Cristo e no seu Evangelho que é *Boa Nova de Libertação para os Pobres* (Evangelhos de S. Mateus, 11,2ss; Lucas, 4,16ss).

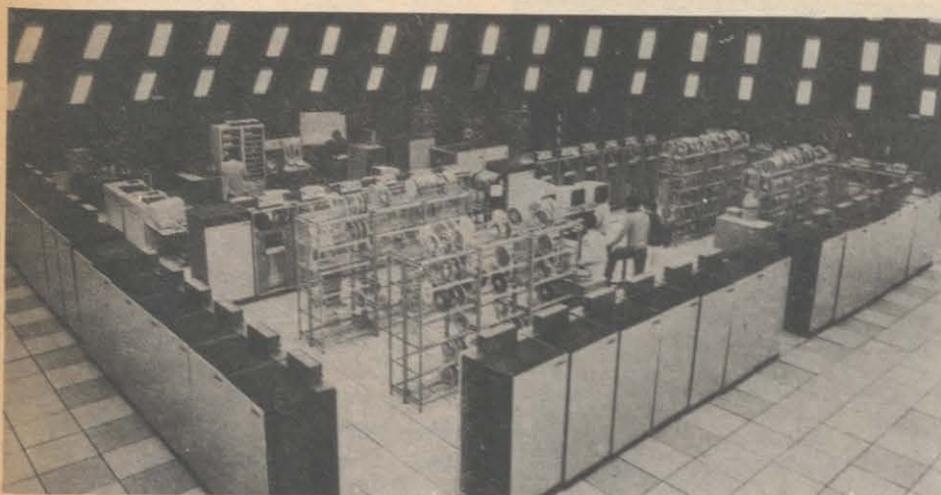
Por tudo isso é que defendemos como causa de Jesus e causa nossa: a opção pelos pobres (os prediletos de Deus); as comunidades eclesiais de base (lugar privilegiado de construção da nova sociedade e da nova igreja, sem exploradores nem explorados, sem oprimidos nem opressores); a Teologia da Libertação (que fundamenta biblica-

mente a opção e o compromisso das CEBs com o processo de libertação integral do homem todo e de todos os homens); a comunhão e participação (como formas de superação do exercício do poder-domínio, para revolucionar as estruturas sociais e eclesiais, tornando-as mais participativas, criativas e democráticas); nossa comunhão com d. Pedro Casaldáliga (como com todos os que são perseguidos por causa da justiça e da verdade – e com a causa que ele representa); a solidariedade continental, "arma e ternura dos povos", com os países irmãos mais avançados no processo de libertação, como único meio de "socializar a luta" e "continentalizar as causas" para construir uma sociedade fundada na paz, como fruto da justiça e do direito dos pobres.

Processo rico

Ao que tudo indica, estamos vivendo um dos processos mais ricos de nossa história, onde as investidas do movimento de restauração estão gerando, nas bases da igreja, união e organização para resistir. E, ao contrário do que possa parecer, toda a repressão que tenta impor a cúpula eclesial tem se revertido em mais fidelidade a Jesus e ao Evangelho dos Pobres, em mais responsabilidade eclesial e participação, em mais espírito de liberdade perante os Impérios... romano ou norte-americano.

O povo de Deus em marcha, espalhado pelas CEBs, já descobriu que o batismo iguala a todos, e que portanto todos têm voz e vez, porque Cristo cumpre sua missão profética, não só através da hierarquia, mas também por meio dos leigos que foram constituídos testemunhas e dotados com o senso da fé e a graça da palavra (cf. "Lumen Gentium", 35), para "expressar sua opinião sobre as coisas que se relacionam com o bem da igreja" (idem., 37). É a riqueza desta descoberta preconizada pelo Concílio Vaticano II e a certeza de que o Espírito continua soprando onde quer, para fazer "novas todas as coisas", que nos levam a concluir, parafraseando, com um famoso sociólogo brasileiro, o dito popular: "Deus escreve certo com bispos tortos".



A informática tem efeitos diversos nos países ricos e nas nações subdesenvolvidas

O trabalho e as novas tecnologias

O problema da informática nas relações de trabalho deve ser analisado no contexto de questões globais, como a superação da dependência cultural, política e tecnológica

Elian Machado*

Revolução da informática no mundo tem trazido a debate uma série de questões que merecem reflexão. A questão da tecnologia e as relações de trabalho não é um tema recente. Há muito o problema é discutido, tendo ganhado evidência, entretanto, após o advento da revolução industrial.

A informática, como tecnologia definidora de uma nova ordem de trabalho e de produção, merece um repensar, uma releitura dos fatos, uma interpretação alternativa da realidade que surge em função da introdução dessa tecnologia na sociedade. Devemos, inclusive, entender o conceito de informática no contexto mais amplo de "novas tecnologias" que abrangem, além da computação, a microeletrônica, a robótica,

as telecomunicações, os satélites, os novos materiais, as novas tecnologias de controle de informação como um todo.

Conflito norte x sul

Para efeito de análise, tomemos a tese inicial de que a informática altera as relações de trabalho e por isso merece uma reflexão aprofundada dos seus impactos sobre a organização social humana. Devido, também, às diferentes maneiras como as sociedades humanas se organizam, é preciso que façamos uma distinção correspondente, uma vez que os impactos serão sentidos de forma variada, dependendo da sociedade considerada. O mundo atual está dividido, claramente, em quatro grupos de sociedades distintas: ricos e pobres, e capitalistas e socialistas. Esta é uma divisão genérica, onde se verifica intersecções entre ricos e capitalistas, pobres e socialistas, pobres e capitalistas, e ricos e socialistas. A separação que importa para análise, entretanto, é aquela referente ao grupo de ricos e pobres - de-

envolvidos e subdesenvolvidos - e os conflitos envolvidos nas suas relações.

Tecnologia e colonialismo

A geração de novas tecnologias tem ocorrido frequentemente nos países mais desenvolvidos. Foram estes países que avançaram nas ciências, nas artes, na literatura, no acúmulo e disseminação do conhecimento, e, também, foram eles que deram início à expansão industrial verificada nos últimos dois séculos. Foram também os grandes impérios do passado, que submeteram os atuais países pobres ao colonialismo, gerando sequelas incuradas até hoje, devido ao regime de exploração e de extração pelo sistema colonialista. O atraso sócio-econômico, a dívida externa e a dependência tecnológica têm suas origens, desta forma, no imperialismo e no desenvolvimento dos monopólios, a partir do regime mercantilista.

A implantação da indústria de informática foi desenvolvida nos países industriais como solução a conjunto de problemas e necessidades gerados nessas sociedades. Semelhante fato não se tem observado entre os países subdesenvolvidos. A informática chegou nestes países antes dos problemas para que foi criada nos países de origem. Na verdade, a informática foi, podemos afirmar, inserida naqueles países como a solução para problemas que realmente não haviam sido identificados.

Por este motivo é que as questões, a serem colocadas na análise do caso dos países pobres deverão refletir outro tipo de preocupação, de enfoque alternativo, que, inclusive, considere questões mais amplas, não só aquelas restritas à organização do trabalho ou ao aparecimento de novas ocupações, como no caso dos países ricos. A questão da informática nas relações de trabalho devem ser analisadas dentro da investigação de questões globais, como a superação da dependência cultural, política, e tecnológica.

Ordem econômica mais justa

Um dos principais problemas que afetam os países não-industrializados se refere à evolução de uma nova ordem

* Elian de Castro Machado é professor do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará

econômica internacional mais justa e mais equânime, uma vez que a ordem vigente os desfavorece. Devido à entrada das novas tecnologias no sistema de produção, muitos países do Terceiro Mundo vêm perdendo uma série de vantagens econômicas, que até recentemente ainda detinham nas relações comerciais com os países industriais. Comparativamente, era favorável aos países do Terceiro Mundo o fator mão-de-obra, caracterizado pela abundância e pelo baixo custo de manutenção. Sempre foi vantajoso para os grandes cartéis e monopólios internacionais investirem em países não-industrializados, devido à oferta de mão-de-obra abundante, dócil e barata. Estas empresas, além do capital, traziam a tecnologia de manufatura (o *know how*) que, normalmente, requeria o conjunto de importações de máquinas e de implementos vinculados à utilização da tecnologia. Eram frequentemente indústrias modernas que lá se instalaram, inclusive com tecnologia substituidora da mão-de-obra que seria utilizada nos países de origem – caso a indústria viesse a se estabelecer nestes países. A associação destes fatos reforçou a dependência tecnológica e reduziu a vantagem comparativa referente ao fator mão-de-obra dos países mais pobres.

Substituição de matérias-primas tradicionais

Uma segunda vantagem comparativa fundamental para a economia dos países do Terceiro Mundo tem sido a oferta de matérias-primas essenciais e de baixo custo encontradas nestes países. Assim, o ferro, a bauxita, o cobre, o petróleo, a madeira e outros materiais atraíam indústrias extrativas associadas aos monopólios industriais dos países ricos. Para alimentar indústrias de acabamento e de montagem nos países centrais, indústrias extrativas instalaram-se nos países, pobres para obter as matérias-primas de que necessitam. Apesar das enormes perdas comerciais, devido principalmente aos baixos preços impostos pelos compradores, a extração de minérios e de outras riquezas tem atraído para países pobres investidores provenientes dos países ricos.

Com isso, empregos e acumulação de capital são criados no Terceiro Mundo, apesar do regime de exploração colonialista ter assumido uma nova face, diferente daquela introduzida no período dos descobrimentos.

Cabe, então, a pergunta: que tipo de problema deve ser abordado no presente com o advento das novas tecnologias frente à ordem econômica vigente? A automatização da indústria e dos serviços vem lentamente substituindo a mão-de-obra dispendiosa dos países ricos, desfavorecendo, conseqüentemente, o investimento nos países mais pobres. Desfaz-se, desta forma, a vantagem comparativa da mão-de-obra



Computadores versus mão-de-obra barata

farta oferecida pelos países do Terceiro Mundo, agravando também nestes o problema do desemprego. O desenvolvimento de novos materiais, especialmente de origem sintética, proveniente de matérias-primas abundantes em todo o globo (como a areia e a argila, por exemplo), torna desnecessária a extração das matérias-primas tradicionais oferecidas pelo Terceiro Mundo.

Tecnologia gerada no estrangeiro

O desemprego, a elevação da dependência e o maior empobrecimento no Terceiro Mundo são conseqüências inevitáveis do quadro internacional atual. As novas tecnologias estão sendo desenvolvidas nos países industriais, de acordo com seus interesses e proble-

mas, e é para eles que estão voltados os benefícios sociais de sua utilização. A análise das relações de trabalho no Terceiro Mundo deve, assim, considerar o panorama internacional que aponta em direção ao desfavorecimento dos países do Terceiro Mundo e o agravamento de suas relações com o Primeiro Mundo. As preocupações manifestadas nos países ricos com relação à questão da segurança do trabalho e as melhorias de suas condições, os ganhos de produtividade, a redução da jornada de trabalho, além do aparecimento de novas ocupações formam um conjunto de preocupações devidamente amadurecidas nos países ricos. As questões vinculadas à ordem do trabalho, frente à evolução de novas tecnologias, serão diferentes para países com conjunturas e prioridades diferentes. No caso particular dos países do Terceiro Mundo, a questão será focalizada principalmente na possibilidade de alteração do quadro de injustiça atual.

Ação política organizada

A análise aqui concluída confirma nossa tese inicial de que a informática tem implicações na produção, alterando as relações do homem com o trabalho. É preciso entendermos, entretanto, que a alteração dessas relações se observará de maneira diferente, para os diversos países ou grupos sociais envolvidos. Haverá sociedades favorecidas pelas transformações, assim como haverá desfavorecidos. Esta tendência só se alterará com uma intervenção política deliberada, visando a uma inversão dos acontecimentos, com implicações num redirecionamento da evolução histórica atual.

Assim, podemos concluir que a informática – no âmbito das novas tecnologias – afetará de maneira radical as relações de trabalho que conhecemos, redefinindo-as.

É importante, entretanto, termos consciência dos desdobramentos e tendências do quadro sócio-econômico atual, para que possamos organizar uma ação política que se antecipe aos impasses e ameaças criados com a introdução da informática no Terceiro Mundo. ●



Novo olhar sobre o ambiente



O programa "Nossa Natureza", lançado pelo governo, é visto com reservas pelo deputado ecologista Fábio Feldmann

Clóvis Sena

O pacote ecológico, intitulado "Programa Nossa Natureza", é visto com certa reserva pelos defensores do meio ambiente, que temem um eventual esvaziamento de

seus objetivos, segundo o deputado ecologista Fábio Feldmann (PSDB-SP), que o considera medida não-definitiva, embora importante do ponto de vista político, pois pela primeira vez um governo assume a questão ambiental. O programa ecológico proíbe exportação de madeira em toras, restringe a concessão de incentivos fiscais do Fundo de

Investimentos da Amazônia a projetos que provoquem interferência no ecossistema, e cria seis grupos de trabalho que vão estudar, propor e implementar medidas de proteção ambiental.

Em entrevista a **terceiro mundo**, Fábio Feldmann vê uma consequência de pressões internacionais na atitude do governo brasileiro. E também considera o "pacote" um passo, no qual é reconhecida a necessidade de uma atitude de mudança.

Que avaliação faz

o deputado do programa Nossa Natureza?

— Acho que o Pacote Ecológico se deve a três fatores fundamentais. Um deles é a pressão internacional que existe em decorrência da dimensão planetária. Efetivamente no Primeiro Mundo há uma mudança de comportamento das agências multilaterais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, FMI, em relação ao Brasil. Esse é o fator que fez com que o presidente José Sarney baixasse o pacote de providências, antes de ir em fins de outubro à União Soviética, com passagem pela França e Portugal.

Em segundo lugar, houve a pressão pública internacional, que hoje é muito mais consciente e que está absolutamente indignada. Em terceiro lugar — e não estou colocando os fatores em ordem de hierarquia —, a própria Constituição Brasileira, que efetivamente consagrou um capítulo ao meio ambiente, em que, do ponto de vista constitucional, obriga o poder público à tomada de uma série de medidas, sobretudo na Amazônia, que é uma área considerada patrimônio nacional e cuja utilização se pode fazer de modo a preservar os patrimônios naturais e o meio ambiente.

— Creio que — diz ainda Fábio Feld-

mann – nós não podemos entender o Pacote como sendo medidas definitivas. Acho que temos apenas de enfatizar a dimensão política do plano, à medida que, pela primeira vez, um governo assume a questão ambiental. Parece-me que a questão ambiental está assumindo uma dimensão política no Brasil.

Surgirão seis grupos de trabalho: acho que a sociedade civil deve estar preparada para fazer propostas, estudar profundamente a questão ambiental e apresentar soluções. É importante, porque o resultado desses grupos de trabalho será enviado ao Congresso Nacional, onde a sociedade deverá efetivamente participar das decisões a serem tomadas. Se as medidas não forem tomadas na abrangência necessária, segundo os ecologistas e a sociedade brasileira de modo geral, os instrumentos constitucionais estão aí para serem utilizados.

Paralelamente ao programa, que medidas podem ser logo adotadas?

– Acho que o grande problema é criarmos uma estrutura de poder público, que possa operar uma política nacional de meio ambiente razoável. O que existe no Brasil é uma caricatura de estrutura de poder público. Isso leva à descrença das pessoas ante qualquer medida que venha da administração. A



A Constituinte consagrou um capítulo ao meio ambiente

questão é que temos uma estrutura de governo, na área ambiental, formada por alguns órgãos, como o IBDF, Sema, Sudepe, absolutamente despreparados, sem recursos materiais nem humanos. Reina uma concepção obsoleta, que trata o problema apenas sob a ótica da repressão.

O Brasil precisa rediscutir e colocar a questão do meio ambiente junto com a questão do desenvolvimento. Na questão da Amazônia, acho que não podemos apenas entender que estão ocor-

rendo as queimadas por mero ato de delinquência, mas em consequência de uma política de ocupação da região.

Tal política estimula a que se procure garantir a posse das terras e alcançar os benefícios fiscais, que lá existem. Então, temos que entender e colocar hoje a dimensão do meio ambiente no Brasil em contexto mais amplo, mais abrangente, e passar a trabalhar, não apenas nas manifestações, nas externalidades do problema ambiental no Brasil, mas trabalhar nas causas. E uma das principais causas é a concepção de desenvolvimento que está em curso e que o próprio poder público, como é o caso da Amazônia através dos incentivos fiscais, seja o grande responsável pela situação de degradação ambiental em que vive o país.

Por isso – diz o deputado paulista – acho que o pacote ecológico é importante. Porque ele a princípio mostra, ele reconhece a necessidade de uma mudança. É o primeiro passo. E com a valorização do congresso, entendo que se nós pudermos encontrar, com relação ao executivo, alguns pontos de convergência e somarmos esforços, estaríamos realmente garantindo para as futuras gerações alguma coisa de melhor. Com relação às divergências, acho que o confronto muitas vezes será inevitável, e será o congresso a instância de decisão de confrontos. ●

Senador teme jogo de cena

□ O senador Mário Maia (PDT-AC) e o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) coincidem, ao reconhecerem que, pela primeira vez e com o pacote ecológico, um governo federal se preocupa com o assunto.

“Considero de positivo neste programa apenas o fato de que, pela primeira vez, o governo demonstra preocupação com o assunto – diz o senador acreano. Nós observamos no país inteiro, em todas as regiões, sucessivos incêndios, grandes queimadas, verdadeira matança dos animais e da natureza, ante um governo inerte, passivo, omissivo, quando não conivente, como que a esperar que outros tomem a responsabilidade para si e busquem resolver o problema.”

Mário Maia teme que o interesse demonstrado se dissipe ao longo do tempo, voltando o assunto outra vez ao esquecimento.

Sua receita, para que se acabe com a impunidade da destruição da natureza, envolve muita vigilância para os atos agressivos: “Nós teremos de lutar, contando apenas com nossos esforços e com a crescente mobilização da sociedade. Este é o caminho mais eficiente: a educação do povo, a divulgação dos crimes ecológicos, a conscientização popular”.

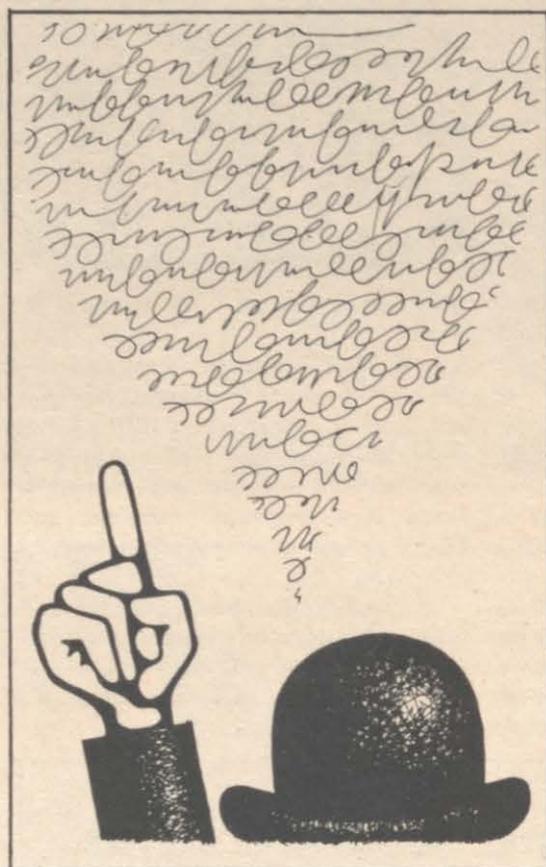
A perda da língua

"Minha pátria é a língua portuguesa" *Fernando Pessoa*

Ronaldo P. Simas Filho

A noção de país, pátria, nação, como se queira dizer, está muito ligada à língua. Em geral, os países que abrangem regiões onde se falam diversos idiomas enfrentam problemas políticos para manterem sua unidade. Os exemplos são vários, com diferentes graus de dificuldades: Bélgica (francês e flamengo), Iugoslávia (servocroata, esloveno, albanês, húngaro e macedônio), Canadá (inglês e francês), Espanha (castelhano, basco, galego e catalão), a Suíça é uma honrosa exceção de harmonia, mas adota uma forma específica (Confederação Helvética). Por outro lado, a coesão nacional, oriunda de uma única língua (e religião), é algo muito forte e natural. Quem fala uma língua diferente da nossa é estrangeiro, estranho portanto; recebe logo a designação hostil de "gringo". Quem fala nossa língua é conterrâneo, patricio, amigo enfim, com quem nos entendemos e em quem podemos confiar. O melhor embaixador é aquele emissário que aprendeu a dominar o idioma para onde é enviado em missão.

Mecanismos psicológicos tão fortes foram uma das principais razões que levaram Israel a uma decisão radical quando se constitui em nação: recusou-se a adotar o iídiche - que era língua culta, até com literatura própria, falada pelos judeus europeus, ou seja, pela maioria dos que emigraram para o novo país - e adotou como idioma nacional uma língua morta e cuja escrita emprega caracteres especiais, não-latinos - o hebraico - que pouquíssimos judeus sequer conheciam. Hoje, graças à oficialização e a persistência de seu ensino, o hebraico tornou-se a língua falada e escrita em Israel e é um dos pilares da no-



Jorge Arbach

va nacionalidade.

A unificação da Itália, por Garibaldi, teve como consequência a oficialização dos diversos dialetos regionais (o vênето, o calabrés, o genovês, o napolitano) que agiam como impecilhos para a formação do Estado italiano.

A Espanha franquista proibiu o ensino das línguas regionais. Convém lembrar que Franco era galego mas, mesmo assim, proibiu o ensino do idioma galego.

Seguramente isto ajudou muito o pequeno Portugal para conservar a autonomia da língua portuguesa.

Cabe lembrar um fato curioso, pouco conhecido mas bem significativo ocorrido no Brasil. Quando da separação de

Portugal, o sentimento nativista estava tão exacerbado que muitos brasileiros renegaram oficialmente seus nomes de família, de origem lusa, e mudaram sobrenomes com raízes nacionais. Assim, algumas famílias Oliveira, Pereira, Souza, Machado, etc. passaram a se chamar Paraguaçu, Tupinambá, Tapajós, Paranaquá, etc., sem que tivessem, de fato, sangue indígena.

Recebemos de Portugal um imenso país unificado pela língua e formação cultural. É mesmo emocionante constatar que o falar de Manaus é praticamente o mesmo do Rio de Janeiro que, por sua vez, é replicado tanto em Cuiabá como em Uruguaiana. Na década de 50, dizia-se que um dos grandes fatores de manutenção da unidade do país era a Rádio Nacional.

Hoje será rede de televisão nacional, ou seja, a divulgação da mesma língua e até pronúncia igual.

A correspondência econômica norte-americana no mundo ocidental produz uma enorme pressão cultural. Uma postura de cunho colonialista induz à valorização do que é estrangeiro em detrimento do nacional até no campo da linguagem. Isso é sentido mesmo em países como a França, que vive em luta contra a penetração indevida da língua inglesa

no uso diário dos seus habitantes. O México sofre demais a influência da língua do Tio Sam devido à proximidade territorial. França, México têm, por isso, leis de defesa de suas línguas. O primeiro publicou no seu Diário Oficial um completo glossário de estrangeirismos, banidos, com os equivalentes vernáculos. O segundo proíbe o uso de palavras estrangeiras como razão social no nome de estabelecimentos comerciais e firmas industriais mexicanas.

Pode-se alegar que tal tipo de pressão cultural é irresistível, que não adianta tentar contrapor qualquer barreira. Felizmente, isso não é uma verdade absoluta. Há um bom exemplo. Na década de 50, o futebol já era a grande

paixão dos brasileiros. O famoso "esporte bretão" – como se dizia pomposamente – transplantado para o Brasil apresentava um frondoso desenvolvimento, mas seus termos ainda eram essencialmente os originais, ingleses. Os locutores esportivos da época, ainda chamados de "speakers", enrolavam a língua para pronunciar "goal-keeper", "center-forward", "hands", "off-side", "half-back", "foul", "half-time", "referee", "corner", "dribble" e os torcedores diziam esses nomes cada um de um jeito. Entretanto, um dos melhores locutores, talvez o melhor da época, Oduvaldo Cozzi, esmerava-se em falar um bom português e sistematicamente só usava os equivalentes brasileiros, muitos neologismos por ele mesmo criados. O resultado dessa persistência foi coroado de êxito, quase 100%. Ficaram consagrados arqueiro (ou goleiro), centro-avante, mão, impedimento, médio (meio-campista agora), falta, meio-tempo (1º tempo; 2º tempo), árbitro, escanteio, finta. Os que não foram traduzidos foram aportuguesados (gol, futebol, pênalti), mas alguns ainda têm sinônimos traduzidos (goal-tento) ou uma adaptação (penalty – falta máxima). Enfim, demonstrou-se que o uso de termos estrangeiros não é uma fatalidade. Pode-se e se deve fazer prevalecer a nossa língua.

Na Velha República (a primeira), no governo de Washington Luís houve um decreto banindo o uso indevido de termos estrangeiros no país. Não "pegou". A Revolução de 30 não o manteve. Em 1937, o Estado Novo proibiu as escolas que ensinavam em línguas estrangeiras filhos de emigrantes, alfabetizando em alemão, italiano, japonês, polonês, crianças já aqui nascidas, ou seja, brasileiras segundo nossa lei, que não aprendiam o português. Tornou-se obrigatório (e exclusivo) o ensino em português das crianças no Brasil. Na época começava-se a perder a influência cultural francesa. Traduzimos o "Chauffeur" por motorista, o "menu" por cardápio (neologismo brasileiro; em Portugal é ementa ou lista), a "matinée" por vespéral. A metrópole cultural começou a ser trocada, da França pelos EUA. O fecho "éclair" passou a ser chamado de "ziper"...

Em defesa do nosso idioma

Atualmente, é "bem" o uso de palavras inglesas ao invés das portuguesas. É esse o grande risco que corremos, o de perdermos aceleradamente nossa língua materna. Basta abrir qualquer publicação e encontraremos sem aspas e sem aportuguesamento palavras e até a sigla Aids (Sida): baby-doll (camisolinha), baby-sitter (babá), background (fundamento/fundo), barman (garçon de bar), best-seller (mais vendido, êxito de livraria), boom (surto), book-maker (cambista de apostas), bob (rolo), boiler (caixa térmica), black-out (negrum/apagão), blazer (japona), button (botão/broche), call girl (garota de programa), camping (campismo), charter (fretado), check up (exame preventivo), chip (plaqueta), clip (pregador), closet (depósito), container (contentor), commodity (mercadoria), cover girl (modelo), escort (acompanhante), dial (painel), display (mostrador), drink (aperitivo), drive-in (acesso motorizado), drops (bala), dumping (abafamento), fair play (jogo limpo), feed back (retorno), flash (instantâneo), flash back (imagem do passado), franchise (licença comercial), freezer (congelador), free way (via expressa), gangster (bandido), ghost writer (escritor de aluguel), grape fruit (toronja), guard rail (defensa), hall (saguão), happy end (final feliz), happy hour (hora do chope), hardware (equipamento/computador), hobby (passatempo/mania), house organ (jornal interno, da firma), input (entrada), jeans (brim), jingle (mensagem musical, de propaganda), joint venture (associação), jogging (corrida a pé), kit (conjunto), know how (tecnologia), leasing (arrendamento mercantil), living (sala de estar), make up (maquiagem), meeting (encontro/debate), nonsense (absurdo), non stop (sem escalas), okay (certo/correto/tá/de acordo), output (resultado/produto), overdose (superdose), out door (painel/tabuleta), performance (desempenho), pick up (caminhonete/braço toca-disco), pole position (ponta), pool (conjunto), poster (quadro/cartaz), press release (informação para a imprensa), puzzle (quebra-cabeça), rack (estante/prateleira), raid (incursão), ranking (colocação), rally (prova de regularidade), refill (carga), ring (tablado), rink (pista), round (assalto – no box), royalty (regalia), rush (congestionamento/pico/ponta – no trânsito), scraper (moto niveladora), script (roteiro), set (parte/cenário), sexy (sedutor), shimmy (folga na direção), shopping center (centro comercial), software (programa de computador), short (calção/bermuda/curta – no cinema), show (espetáculo), show room (exposição), skate (patim patinete), sketch (cena/historieta), slip (cueca), slogan (lema), sparring (parceiro de treino – no box), speaker (locutor), speech (alocução), spoiler (difusor), spot (ponto de luz), spread (juro variável), spray (aerossol/atomizador, nebulizador), sprinter (velocista), sprinkler (chuveiro automático), staff (assessoramento), stand (barraca), standard (padrão), star (estrela-artista), starter (iniciador), stress (tensão), surf (prancha), tape (fita magnética), taxi-girl (dançarina de aluguel), tee shirt (camiseta), test drive (experiência de direção), ticket (bilhete, entrada), timer (temporizador), timing (sincronização), thriller (filme de horror), top less (maminhas ao léo), trading (comércio), trailer (reboque), training (agasalho esportivo), tracking (trilhagem), trust (cartel), turn key (entregue operando), tweeter (altofalante), underground (subterrâneo), video tape (video fita), walkie talkie, walk over (abandono), water closet (privada), water polo (pólo aquático), weekend (fim de semana), western (banguê banguê), wind surf (prancha a vela), zipper (fecho eclair).

A lista é grande mas incompleta. Constitui, porém, um exemplo da avalanche de termos cujo uso abusivo torna-se um risco que precisa ser bloqueado enquanto é tempo. Não é xenofobia combater o abuso de termos estrangeiros perfeitamente dispensáveis. País que se deixa colonizar culturalmente, renegando sua língua materna, perde o sentido de nação independente.

O Natal negro

Os tradicionais cartões de Natal, de crianças e anjos branquinhos, começam a receber a figura do negro na grande festa do cristianismo



A inserção do negro na representação natalina é passo a mais no auto-reconhecimento. Papai Noel negro anuncia paz numa mão e carrega saco repleto de anseios de dignidade, respeito, união

Pelo segundo ano consecutivo e com intensa resposta da comunidade, o movimento de conscientização da Baixada Fluminense desenvolve a divulgação dos cartões de Natal com motivos negros, procurando aliar o sentido da festa e da arte ao destaque da beleza e da identidade racial. O sucesso da primeira experiência, no ano passado, animou os organizadores a multiplicar a oferta de cartões, esperando-se que 15 mil unidades serão vendidas neste período de fim-de-ano.

"O objetivo básico da iniciativa é o de dar ao negro a oportunidade de se visualizar em quadros que ele se acostumou a identificar como cenários brancos e aspectos de que ele se sente naturalmente ausente. O objetivo, por-

tanto, é fazê-lo sentir-se reconquistando a própria identidade e levá-lo a gostar de ser negro", define o projeto o frade franciscano David Raimundo dos Santos, animador do movimento da Baixada.

"Os cartões procuram expressar todas as fases da vida de uma pessoa negra, com suas alegrias e também suas tristezas, conhecidas cenas e aspectos da vida de um negro ou de uma negra - explica o franciscano. Mas, dentre os vários tipos de cartão, os mais procurados são os que expressam cenas de alegria, beleza, felicidade. A conclusão que se pode tirar disso - continua frei David - é que o negro está deixando de lado a atitude de chorar tristezas e parte agora para vivenciar uma atitude de afirmação

de sua negritude, para assumir sua condição de pessoa negra, sem o complexo da pele escura".

Espelho natalino

A partir de cartões de mensagens - onde não se acha nada que destaque o negro - surgiu a idéia de se lançar cartões de Natal que refletissem a imagem

do negro, nesta festa que se reveste de uma concepção particularmente europeia, com figuras sacras brancas, de olhos azuis; neve, pinheiro europeu, a nórdica figura do Papai Noel e suas renas puxando o trenó.

Para destacar a ausência da representação negra em cartões comemorativos em geral, frei David relata que, numa livraria em que se expunham centenas deles, somente quatro apresentavam figuras de pessoas de cor: um cartão apresentava São Benedito e os outros três, Nossa Senhora da Apare-

cida. "O homem e a mulher negros comuns estão alijados da figuração nestes impressos comemorativos, que servem a muitas ocasiões da mais profunda significação afetiva", destaca o sacerdote franciscano. Ele conta a experiência de uma mulher de 45 anos, agora integrada ao movimento de conscientização negra, num dos municípios da Baixada: "Hoje ela reconhece que sempre sentiu vergonha de sua cor, até que pôde refletir sobre sua condição, no trabalho do movimento. Esta conscientização é que permite que o negro se integre em si mesmo, supere o cerco da discriminação e passe a sentir a sua alegria, a descobrir a própria beleza".

Procópio Mineiro

Unindo expressões



A mãe e o menino negro, de Barcellos



O Natal da Baixada, de Celeste



A maternidade negra, de Celli

O Movimento Negro da Baixada Fluminense está atuando como um estuário de produções artísticas que expressam seus anseios, ao organizar e direcionar a distribuição de cartões de Natal. A idéia surgiu e logo foi possível encontrar artistas que faziam um trabalho artesanal e limitado, na maioria dos casos episódico, de pequena penetração, por falta de espaço de divulgação e aceitação.

Um dos pioneiros é Luís Carlos Barcellos, 37 anos, de Araraquara, S. Paulo, cuja cuidada produção

artesanal está chegando à Baixada Fluminense, como no cartão que mostra uma Nossa Senhora negra, em vivos trajes africanos, e um Menino Jesus também negro, na representação clássica da mãe que sustenta o filho, uma das formas tradicionais da celebração da vida e da maternidade. Na própria Baixada, Celeste é mais um artista que se dedica a expressar o negro, como no cartão "Esperança de Novos Tempos", editado pelos Agentes de Pastoral Negros-RJ e que deu início à produção local de cartões de mensagens.

De S. Paulo, vem a produção de Celli, artista que aplica em seus cartões a inspiração que nasce do que pôde sentir em sua passagem pela África e na convivência com o negro brasileiro.

"Começa a organizar-se a expressão da raça, um dos caminhos para a conscientização e auto-aceitação do negro, que vive submerso num mundo de representações brancas", aponta frei David. Os cartões, cujas vendas se concentram na Baixada Fluminense, podem ser solicitados pelos telefones (021)756-0804 e (021)711-6762.

A kizomba do centenário negro

As comemorações do 20 de novembro – data da morte de Zumbi e de afirmação da raça negra – tiveram um caráter especial, pela passagem este ano do primeiro centenário da extinção da escravidão no Brasil

O 13 de Maio do centenário estimulou manifestações por todo o Brasil, incluindo a denúncia dos preconceitos e limitações concretas que se põem ao caminho do negro brasileiro, comprovando que, no campo das atitudes e da mentalidade, um século é uma pequena onda incapaz de varrer a areia pesada das discriminações e das recusas sociais.

O 20 de Novembro propôs-se e conseguiu ser uma festa de afirmação da comunidade negra, em torno da arte e sob um impulso de encontro: a kizomba – a festa, o encontro, o conagraamento – imaginada pelo músico e cantor Martinho da Vila reuniu representantes negros de diversos países, em dez dias de atividades, que transformaram o Rio de Janeiro e S. Paulo nos centros das comemorações daquela data.

As duas cidades tornaram-se palco do centenário negro, pois a kizomba reuniu cantores, músicos, dançarinos e poetas de seis países, como África do Sul, Estados Unidos, Angola, Cuba, Congo e Peru.

Segundo Martinho da Vila, o encontro tem como objetivo ampliar as possibilidades do negro dentro do espaço cultural brasileiro, estreitando relações com outros países que também receberam influência africana na sua formação.

Refazendo as raízes

Para Martinho da Vila, a terceira kizomba cumpriu a meta traçada em 84: "A idéia inicial", fala o compositor, "era realizar três encontros internacionais, com intervalo de dois anos, mostrando ao público brasileiro manifestações negras que não são trazidas pelos empre-



Martinho: refazendo as raízes negras

sários, simplesmente porque não estão na moda".

"O canto da igreja negra americana", acrescenta Martinho, "de origem africana, com ritual e que constitui a base dos *spirituals*, do *soul*, do jazz e até mesmo do rock, é uma informação histórica que o brasileiro não tem."

Ele destaca também, que a kizomba "demonstrou nossa capacidade de or-

ganização. O negro sempre é visto no Brasil como pessoa sem talento para dirigir e realizar".

Apesar de não ter contado com apoio financeiro substancial na realização do evento, o compositor considera fácil, para qualquer empresário do setor artístico, trazer tal tipo de informação: "A kizomba foi um sucesso, o encerramento foi de alto nível, tanto em São Paulo, quanto no Rio, e a festa se estendeu até alta madrugada. No Cine Teatro Copam, em São Paulo, todos os dias ficavam pessoas do lado de fora, esperando sair alguém. A capacidade do teatro foi, durante todo o evento, insuficiente".

Os grupos baianos Ilê Ai Lê, Oludum e Araqueto, assim como a banda Reflexus, que compareceu especialmente para a abertura do encontro, tiveram presença marcante nas noites de espetáculos. Os artistas afros do Rio de Janeiro, Aquibana, Dudu, Olurum e Alafin, também se destacaram.

Na opinião de Martinho, do exterior a maior aceitação de público ficou por conta dos grupos Ebony e Ngavuka, do Congo. Ele fez questão de citar como "muito importante" a participação de dez chefes xavantes, do Mato Grosso, que acamparam em uma oca, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Uerj, entre os bairros do Maracanã e Vila Isabel, e que apresentaram suas danças típicas no teatro João Caetano.

A Feira Popular de Cultura Negra, instalada no Circo Voador, na Lapa, contou com barracas de diversas delegações estrangeiras, facilitando um contato direto entre público e artistas internacionais. Paralelamente, na Uerj se desenvolveu o seminário "Cativo e Liberdade", no qual se debateram temas como as rebeldias, religiões, repressões e resistências negras, através dos séculos de escravidão por todas as Américas.

Embora o evento tenha correspondido e até ultrapassado as previsões de seu idealizador, Martinho acha que, cumprida a meta inicial de realizar três encontros, é cedo para se pensar em nova investida. "Realizamos o que prevíamos e criamos força a nível internacional", conclui o compositor.

N. D.



No seminário representantes do governo angolano e empresários brasileiros

Brasil – Angola: Nova fronteira

Com a presença aproximada de 200 participantes, entre empresários e representantes dos governos brasileiro e angolano, realizou-se, em São Paulo, o Seminário "Brasil-Angola", com o objetivo de expor a nova situação econômica da República Popular de Angola e as perspectivas que se apresentam para maior cooperação bilateral.

O embaixador de Angola no Brasil, Francisco Romão de Oliveira, ressaltando que o Brasil foi o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana, lembrou o apoio que tem sido dado, mesmo em momentos em que vários países preparavam um boicote comercial contra Angola. E que, apesar de uma balança comercial desfavorável a Angola, o Brasil aceitou renegociar a dívida e ainda concedeu uma nova linha de crédito.

Os representantes angolanos lembraram que o Brasil é atualmente o terceiro parceiro comercial da República Popular de Angola, depois dos Estados Unidos e Portugal, e que a intenção do governo de Luanda é que

se torne o primeiro.

Angola conta com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes, tem pouca densidade populacional e com abundantes recursos marítimos e minerais, além de petróleo e oferece inúmeras possibilidades a empresários do exterior.

Investimentos

Victor Nunes, representante do gabinete no Ministério do Planejamento de Angola, ressaltou que o país tem pressa em recuperar o tempo perdido desde a proclamação da independência em 1975, devido a dois fatores básicos: a saída em massa dos técnicos portugueses e a guerra, fatos que desorganizaram a economia.

As possibilidades de investimentos brasileiros em Angola são amplas, segundo os representantes angolanos: agroindústria, construção civil, estradas, siderurgia e mineração. Luanda considera que, nesses setores, o Brasil dispõe de tecnologia mais adequada para países do Terceiro Mundo que os parceiros tradicionais.

Nesse sentido, a Assembléia do Povo, o parlamento angolano, aprovou recentemente uma série de leis que favorecem o investimento estrangeiro. Essas novas iniciativas, adotadas no contexto do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro-SEF, proporcionarão oportunidades sem precedentes ao capital externo no país.

Entre outras medidas, está a dispensa da participação majoritária do Estado nas "joint ventures" e a liberação da taxa de repatriação do capital inicial.

O seminário também salientou a existência de novo novo clima de paz, que se vislumbra hoje, pela primeira vez, desde a independência do país, em 1975.

O embaixador Francisco Romão de Oliveira considerou positivo o encontro, pelo expressivo número de participantes, que representavam vários segmentos econômicos e políticos do Brasil. Tal participação excedeu as expectativas e foi, na sua avaliação, excelente oportunidade de trazer ao público brasileiro, tanto das áreas empresariais como governamentais, os elementos do processo de saneamento econômico e financeiro que está em andamento em Angola.

No que diz respeito ao processo de pacificação na África Austral, o embaixador considera que já se experimenta uma realidade diferente, no quadro dos acordos quadripartites, que envolveu Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos. Trata-se, a seu ver, de um processo irreversível que poderá levar a um entendimento completo sobre a retirada das tropas internacionais cubanas e a independência da Namíbia.

Colaboração

Sobre o relacionamento entre Brasil e Angola, o embaixador salientou a predisposição natural existente no Brasil de se atingir uma cooperação econômica e financeira de nível mais elevado, bem como na área política. Segundo ele, as empresas brasileiras que atuam em Angola neste momento corresponderem em parte a essa disposição, como é o caso da Construtora Norberto Odebrecht, que constrói a Barragem de Capanda – empreendimento de importância estratégica, tanto do ponto de vista político, como econômico e social, e de empresas como o Braspetro, a Telereide e outras, que vêm participando diretamente do processo de desenvolvimento de Angola, colaborando inclusive na formação de pessoal técnico, uma das necessidades mais sentidas no país. Tudo isso cria uma relação harmônica entre as empresas brasileiras e os trabalhadores angolanos que, segundo Romão, é digna de nota.

(P.C.)

Palestina: Dois momentos decisivos

Cadernos do terceiro mundo surgiu na década de setenta no contexto das lutas de emancipação que levaram à independência muitas nações enquanto outras ainda combatem, nos dias atuais, por essa meta, inclusive os sul-africanos que enfrentam valentemente a aberração racista. Entre os povos em luta por sua autodeterminação está o palestino, que, com a Intifada, dá ao mundo um exemplo insuperável de combatividade, coerência e espírito de sacrifício em fa-

vor de sua libertação.

Em momentos decisivos dessa luta, companheiros nossos estiveram no meio da batalha ou próximos a ela. Foi assim na invasão do Líbano com a destruição brutal dos campos de refugiados de Beirute e no cerco dos palestinos na capital libanesa.

A direção do **terceiro mundo** conseguiu, então, fazer chegar a Yasser Arafat uma mensagem de alento e solidariedade naquele momento crucial da OLP. No momento em que a nação palestina, através dos seus ór-

gãos institucionais, proclama a sua independência, já reconhecida por dezenas de países, a nossa revista transmitiu a Arafat outra mensagem, traduzindo o regozijo de toda a equipe de **cadernos do terceiro mundo** pelo decisivo acontecimento.

Juntamos hoje as mensagens de agradecimento do presidente da OLP, a de 1982 e a de 1988, pontos de referência da história do povo palestino e ambos marcados pela mesma inflexível decisão de conquistar a independência.

1982: LÍBANO INVADIDO

Beirute, 24 de julho de 1982

Irmão Neiva Moreira
Irmã Beatriz Bissio
cadernos do terceiro mundo
Rio de Janeiro
Saudações revolucionárias.

Recebi com grande apreço em Beirute sitiada, vosso telegrama de solidariedade para com a luta dos povos libanês e palestino, contra a invasão sionista do Líbano. Agradeço-lhes os calorosos sentimentos de solidariedade militante, que são os mesmos de toda pessoa livre e nobre no mundo inteiro, em respeito à luta de seus irmãos e irmãs contra o imperialismo, o sionismo, o racismo e o fascismo.

A invasão israelense do Líbano

não teria sido efetivada sem o apoio ilimitado e em todos os níveis dos Estados Unidos, ao inimigo israelense, ao qual forneceu as armas mais modernas, inclusive aquelas internacionalmente proibidas.

Nessa invasão, o inimigo destruiu dezenas de cidades e povoados libaneses, assim como os campos de refugiados palestinos. Provocou danos incalculáveis às propriedades e uma perda de vidas sem precedentes. Foram mortas ou feridas mais de 30 mil pessoas. Há dez mil desaparecidos e mais de um milhão de civis libaneses e palestinos totalmente desabrigados.

A ferocidade da agressão e a bar-



bárie do inimigo só podem contribuir para aumentar nossa determinação de continuar resistindo contra a ocupação e prosseguir nossa marcha revolucionária que visa à conquista dos direitos inalienáveis de nosso povo árabe-palestino - incluindo seu direito à volta, à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado independente no território de sua pátria, a Palestina - assim como a sufocar a agressão contra a terra irmã, o Líbano, e nossa amada Palestina.

Revolução até a vitória!

Yasser Arafat

Presidente do Comitê Executivo da OLP

Comandante-em-chefe das Forças da Revolução Palestina

1988: A HORA DA INDEPENDÊNCIA

Tunes, 23 de novembro de 1988

Irmã Beatriz Bissio
Irmão Neiva Moreira
Revista Terceiro Mundo - Brasil

Cumprimentos,

Recebi com a máxima estima suas sinceras congratulações pela Declaração da Independência, declaração da criação do Estado da Palestina. Agradeço-lhes pelos sentimentos de amizade e solidariedade expressos em sua mensagem.

As importantes resoluções históricas que resultaram de nosso Conse-

lho Nacional Palestino afirmam a vontade férrea de nosso povo de continuar a sua justa luta e sua Intifada Popular sob a Liderança da OLP, sua única e legítima representante em prol da libertação da terra de sua pátria, aliviar o seu sofrimento e pôr fim à sua repressão.

Refletem também a sua sincera vontade de realização de paz justa e duradoura em nossa região através da Conferência Internacional de Paz, auspiciada pela ONU, com a participação dos cinco países membros do Conselho de Segurança e de todas as partes envolvidas no conflito, em prol da realização de uma paz justa e

duradoura através da qual nosso povo possa exercer seus direitos nacionais inalienáveis e realizar sua independência nacional completa.

Reitero-lhes meus agradecimentos, desejando-lhes boa saúde e sucessos. Com a mais alta estima e consideração.

Yasser Arafat

Presidente do Comitê Executivo da OLP - Comandante-em-chefe das Forças Armadas Palestinas



ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260